

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

AGRADANDO A DEUS E AO DIABO

UM ESTUDO DOS EFEITOS SOCIAIS DA GESTÃO
DE SEVERINO CABRAL NA CIDADE E NO CAMPO
(CAMPINA GRANDE - 1959 - 1963)

JOSEFA LÚCIA JORDÃO DE SOUSA

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA
1988

JOSEFA LÚCIA JORDÃO DE SOUSA

AGRADANDO A DEUS E AO DIABO

Um Estudo sobre a Gestão Severino Cabral

(Campina Grande - 1959 - 1963)

Dissertação apresentada no Curso de Mestrado
em SOCIOLOGIA da Universidade Federal da
Paraíba, em cumprimento às exigências para
obtenção do Grau de Mestre.

REGINA CÉLIA REYS NOVAES

Orientadora

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA - 1988



S725a Sousa, Josefa Lucia Jordao de
Agradando a Deus e ao diabo : um estudo sobre a gestao
Severino Cabral (Campina Grande - 1959-1963) / Josefa
Lucia Jordao de Sousa. - Campina Grande, 1988.
211 f. : il.

Dissertacao (Mestrado em Sociologia) - Universidade
Federal da Paraiba, Centro de Humanidades.

1. Sociologia Urbana 2. Campina Grande - PB - 3.
Administracao Municipal - 4. Dissertacao I. Novaes, Regina
Celia Reys II. Universidade Federal da Paraiba - Campina
Grande (PB) III. Título

CDU 316.334.56(043)

A você, Regina, por ser o que é.

AGRADECIMENTOS

Registro o meu agradecimento a todos aqueles que, de diferentes maneiras, contribuíram para a realização deste trabalho.

- Aos apoios institucionais da CAPES e do CNPq;
- a João B. Bezerra, pela datilografia;
- a Coordenação e aos professores do Mestrado em Sociologia;
- a José Joffily, Edvaldo do O, Agnelo Amorim, Josué Silvestre, Oliveiros Oliveira, e Peba cuja memória e disponibilidade em contribuir foram indispensáveis para este trabalho;
- A Martha Lúcia, Eliete Queiroz e Salete Cavalcante, que compuseram a Banca Examinadora do Projeto de Dissertação, pelas importantes sugestões que me deram e pela disponibilidade em me conseguirem rico material de pesquisa;
- aos amigos que, emocionalmente, estiveram próximos: João A.; Mara, Ireide, Jaldete, Fabinho, Gabriela, a Glória Claudete, Romão;
- aos que partilharam comigo amizade e reflexões: Lucinha, Paulo Afonso, Yara, Socorro, Annalisa, Noaldo, Cajã;
- a Beto, Mariana, Fernanda e André pelo apoio recebido no que foi para mim a "casa do carinho e do saber";
- aos que me acolhem sempre: minha mãe, meu pai, Tetea, Edy, Priscylla, Zé Neto e Yury;
- a Regina Novaes que não só me ensinou como fazer uma tese, mas que partilhou comigo, pacientemente, todos os momentos de gestação deste trabalho.

R E S U M O

Na tentativa de compreender o significado da gestão de um prefeito, que é reconhecido, na memória social de Campina Grande, como o "pai dos pobres", este trabalho desenvolve uma análise da administração Severino Cabral em Campina Grande (59 a 63) e das consequências dessa administração para o conjunto da sociedade campinense, a partir de sua plataforma de governo, de onde pretendeu "atender a todos indistintamente", retirando sua legitimidade através do apoio de diversas frações de classe.

Ao reconhecer a variação e ambivalência adotadas pelo poder público, em função de atender a todos e, com isso, conseguir o equilíbrio entre vários segmentos sociais, procurei compreender e avaliar a eficácia das medidas adotadas, e, sobretudo, detectar continuidades e descontinuidades ocorridas nessa gestão estudada. Contudo, se, por um lado, o reconhecimento das continuidades implicava em reconhecer, na gestão de Cabral, elementos da política coronelística tradicional, por outro lado, reconhecer descontinuidades, através da incorporação das demandas das classes populares, apontava a possibilidade de existência de uma política populista em Campina Grande.

A análise revelou, entretanto, que a gestão de Cabral não deverá ser classificada como uma prática coronelística ou uma prática populista. Na verdade, Cabral reuniu traços de um e de outro fenômenos — coronelismo e populismo — apresentando, portanto, um sistema de administração municipal que continha traços de uma e de outra formas de dominação. Se, com isso, ele não impediu totalmente a explicitação de conflitos sociais, soube, porém administrá-los, fazendo prevalecer a função integradora do Estado.

I N D I C E

I - INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I - TERRA, ALGODÃO E PODER: CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES.	1
CAPÍTULO II - TRAJETÓRIA DE UM "AMIGO DO POVO"	15
1. A COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA PARAIBANA	18
2. DERROTA DE CABRAL: ELEIÇÕES PARA A PREFEITURA DE CAMPINA GRANDE(1955).	25
3. PÉ DE CHUMBO OU MÃO DE SEDA ?: A CAMPANHA PARA A PREFEITURA EM 1959 ..	27
4. O ELEITOR FICHADO NO CONSULTÓRIO POLÍTICO DE CABRAL	40
5. CAMINHOS E DESCAMINHOS DO EX-PREFEITO SEVERINO CABRAL	49
CAPÍTULO III - TIDO E HAVIDO COMO "PAI DOS POBRES"	55
1. FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR	57
2. PREFEITO EM DEFESA DA BOLSA POPULAR	67
3. ENERGIA	81
4. "COM CABRAL O POBRE NÃO PASSEAVA NÃO"	83
5. AS CABRALETAS	88
6. AS SABS: ALTERNATIVA OU REFORÇO ?	96
CAPÍTULO IV - CLIENTELISMO E SINDICALISMO: A CONVIVÊNCIA POSSÍVEL	103
1. A SECRETARIA SINDICAL MUNICIPAL	105
2. "ACIMA DOS INTERESSES DE CLASSE ?"	116
3. ASPMCG	125
CAPÍTULO V - PORTEIRAS FECHADAS ?	135
1. NOTÍCIAS DO VOTO	136
2. CABRAL: O BOM PATRÃO	140
3. OS PROJETOS DE CABRAL PARA O CAMPO	142
4. CAMPINA GRANDE: A LIGA E O SINDICATO	152
5. O DEBATE DO CAMPO CHEGA À CÂMARA MUNICIPAL	157
6. O DISCURSO DE CABRAL PARA O CAMPO	160
CONCLUSÃO	165
BIBLIOGRAFIA	177
ANEXOS	184

E R R A T A

ONDE SE LÊ:

P. VI - excusão
p. 101 - intencionalizadade
p. 114 - esforços
p. 114 - formar
p. 119 - algo
p. 124 - pepel
p. 172 - bola

LEIA-SE:

exclusão
intencionalidade
esferas
formas
alvo
papel
bolsa

RESUME

La finalité de cette étude a été de comprendre la signification de la gestion d'un maire reconnu, dans la mémoire sociale des habitants, comme le "père des pauvres"; j'ai donc analysé l'administration de Severino Cabral à Campina Grande (1958-1963) et les conséquences de celle-ci pour l'ensemble de la société locale. Pour ce faire, je suis partie de son programme qui affichait l'intention de "S'occuper de tous, indistinctement", donnant ainsi au maire une légitimité basée sur l'appui de diverses fractions de classes.

En reconnaissant les variations et l'ambivalence qui ont marqué le pouvoir public à cette époque dans le but de répondre à toutes les sollicitations, ce qui lui permit de garder un certain équilibre entre divers segments sociaux, j'ai essayé de comprendre et d'évaluer l'efficacité des mesures adoptées; j'ai surtout voulu détecter les continuités et discontinuités de cette gestion. Si les continuités indiquaient, dans l'administration Cabral, des éléments de la politique traditionnelle liée au "coronelisme", les discontinuités, caractérisées par l'assimilation des demandes des classes populaires, révélaient par ailleurs une politique de types populiste.

L'analyse a montré que la gestion de Cabral n'appartient exclusivement ni au "coronelisme" ni au populisme. En réalité, Cabral a créé un système d'administration municipale réunissant des traits des deux phénomènes ("coronelisme" et populisme) et donc des deux formes de domination. Si il n'a pas pu empêcher totalement l'éclosion de conflits sociaux, il a cependant su les administrer, faisant prévaloir la fonction unificatrice de l'Etat.

INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta-se como uma tentativa de compreender o significado da gestão de um prefeito que é reconhecido na memória social de Campina Grande como o "pai dos pobres".

O objetivo é analisar o significado da administração de Severino Cabral em Campina Grande (59 a 63) e as consequências dessa administração para o conjunto da sociedade campinense, a partir de uma plataforma de governo que pretendia "atender a todos indistintamente", retirando daí sua legitimidade através do apoio de diversas frações de classes.¹

Levando em conta a variação e ambivalência das práticas adotadas pelo poder público, em função de atender a todos

1- É importante aqui ressaltar o conceito utilizado por Poulantzas (1977:65) sobre classe social: "Classe social é um conceito que indica os efeitos do conjunto das estruturas, da matriz de um modo de produção ou de uma formação social sobre os agentes que constituem os seus suportes; esse conceito indica, pois, os efeitos da estrutura global no domínio das relações sociais". Importa, ainda, ressaltar do mesmo autor, a questão da distinção "entre camadas e frações, ela é sobretudo pertinente no que concerne ao seu reflexo a nível político: as frações, na medida em que se tornam autônomas, são suscetíveis, ao contrário das camadas, de se constituírem em forças sociais".

e com isso conseguir o equilíbrio entre vários segmentos sociais, procurei compreender e avaliar a eficácia das medidas adotadas, e, sobretudo, detectar continuidades e descontinuidades² ocorridas nessa gestão.

O reconhecimento das continuidades implicaria por um lado, em reconhecer, na gestão de Cabral, elementos da política coronelística tradicional. Por outro lado, reconhecer as descontinuidades através da incorporação das demandas das classes populares, levaria a considerar a possibilidade de existência de uma política populista em Campina Grande.

Neste trabalho, porém, procuro fugir à preocupação em classificar uma prática única e exclusiva na qual se enquadraria a administração de Severino Cabral. O principal interesse reside na compreensão do significado deste estilo de governo no conjunto das relações sociais³ entre a população e o poder público. Cabe desvendar em que situações sua ação contribuía para incluir ou excluir novos atores provenientes das classes populares no jogo político, assim como desvendar quais os efeitos sociais de sua relação com as classes populares, no que diz respeito a incentivos às formas de organizações pré-existentes e àquelas que foram implementadas neste período. Neste sentido, minha intenção foi:

-
- 2- *Abordando especificamente a questão das lutas no campo, Palmeira (1985:44) explicita esta perspectiva: aborda a questão da continuidade/descontinuidade (...) em termos de deslocamentos de feixes de relações sociais e introdução correlativa de novas práticas sociais.*
- 3- *Por relações sociais compreende Poulantzas (1977:83) que "Consistem em prática de classe, encontrando-se as classes aí situadas em oposições: as classes sociais não podem ser concebidas senão como prática de classe".*

- a) detectar as formas e expedientes utilizados pelo prefeito Severino Cabral para se fazer reconhecer para a população como sendo o "prefeito pai dos pobres";
- b) desvendar os mecanismos utilizados pelo poder público para colocar-se "acima das classes";
- c) avaliar as repercussões de suas práticas do ponto de vista de diferentes categorias de trabalhadores (enfermeiros, funcionários públicos, moradores de bairros periféricos, soldados, trabalhadores rurais), atingidos pelas políticas sociais implementadas pela prefeitura.

Para compreender o significado e as repercussões da administração de Cabral nos diferentes segmentos sociais optou-se por determinados procedimentos metodológicos e técnicas de pesquisa.

O cenário de pesquisa com o qual me deparei não era por mim completamente desconhecido.⁴ Sob certos ângulos, todavia, parecia algo de novo e misterioso do qual eu iria retirar dados que me permitiriam resgatar as questões pertinentes ao significado da gestão Severino Cabral. O que me atraía era sobretudo esse afã em descobrir por mim mesma novos elementos — ou seja, as medidas adotadas por Cabral que estavam registradas no material do Arquivo — com os quais eu pudesse dialogar durante a pesquisa e a análise sociológica.

4- *Como estagiária do curso de História no Museu Histórico e Geográfico tive meus primeiros contatos com os Arquivos Pú**bl**icos e com a pesquisa documental.*

A vontade de ter em mãos informações com as quais pudesse ir ordenando os fatos e deles retirar um fio condutor do trabalho⁵ levou-me a não separar a pesquisa em fases distintas, fazendo simultaneamente o estudo histórico, a pesquisa documental e as entrevistas. Para isso estabeleci rituais diários que permitiam deslocar-me diariamente aos variados locais nos quais recolhia os dados. O horário da entrevista, por depender da conveniência de outra pessoa — o entrevistado — era sempre priorizado, o restante do tempo era dividido entre o jornal (Diário da Borborema) e o Arquivo da Câmara Municipal e as tentativas de recolher subsídios na literatura pertinente ao assunto.

Porém, levando em conta as particularidades encontradas em cada local de pesquisa, torna-se importante me deter em cada uma delas.

Na delimitação do universo de pesquisa, considerei, na escolha dos informantes, a necessidade de atingir diferentes categorias sociais representativas das variadas frações de classe: políticos que exerceram/exercem cargos, enfermeira, trabalhador rural, vigia, empregada doméstica, advogado, jornalista, membros da família Cabral, sindicalistas, dirigentes de movimentos populares de bairro, pessoas ligadas a partidos políticos, médicos, comerciários, etc.. Num segundo momento, outras pessoas foram apontadas, na maioria das vezes, pelos próprios informantes.

5- Vale aqui lembrar que essa vontade e certa pressa em compreender faziam minha orientadora me dizer: "Lúcia : tenha paciência, tese é um pouco um quebra-cabeça, você vai juntando os pedacinhos para compor um quadro". E na verdade foi esse exatamente o caminho. Um projeto de lei daqui, uma entrevista dali, uma nota de jornal acolá sobre o memo tema foram, aos poucos, fazendo sentido.

As entrevistas, inicialmente, me causaram maior inquietação pois apresentei-me sozinha sem nenhum avalista ou mediador. Contudo, posteriormente, observei que o fato de não estar representando nenhum grupo político, nenhuma entidade, resultou em fator positivo, pois os informantes puderam responder descompromissadamente as questões por mim colocadas.

Gravadas ou anotadas, as entrevistas seguiam um roteiro pré-estabelecido que nem sempre foi cumprido. Alguns informantes, muitas vezes atores sociais e políticos do período, voltavam ao passado e se perdiam em lembranças de fatos dos quais haviam participado, ou dos quais achavam importante falar, resgatando o registro existente na memória social com suas semelhanças e diferenças, que correspondem a situações e posições de classe.

Vale ressaltar que, com alguns informantes, houve um desdobramento posterior que resultou em relação de amizade, baseada, sobretudo, na paixão comum pela História.

Através da pesquisa nos jornais da época procurei perceber os indícios dos ciclos do processo social, as modalidades e graus de conflito, os pactos e acordos sociais registrados pela Imprensa e por esta transmitida à população. Nesta perspectiva, importa menos a "veracidade" das informações veiculadadas e mais os efeitos que as notícias provocam na cidade de Campina Grande.

É importante ressaltar que o jornal,⁶ enquanto fonte

6- Devo informar ao leitor que, desde o início de minha pesquisa no jornal (Diário da Borborema), pude perceber uma certa preocupação daquele órgão de imprensa em publicar matérias, no mesmo nível, tanto a respeito da campanha de Séverino Cabral quanto da de Newton Rique. Isto era uma tentativa de aparecer à população como um órgão "neutro". Essa "neutralidade" repete-se durante a gestão de Cabral, quando publica artigos do Prefeito "atacando" alguma categoria e também a resposta desta a Cabral.

de notícias, traz, subjacente a estas, uma concepção determinada da realidade. Todavia nem por isso a imprensa deixou de ser uma fonte para reconstituir a gestão de Severino Cabral, a relação deste com as diversas categorias, as estratégias propagandeadas — em artigos — em busca de legitimidade, representações e articulações com grupos de interesse, os programas municipais, o modelo de "crescimento econômico" da cidade e, sobretudo, os "modelos" do assistencialismo desenvolvido na prática administrativa em foco.

Enfim, o jornal mostrou em certa medida, a forma de Cabral conduzir o processo político/econômico — com que recursos e com que estratégias — da cidade de Campina Grande durante a sua gestão.

Finalmente, foi através da pesquisa documental, que os projetos, as leis, os decretos, os vetos registrados no calor da hora revelaram elementos que, relacionados com as notícias de jornal e o conteúdo das entrevistas, permitiram-me visualizar o conteúdo da gestão de Cabral.

A prática assistencialista, ampliada através do poder público, por exemplo, ficou registrada nos documentos, nos jornais e na memória dos entrevistados. Mas foi no confronto destas várias fontes — com suas peculiaridades e limites — que pude me aproximar do seu significado.

Através da análise à gestão de Cabral, objetivei perceber quais os elementos conjunturais que condicionam o atrelamento das organizações populares ao Estado. Além disso, tentei também verificar como as organizações se submetem, manipulam ou reagem, em determinadas circunstâncias, ameaçando ou não o projeto inicial de cooptação. Neste sentido, procurei levar em conta as variações e/ou formas de excusão/inclusão

das massas populares que, no período, se expressavam através das seguintes alternativas: coronelismo, populismo e democracia representativa.

Considerando tais aspectos, pode-se perceber como é rica e dinâmica a conjuntura estudada. Como afirma Carvalho (1985:78), "a década de 50 é particularmente ativa em função da agudização das crises sociais e políticas do País. É o momento do grande debate sobre o subdesenvolvimento, o nacionalismo e da prática populista".

Campina Grande foi o palco do I Encontro dos Bispos do Nordeste, realizado entre 21 e 26 de maio de 1956. Foi deste encontro, segundo Carvalho, (1985:90) que saíram "diretrizes que foram incorporadas pelo governo JK em sua política para a região. A operação Nordeste, embrião da SUDENE, "e outros acontecimentos econômicos e políticos tiveram, no I Encontro de Campina Grande um de seus pilares" (CARVALHO, 1985:90).

Neste sentido, embora sendo economicamente cidade "periférica" e de industrialização incipiente, aqui também chegaram os temas do social-desenvolvimentismo produzindo efeitos das formas tradicionais da política local. Cabral parece ter sido um político desta época, produzindo uma síntese entre novas e velhas práticas.

E para compreender suas práticas e concepções, dividi este trabalho em cinco capítulos. No primeiro, intitulado *Terra, Algodão e Poder: Continuidades e Descontinuidades*, tento reconstituir as condições sociais em que as facções político-econômicas formaram-se e se reproduziram em Campina Grande.

No segundo capítulo, *Trajetória de um "Amigo do Povo"*, que trata da trajetória política de Severino Cabral, são consideradas as alianças, composições, e sua forma "popular" de se fazer presente na política de Campina Grande entre os anos de 47 a 70.

O III, IV e V capítulos pretendem dar conta de aspectos significativos de sua gestão como prefeito de Campina Grande, entre 59 e 63.

O terceiro, *Tido e Havido como o "Pai dos Pobres"*, compreende seu relacionamento com as camadas populares urbanas, no que diz respeito ao atendimento de suas demandas pelo poder público municipal. No quarto capítulo, *Clientelismo e Sindicalismo a Convivência Possível*, procurei compreender as relações do executivo municipal com as instâncias de representação (sindicatos e associações) de diferentes categorias sociais. O quinto capítulo, *"Porteiras Fechadas ?"* versa sobre os projetos de Cabral para a área rural e seu confronto com projetos de outras forças sociais presentes nos conflitos do campo.

Partindo do pressuposto de que o conhecimento se produz de forma coletiva — isto é, o estudo de um determinado objeto pode ser complementado, aprofundado e/ou superado por outros. Este trabalho pretende, não sō, desvendar facetas do passado mas, na medida do possível, fornecer elementos que contribuam para maior esclarecimento do jogo do poder público frente aos diferentes segmentos sociais.

CAPÍTULO I

TERRA, ALGODÃO E PODER: CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES

O objetivo deste capítulo é destacar as condições sociais que determinaram a trajetória de Severino Cabral, tendo em vista que as circunstâncias em que se definiram as formas de poder local em Campina Grande refletem as determinações da estrutura fundiária¹ e do significado econômico e político que a propriedade da terra representou. Embora não se pretenda esgotar essa questão, torna-se necessário relembrar alguns aspectos da conformação econômica e política da cidade de Campina Grande que permita uma melhor compreensão da conjuntura que se tornou objeto desse trabalho.

Campina Grande, fincada num ponto central da Paraíba, na Serra da Borborema, era passagem obrigatória de viajantes. Experimentou, desde o início, a posição de entreposto comercial que liga os sertões com os brejos e as praças do litoral. Diz o cronista (ALMEIDA, 1979:107) que "Campina Grande não era simplesmente um pouso, um lugar de descanso para os animais e tropeiros, ali operavam-se as trocas comerciais".

Percorrendo a história da formação de Campina Grande e do destino de sua economia tem-se a associação de terras

1- *Sobre a estrutura de distribuição de terras no município de Campina Grande no século XIX, ver Vianna (1985). Sobre o período posterior, consultar Araújo (1985).*

(fazendas) com o algodão e o comércio, elementos que "gestaram as condições para a constituição das várias frações da classe dominante e da atuação do poder local" (SILVA, 1985:14). Também na formação da cidade teve posição de destaque a pecuária, principalmente se expressada no binômio complementar algodão/pecuária.

O reconhecimento de que a terra, o algodão e o comércio foram as bases do poder econômico e político em Campina Grande, vem sendo atestado desde os primeiros registros históricos. Não é por acaso que, num dos primeiros livros sobre Campina Grande, lê-se: "Dos elementos mais destacados da sociedade colonial campinense, noventa por cento, aproximadamente, formavam a burguesia rural, a burguesia das fazendas e engenhos". Para o autor, isto significava "tudo o que Campina, com seu imenso município, possuía de mais interessante e ponderável, dentro do ponto de vista econômico, social e político" (CÂMARA, 1947:19).

Nessa estrutura social, entretanto, destacava-se o comércio do algodão, responsável por um duplo desempenho de atividades. Ser fazendeiro e ser comerciante de algodão correspondia a uma inquestionável inclusão na elite dominante: "nem todo fazendeiro era comerciante, mas seguramente todo comerciante era senhor de terras" (SILVA, 1984:2). Desta forma, por um lado, no campo, exercia-se a dominação personalizada através do monopólio da terra e, por outro, na cidade, onde mandavam os comerciantes de algodão, expandia-se a patente e a prática coronelística.²

2- No que diz respeito aos momentos eleitorais, em Blondel (1975:95) encontramos o seguinte registro: "na cidade (Campina Grande) a propaganda por meio de cartazes, inscrições nos muros, reuniões públicas, desempenham papel considerável. Mas no campo assume um aspecto mais pessoal, porque é preciso atingir diretamente os eleitores".

Discorrendo sobre a estrutura agrária no Brasil, Martins (1981:46/47) chama a atenção para a importância do comércio como componente fundamental da conformação da dominação coronelística.

"Ao contrário da impressão geralmente difundida, os coronéis não eram exclusivamente proprietários de terras. Além de serem, geralmente, grandes fazendeiros, eram também comerciantes que negociavam com produtos agrícolas da região, comprando a produção dos sitiantes, moradores e dos agregados de sua área".

Em Campina Grande, particularmente, essa situação se evidencia justamente em vista de a cidade apresentar-se como um polo de comercialização do algodão de expressão nacional. A cidade de Campina Grande não se restringia a organizar e distribuir a produção do próprio município. Segundo Blondel (1957:49), "Campina Grande vê passar em seus entrepostos todo o algodão do interior da Paraíba e mesmo uma parte do Ceará ou do Rio Grande do Norte (...) É uma cidade cosmopolita, de imigração e fortuna.³ Em Campina Grande todo o Sertão se abastece e paga seu tributo. Essa massa urbana vive do comércio; é uma cidade de intermediário que não conhece outra coisa senão comprar e vender".

3 - A família Lauritzen, de origem dinamarquesa, destacou-se na comercialização do algodão representando interesses de empresas internacionais na cidade de Campina Grande. Seus membros participaram também da política local: o "coronel" Lauritzen foi "chefe político" de Campina Grande do século passado até a década de 20 do século atual. Ocupando a chefia do Executivo municipal, através de nomeação de 1904 a 1923, seu filho Ernani Lauritzen ocupou o mesmo cargo de 1924 a 1928. (Cf. TEJO, 1984).

Certamente o "comprar e vender" abre espaço para o crescimento da cidade. Essa marca aparece em 1864, quando Campina Grande é elevada à categoria de cidade e conta com 40 casas de comércio, 1 (uma) farmácia e 2 (duas) boticas. Continua ainda presente no começo do século (1907), quando é instalada a estrada de ferro, necessidade decorrente do comércio.

O movimento de uma economia, cujo motor (a produção) não estava apenas nos limites municipais, acarretou modificações físicas na cidade. Ao mesmo tempo, porém, parte significativa do excedente desse movimento ficou nas mãos da mesma parcela de fazendeiros/comerciantes, que definiam os contornos políticos da cidade, poder que lhes era conferido pelo acesso à terra, ao algodão e ao comércio.

A dinâmica do poder dos "coronéis do algodão", em Campina Grande, não fugiu à tradição da política coronelística brasileira: Ser "coronel" significou ter a condição de vir a ser chefe político local.⁴ No âmbito de poder, circunscrito à terra, até idos avançados do século XX, a presença de chefias locais estiveram ligadas à terra e ao algodão. Como lembra Tejo (1984),

"Pode-se afirmar que até 1930, a política de Campina Grande girou em torno das chefias: Irineu Joffily, João Lourenço Porto, Afonso Campos e Acácio Figueiredo. No governismo:⁵

4- A expressão "chefe político" encerra realidades diferentes, de acordo com o que se pode concluir do que coloca Blondel: "nasceu do clã fechado; mas se transforma com o desenvolvimento dos poderes do Estado. Transforma-se também com a evolução da própria vida política. Serve ainda de intermediário entre o mundo exterior e o eleitor, captando os leitores ou conservando-os graças a favores". (Cf. Blondel, 1957:59).

5- "Governismo" é uma categoria utilizada, pelo autor, para indicar as chefias que dominavam a política local em conse

Alexandrino Cavalcanti, Cristiano Lauritzen (...) Joffily era um homem apatacado: casa na cidade e fazenda no campo. Lauritzen era considerado rico com a sua casa inglesa e muitas terras, podendo-se concluir que a luta naquele tempo era somente entre os bafejados da sorte e isso porque 40 famílias dominavam Campina Grande" (grifos meus).

De fato, aos "apatacados" e aos "bafejados da sorte" estava colocada a possibilidade de inclusão no poder.⁶ Eram estes que podiam entrar no jogo das forças políticas. Entre as 40 famílias citadas pelo estudioso, as alianças matrimoniais pesavam no jogo político. Como lembra Queiroz (1975: 164), "As alianças matrimoniais estabeleciam laços de parentesco entre as famílias, quase tão prezados quanto os de sangue".

Por outro lado, ainda que as alianças matrimoniais e outras necessárias alianças políticas entre as famílias distintas delineassem "grupos políticos" que competiam entre si por parcelas de poder, seus alinhamentos não eram estáticos. Alian

cont.

quência de pertencerem ao partido que estava na situação nacional. As chefias que estavam no "governismo", no período, eram integrantes do Partido Conservador.

- 6- Cabe ressaltar, porém, como se encontravam os excluídos do poder, ou seja, a classe trabalhadora, cuja organização, em Campina Grande, de 1920 a 1932, assim se expressava:

<u>DESIGNAÇÃO</u>	<u>DATA DA FUNDAÇÃO</u>	<u>Nº DE SÓCIOS</u>
Associação dos Empregados no Comércio	1920	119
Sociedade Beneficiente dos Artistas	1929	312
União Operária Católica	1931	600
Sindicato Geral dos Trabalhadores	1932	95

Retirado do Anuário Estatístico do Estado da Paraíba, 1932, pp. 126/165 (in SILVA, 1985: 261).

ças eram construídas, quebradas e reconstruídas a partir de várias circunstâncias da política local que determinava convergências ou oposições de interesses conjunturais. No entanto, tais disputas não significavam a inclusão de outros grupos sociais na estrutura de dominação política, onde prevalecia econômica e politicamente o tripê: gado, comércio e algodão.

Estava bem definida, em 1945, a condição de primazia de Campina Grande no cenário estadual, resultado da comercialização do algodão, que a fazia liderar, então a arrecadação estadual de impostos, como bem o demonstra o quadro abaixo.

ANO	MUNICÍPIO	ARRECADAÇÃO ESTADUAL (mil cruzeiros)
1941	C. Grande	11.657.000
	J. Pessoa	6.354.000
1942	C. Grande	9.950.000
	J. Pessoa	6.650.000
1943	C. Grande	12.680.000
	J. Pessoa	6.541.000
1944	C. Grande	12.585.000
	J. Pessoa	8.614.000

Em 1945 Campina Grande contava com 141.260 habitantes, o que também pode ser considerado como indicador de sua importância política. Neste momento os ventos da redemocratização chegam à cidade. Enquanto a nível nacional, segundo Dreifuss (1981:29), o bloco de poder oligárquico empresarial,

7- IBGE - *Sinopse Estatística do Município de Campina Grande, Rio de Janeiro, 1984. p. 8. In Silvestre (1982:22/23).*

que apoiava o Marechal Eurico Dutra, tentava conseguir o consentimento político das classes subordinadas e impor consenso entre as frações subalternas da classe dominante, usando para este fim, inicialmente, meios de dominação e táticas que se caracterizam sobretudo pelo paternalismo, Campina Grande foi cenário de uma disputa entre "chefes políticos" que se congregavam no interior de uma mesma agremiação partidária: a UDN.

A UDN como afirma Silvestre (1982:43) "embora inferiorizada no plano federal julgava-se o partido majoritário no Estado, e com razão, pois dos doze constituintes paraibanos, nove pertenciam às suas hostes". No entanto, o fato desse partido possuir nove constituintes, não significou ausência de dissensões internas. Se é verdade que as diferenças entre UDN e PSD no Estado da Paraíba, particularmente em Campina Grande, pautaram-se mais pelas questões locais do que pelos programas partidários ou embates que se davam a nível nacional,⁸ é verdade também que dentro da própria UDN as diferenças se basearam em disputas de "chefes políticos". Para Osvaldo Trigueiro, eleito governador da Paraíba em 1947, em depoimento a Aspásia Camargo (1984:386),

8- Os autores que tratam o quadro de princípios e propostas da UDN apontam como fator importante sua composição social. Segundo eles, ali se reuniam antigos liberais, a burguesia comercial urbana, esta ligada aos interesses exportadores e importadores, prejudicados em seus lucros pelo intervencionismo econômico do Estado Novo. Contava ainda com a simpatia das classes médias urbanas e de intelectuais e profissionais liberais. E, finalmente, apontam-na como o partido que pregava a abertura ao capital estrangeiro e, que em última instância inspirava a reconversão do sistema político brasileiro. Sobre o assunto, entre outros, ver OTAVIO IANNI (1971), SOLA (1980), DREIFUSS (1981). Por outro lado, especificamente na Paraíba, segundo ARAÚJO (1985) "A UDN se forma nos embates políticos contra a ditadura de Vargas, os seus representantes mais ilustres estariam ligados à burguesia-algodoeira e exportadora".

"desde o início, o problema de uma UDN com p^osita, com a corrente de Argemiro de Figueiredo e de José Américo, cada qual se considerando naturalmente majoritário. A coexistência dessas correntes nunca foi fácil. Nos estados do Norte, sempre houve a preocupação com a chefia unipessoal. Havia quem fizesse questão de ser chefiado por José Américo de Almeida, outros por Argemiro - uma preocupação que me parecia um pouco ultrapassada. Nos grandes estados do Sul, a idéia de chefia unipessoal já havia desaparecido há muito tempo (...), mas a Paraíba tinha a preocupação da chefia. O partido tinha que ter um chefe, o chefe era uma pessoa. Isso resultou um pouco da tradição. Tínhamos uma tradição de chefes muito nítida (...) Com esse sentimento de chefia, essa preocupação de chefia, a UDN da Paraíba ficou tendo dois chefes, que lamentavelmente não se entendiam na época. Um morava em Campina Grande, outro no Rio de Janeiro. Isso dificultava muito as coisas. Não se escreviam - comunicavam-se indiretamente através de amigos - o que dificultava muito os entendimentos. Havia sempre delegação de poder. As vezes havia uma reunião em João Pessoa, e José Américo delegava poderes a um de seus amigos. Argemiro às vezes ia pessoalmente, às vezes delegava também poderes para representá-lo. Havia esse problema".

A eleição para prefeito de Campina Grande em 1947 é um exemplo dessa situação. Argemiro de Figueiredo apontava seu cunhado Veneziano Vital do Rego para candidato a prefeito. A fração ligada a José Américo não aceitou a indicação. Esgotadas, no âmbito da UDN, todas as possibilidades de fazer Argemiro recuar do lançamento da candidatura de Veneziano, os dissí

dentes udenistas concentravam-se no nome do médico Elpídio de Almeida. (SILVESTRE, 1982:99).

Configura-se, então, a dissidência da UDN, e seu candidato consegue o apoio do PSD. "Depois de marchas e contra-marchas, horas a fio de articulações, desentendimentos e mal-entendidos, o PSD resolveu apoiar o nome de um dissidente da UDN, o Dr. Elpídio de Almeida" (SILVESTRE, 1982:92).

Foi, portanto, uma disputa interna da própria UDN que resultou em uma articulação política chamada "Coligação Democrática Campinense", denominação "feliz", como define Silvestre (1982:99) para "uma aliança de partidos, 'alas' e pessoas".

Além de parte do PSD e da UDN, principais partidos a sustentarem a Coligação Democrática Campinense, dessa coligação faziam parte ainda o Partido Socialista Brasileiro, parte do Partido Trabalhista Brasileiro, o Partido da Representação Popular "e completando essa verdadeira salada ideológica, também participaram da CDC, os comunistas" (SILVESTRE, 1982:112).

Neste contexto de integração de partidos e pessoas, o que definia os contornos da Coligação Democrática Campinense? Resgatando uma estrofe de um hino da campanha, percebe-se a retórica de inclusão da "pobreza": "Com Elpídio e Rodembusch/a pobreza vencerá/E o dinheiro que é do povo/Sô ao povo servirã" (SILVESTRE, 1982:115). Uma coisa é certa: nos bastidores de assessoria política da Coligação Democrática Campinense, consegue-se que o candidato soasse como surgido da vontade de todos os campinenses. Essa retórica foi também utilizada no sentido, talvez, da inclusão de uma maior quantidade de atores, excluídos até então.

No âmbito da Coligação Democrática Campinense, orien

tada por descendentes de famílias tradicionais econômica e politicamente, como José Joffily e Verniaud Wanderley, destacou-se, por exemplo, a atuação de Félix Araújo. Este último é caracterizado por Silvestre (1982:117) como um "estudante magro e agitado, que supera os estigmas da pobreza e da acusação de comunista e se impôs aos próceres da Coligação como peça insubstituível na engrenagem daquela luta gigantesca".

Félix Araújo, em 1945, foi candidato a deputado federal pelo Partido Comunista obtendo 727 sufrágios em Campina Grande. Em 1947, alcançou 885 votos como candidato à constituinte estadual. Certamente, como indica o mesmo Silvestre (1982:117), nos votos de Félix Araújo estavam incluídos os votos dos seus amigos e familiares não comunistas. Mas a presença e a importância de Félix Araújo na Coligação Democrática Campinense não deve ser medida apenas em termos de fracasso eleitoral do candidato apoiado pelo PCB. O que chama atenção é que, neste momento histórico, torna-se socialmente necessário a uma das facções políticas tradicionais "modernizar" seu discurso, incorporando em sua estratégia discursiva respostas a argumentos eleitorais até então vigentes.

Não foi apenas por ter incorporado em seu seio Félix Araújo, um comunista, que a Coligação Democrática Campinense renovou o estoque de argumentos eleitorais. Um outro exemplo, neste mesmo sentido, pode ser notado na ressemantização que a CDC faz da categoria "forasteiros", socialmente com valor negativo nas campanhas político-partidárias, passando a ter uma conotação positiva.

Os partidários de Argemiro de Figueiredo, e de seu cunhado Veneziano Vital do Rego, procuravam destacar o fato do candidato apoiado pelo Dr. José Américo de Almeida, o médico Elpidio de Almeida, ser um "forasteiro de Areia". A Coligação,

então, por sua vez respondia a acusação dirigindo-se diretamente a certos "forasteiros" como reivindicando a ampliação ou renovação das elites dominantes da cidade. É o que parece indicar o panfleto/convite para um comício dos candidatos da Coligação Democrática Campinense.

"Convida-se o povo de Campina-Grande, especialmente os "FORASTEIROS" - Incorporados pelo coração e atividade ao progresso desta cidade - Para o comício monstro, que será realizado..." (cf. SILVESTRE, 1982)

Os "forasteiros incorporados no coração e na atividade" da cidade parecem ser principalmente os "comerciantes". Embora saibamos que terra e comércio do algodão foram as bases iniciais do poder em Campina Grande, neste momento, a Coligação Democrática Campinense procurava se beneficiar explorando os conflitos entre os grandes comerciantes atacadistas, que geralmente eram grandes proprietários fundiários, e a rede de comerciantes menores, subordinados econômica e politicamente aos primeiros. Um panfleto da campanha de Dr. Elpídio de Almeida é ilustrativo neste sentido. (V. doc. p. s.)

Sem dúvida estes embates não se restringiram à disputa pela prefeitura de Campina Grande: sobretudo o governo estadual, que alguns anos depois será disputada por Argemiro de Figueiredo e José Américo, estava diretamente em jogo. É certo também que tais delimitações de campos de oposição entre frações de classe não podem ser traduzidas em termos estritamente ideológicos, pois personagens de uma ou de outra facção, como veremos posteriormente, deslocam-se de um lado para outro e fazem alianças com antigos inimigos. Mas, de qualquer forma, não há como deixar de fazer notar que ocorrem mudanças nas

COMERCIANTES!..

Os tempos mudam. Os algozes esquecem sempre.

ONTEM: *No Governo do Sr. Argemiro ordenara-se a DEVASSA nas escritas de honrados comerciantes desta Praça. por indivíduos sem idoneidade, só pelo prazer de PERSEGUIR.*

O SEU 1.º LEAL E SINCERO CUNHADO, foi uma tragédia. - Abusava da autoridade do Fiscal Mercantil, fazendo as maiores Injustiças, criando dificuldade entre pequenos e grandes comerciantes.

O SEU 2.º LEAL E SINCERO CUNHADO, uma calamidade. - Massacrava o comércio do algodão com desmandos, e criações de portarias de caráter pessoal, cujas consequências feriam o interesse do nosso principal ramo de negócio.

O CHEFE apoiava-os incondicionalmente. Eram SEUS LEAIS CUNHADOS. O comércio não devia ser ouvido...

Comerciantes criteriosos eram afrontados, presos e desmoralizados.

O CHEFE não tomava nenhuma atitude compatível com a dignidade da família campinense; a Associação Comercial por varias vezes foi desmoralizada.

A Política do CHEFE era a palarra de ordem.

O SEU 3.º LEAL E SINCERO CUNHADO? Uma interrogação triste e de perspectiva melancólica. Quem o saberá responder?

O POVO JA' OS CONHECE E SABE QUE OS SEUS ERROS NÃO TÊM FIADORES.

HOJE - Ironia do destino dos politicos profissinais.

ELE, o mesmo CHEFE, está batendo à porta desses mesmos comerciantes que tanto perseguiu, pedindo VOTOS para o seu candidato.

ELE, crê que o comerciante não tem sensibilidade, nem amor proprio, pensa que o comerciante já esqueceu os momentos de extorsão e de Intranquillidade.

O Comércio é representado por seres humanos. Têm um coração. Não esquecem as amarguras e as perseguições.

No dia 12 de Outubro, saberá responder ao CHEFE que hoje bate à porta, votando no CANDIDATO DO POVO.

DR. ELPIDIO JOSUE' DE ALMEIDA

formas de exercer a dominação política, nesta época, em Campina Grande. Anos depois, o próprio Argemiro de Figueiredo, ao seu modo, reconhece este fato, através de uma confissão publicada no Diário da Borborema (14/4/74).

"Tenho de confessar, lealmente, que foi nessa luta em termos da candidatura do meu cunhado Veneziano Vital do Rego que se deu um grande passo na modificação do sistema político então adotado na Paraíba. Eu chefi ei com exclusividade o Partido, não só em Campina Grande como em todo o Estado, com o privilégio de mando unilateral. Eram assim escolhidos os deputados federais e estaduais, isso durante vinte anos.

Sem ter em vista que os tempos haviam mudado e que era um erro meu tentar manter o povo subordinado a uma única chefia, vir ruir todo esse sistema nas minhas próprias mãos com a derrota do meu candidato que sempre foi um homem de bem a toda prova e me inspirava absoluta confiança, com a vitória do Dr. Elpidio de Almeida que expressa a vontade do povo". (Cf. SILVESTRE, 1982) (grifos meus)

Assim, ainda que a marca da continuidade de poder tenha perpassado a campanha e a vitória do candidato, fruto da Coligação Democrática Campinense, esta ficou registrada na memória campinense como um "novo modo de fazer política". Ou seja, pessoas, partidos e alas compõem-se numa campanha eleitoral onde, por um lado, permanecem as convergências de interesses das classes dominantes e, por outro, a retórica de inclusão do "povo" no poder angariando apoio popular.

Dentro deste contexto político-partidário, que expressava uma dinâmica de competição/aliança entre e intra famí

lias econômica e politicamente dominantes, é um 1946 que Severino Cabral⁹ desponta na política, sendo eleito deputado estadual pela UDN, compondo a facção próxima a José Américo de Almeida.

Relembrar a Coligação Democrática Campinense e sua retórica eleitoral — em que destacava a categoria povo e apelo popular — não é suficiente para explicar a trajetória de Severino Cabral. Porém não há dúvida que este embate entre "chefes políticos" de famílias tradicionais, resultou em um legado político que é apropriado por Cabral para chegar em 1959 à Prefeitura Municipal. É através de arranjos interpartidários que ele garante certa autonomia para construir sua própria imagem de "amigo do povo".

9- Embora pertencendo ao esquema de dominação econômica da cidade, Cabral se diferenciava em termos de origem social, pois sua família não estava entre as citadas que alternadamente governaram Campina Grande.

CAPÍTULO II

TRAJETÓRIA DE UM "AMIGO DO POVO"

No final da década de 40 e início da de 50, segundo Araújo (1985:51), "a concentração da produção algodoeira vai contribuir para a expansão de outros setores em Campina Grande. O comércio, principalmente o atacadista, abastecia todo o Sertão e o Brejo, atingindo, também, os estados vizinhos de Pernambuco e Rio Grande do Norte. Além do mercado nordestino, era constante o fluxo comercial com os grandes centros do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Verifica-se também um considerável aumento de agências bancárias. Instalaram-se o Banco Industrial de Campina Grande, Banco do Comércio de Campina Grande e o Banco do Povo. Enfim, estendem-se as operações financeiras como demanda do desenvolvimento ocorrido na cidade. Empresas de aviação passam a operar no aeroporto local, há aumento de entidades culturais e assistenciais, e se assiste, ainda, a um aumento substancial do número de casas comerciais.¹ Também, com o fim da

1- *Sobre o comércio de Campina Grande, em 1950, é interessante a afirmação do Sociólogo Arthur Rios (apud, ARAÚJO, 1985: 51): "O valor das vendas, atingiu em 1950 o total de 887 milhões de cruzeiros, cabendo mais de 80% ao setor atacadista, cerca de 720 milhões de cruzeiros e o restante ao comércio varejista, com 165 milhões. Cotejando-se a posição de Campina Grande com João Pessoa, verifica-se a importância de um município, representado por quase metade do valor de vendas do Estado e com a vantagem sobre João Pessoa de 8,8%, no caso do comércio atacadista e 23,5% do comércio varejista".*

segunda guerra mundial, desenvolveram-se empreendimentos industriais, como por exemplo, fiação e tecelagem de carôã, o que, segundo Araújo (1985:69), proporciona a estruturação de novos bairros, como a Prata, que seriam ocupados por industriais e comerciantes.

Nessa ocasião, acentua-se também o processo de concentração fundiária que obriga o homem do campo, sem terra, a procurar a cidade,² o que, em consequência, contribui para um aumento populacional de 114% entre 1940 e 1950, ultrapassando os índices de João Pessoa e Rio de Janeiro.³

O crescimento de Campina Grande, no entanto, conforme Araújo (1985:54), não acarreta "mudanças estruturais":

"... a perspectiva de industrialização não ultrapassa os limites impostos pela divisão do trabalho internacional e nacional, que nesta fase intervêm, também na produção através do beneficiamento do algodão e do agave, na produção de óleos vegetais e da ração para pecuária. O espaço mercantil de Campina Grande, limitado pelas não transformações das relações do campo, impediu mudanças mais estruturais".

Por outro lado, ainda que a afirmação de Araújo seja indiscutível — pois o "crescimento econômico" em Campina Grande não esteve respaldado em aumento de produtividade agrícola ou modificações em sua posição subordinada ao mercado nacional e internacional — no âmbito da política local, a linguagem "desenvolvimentista" começa a ter algum significado social.

2- Voltarei à questão fundiária em Campina Grande no Capítulo V deste trabalho.

3- Cf. ARAÚJO (1985:52).

Os "empreendedores" e os que se preocupavam com a "coletividade" passam a se apresentar como alternativa política aos "apatacados" e "bafejados da sorte". Vejamos, então, como se apresentava, neste contexto, Severino Cabral.

Sua posição econômica — empresário, fazendeiro, industrial e banqueiro — foi utilizada como veículo para o assistencialismo, tornando-se uma espécie de "cacife político" que fazia a ponte entre ele e as camadas sociais.

De fato, duas faces de Severino Cabral se complementavam: o assistencialista — "amigo do povo" — e o Cabral "rico". O lugar mais evidente para o assistencialismo, como definiu um dos entrevistados participante do movimento de bairro, era o seu "consultório político", localizado em sua própria residência. Era ali que fornecia favores em forma de remédios, consultas médicas, terrenos, dinheiro, etc.. Por outro lado, o Cabral "rico" firmava-se através de suas atitudes financeiras empresariais, que permitia sustentar o "consultório político" e se impor entre seus pares.

Desta forma lhe era possível não restringir suas relações com a população aos momentos eleitorais mas sim, criar um "modo" próprio de fazer política. Este "modo de fazer política" fê-lo conseguir congregar em torno de si uma significativa clientela das camadas populares, respondendo às suas camadas seja apenas enquanto um "bom" cidadão, seja como candidato ou representante do poder público. Por outro lado, ao exercer atividades empresariais e participar da estrutura de poder, no qual, enquanto representante de uma fração da classe dominante, estava incluído, podia contar, também, com o apoio de diversos setores da elite dominante.

É frequente, na literatura disponível e nos depoimentos sobre Severino Cabral, encontrar-se a enumeração dos bens

e dos cargos empresariais que ocupou, a exemplo de William Tejo (Gazeta, 1985), que assim relata:

"Cabral veio residir em Campina Grande no início da década de XX. Começou no comércio de automóveis. Foi sócio da firma Oliveira Ferreira & Cia. que instalou, nesta cidade, a primeira usina de pasteurização de leite e também a Leiteria Celeste (...) isto em 1935. Fez parte de outros ramos do comércio".

Entre os cargos empresariais ocupados por Cabral, estava a presidência do Banco Auxiliar do Povo, fundado em 7 de agosto de 1928 - primeiro como cooperativa, depois transformado em banco (cf. TEJO, Jornal da Paraíba, 1986), do qual Cabral chegou a ser o principal acionista. Um outro fato relevante é o de que Severino Cabral foi eleito presidente da Associação Comercial de Campina Grande por dois períodos (dezembro de 1952 e novembro de 1953), foi ele também quem construiu a sede da Associação Comercial. (Cf. TEJO, Jornal da Paraíba, 1986)

A qualificação da posição econômico/social de Severino Cabral nos ajuda a compreender seu despertar na política local. Contudo, para delinear sua trajetória, é preciso descrever as alianças e as oposições que garantiram suas vitórias ou ocasionaram suas derrotas.

1- A COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA PARAIBANA

Depois de eleito pela primeira vez deputado estadual em 1946 pela UDN, Cabral rompeu com esta agremiação, integrando-se à Coligação Democrática Campinense. Em 1950, novamente

é eleito deputado estadual, compondo a Coligação Democrática Paraibana, na qual se ligava como pertencente ao Partido Libertador — PL.⁴

Embora sem ter localmente a mesma expressão da UDN e do PSD, o PL teve, como seus componentes, figuras que antes pertenciam a estes dois partidos de maior peso no Estado. Congregando, portanto, políticos tradicionais, tornou-se então, um adversário respeitável, tendo sido eleitos muitos de seus membros.

A importância do PL na campanha de 1950 foi decisiva. Apresentava-se como o "novo", embora fosse, de fato, apenas resultado de disputas entre forças políticas que não estavam em oposição em relação a aspectos mais gerais. O que estava em jogo era a disputa pela estrutura político/partidária. O cerne da oposição era de caráter pessoal, visando o controle da chefia local.

A Coligação Democrática Paraibana surge em decorrência e animada pelo sucesso eleitoral da Coligação Democrática Campinense. Segundo Silvestre (1982:176). "Estimulados pela vitória no pleito municipal de 1947 e com a vantagem de terem na Prefeitura de Campina um dos seus expoentes, os líderes da Coligação Democrática Campinense convenceram os dirigentes de suas correntes que deveriam manter as duas palavras 'mágicas', iniciais da denominação de seu grupo partidário — COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA, substituindo obviamente, a última CAMPINENSE, pela equivalente na esfera estadual — PARAIBANA".

4- José Américo de Almeida, uma das figuras de maior expressão da UDN, na campanha eleitoral de 1950, rompe com este partido e funda o PL, trazendo consigo vários políticos de peso.

Para os candidatos, pertencer à Coligação Democrática Paraibana era o que contava, o partido que integravam era secundário, muitas vezes a sigla do partido não era colocada nas cédulas eleitorais e sim o slogan da Coligação Democrática Paraibana.

Para se ter uma idéia do clima dessa campanha é preciso lembrar o "episódio da Praça da Bandeira". São várias as versões dos fatos (cf. CAMARGO, 1984). Sem dúvida, porém, o confronto na Praça Pública entre as duas facções políticas — que resultou em três mortos e muitos feridos — favoreceu uma das facções. O enterro das vítimas, no dia seguinte, mobilizou grande parte da população. (cf. CAMARGO, 1984). Correligionários da Coligação Democrática Paraibana souberam capitalizar, em seu favor, os tiros disparados pela polícia conforme se depreende do panfleto intitulado "O Medo das Passeatas" (V. doc. p. s.).

José Américo de Almeida foi eleito governador, Arge-miro de Figueiredo, derrotado. Segundo Camargo (1984:417), "O êxito da campanha, suas bases populares e seu caráter oposicionista marcaram o distanciamento em relação às forças políticas dominantes, permitindo posteriormente ao governo maior autonomia de ação". Nas palavras de Pedro Gondim, em depoimento a Aspásia Camargo (1984:417), "Foi a maior vitória eleitoral do estado. Talvez por isso, criou-se um governo eclético, do ponto de vista partidário, mas não eclético do ponto de vista das forças que se identificaram no curso da campanha. A partir daí, constituiu-se uma força oposicionista transformada em governo. O eclético que eu quis dizer é interpartidário". Mesmo considerando com "mais autonomia de ação" e "interpartidário", ao meu ver, não se pode dizer que o governo de José Américo modifica o conteúdo da política paraibana, em termos de inclusão

O MEDO DAS PASSEATAS!...

APOCALIPSE DE S. JOÃO

CAPÍTULO - 6

VERSÍCULO-2

"Olhei, e eis um cavalo BRANCO; e o que estava assentado sobre ele tinha um arco; e foi-lhe dada uma corôa, e saiu vitorioso para que vencesse".

VERSÍCULO-6

"E olhei, e eis um cavalo AMARELO, e o que estava assentado sobre ele tinha por nome MORTE; e o inferno o seguiu; e foi-lhes dado poder para matar a quarta parte da terra, com espada, e com fome, e com mortandade, e com as feras da terra".

(TRANSCRITO DA BÍBLIA REVISADA)

As passeatas da COLIGAÇÃO para os ARGEMIRISTAS eram como sombras e espectros anunciando a derrota de 3 de Outubro.

Cansavam o cérebro, já recalçado, do deputado Argemiro de Figueirôdo.

Os vivos a JOSÉ AMÉRICO, ecoando pela noite afôra, tiravam-lhe o seu doce e sereno sossego. Isso não podia continuar, era demais!...

E SURTIU A TRAGÉDIA DA NOITE DE 9 DE JULHO

A CHACINA jamais será esquecida. Homens, mulheres, Estudantes, Crianças, todos que vivem em Campina Grande, guardarão na memória, os nomes dos principais responsáveis da MATANÇA da Praça da Bandeira.

ELES SÃO CONHECIDOS DO POVO. AS SUAS VIDAS HABITUADAS AO CRIME E AO COITO DE CAPANGAS, ATÉ AS CRIANÇAS INOCENTES DESTA GERAÇÃO SABEM DESCREVER.

ASSASSINARAM o bancário Rubens de Sousa Costa, porque tinham MEDO das Passeatas pacíficas e espontâneas feitas pela mocidade e pelos estudantes da COLIGAÇÃO.

MATARAM o mecânico Oscar Coutinho da Silva, porque nunca conseguiram realizar uma passeata, por falta de gente, por isso, com ódio e inveja mandaram matar o povo.

METRALHARAM o menor de 16 anos, José Ferreira dos Santos, porque sofriam com os gritos das crianças, pobres e ricos — QUEREMOS JOSÉ AMÉRICO!

BALEARAM a senhorita Maria de Barros, porque sabiam que estavam ferindo a mulher campinense, a inspiração e a resistência moral da luta democrática da COLIGAÇÃO, iniciada em 1947, contra o predomínio da força e das perseguições mais vergonhosas.

ESPINGARDEARAM o Povo Indefeso, fria e covardemente na Praça da Bandeira, para amedrontá-lo, criando um ambiente de terror e insegurança, como se isto evitasse a DERROTA.

O professor LIRA não deveria, vêr com os seus próprios olhos, a BELEZA CIVILIZADA de toda uma cidade, vivendo os seus verdadeiros candidatos, — das janellas, nas ruas e nas praças.

ESSE ERA O MEDO, e por isso mandaram DISSOLVER A BALA a reunião popular. Mandaram MATAR os que acenavam o LENÇO BRANCO — símbolo da paz e da alegria.

Enganaram-se todos os Argemiristas. Enganaram-se todos os Liristas.

VOLTAREMOS às Ruas e às Praças Públicas, com garantias dignas de um povo ativo, pacato e independente como o de Campina Grande.

ORDENARAM A MATANÇA, e agora com o mais cínico indiferentismo, soltam nas ruas O CAVALO AMARELO a espalhar mentiras, calúnias, sujando-as — com as maiores miserias, e afrontando o sentimento de uma cidade civilizada.

MATAM e se fazem de "Vítimas", método covarde dos profissionais do crime.

217

Felonia — Cinismo — O Crime calculado — A experiência na Chacina.

Não prevalecem as notícias mentirosas que inventam. O SANGUE dos inocentes será vingado pela arma da COLIGAÇÃO que é o VOTO SECRETO, cujo direito de exercê-lo é garantido pela Constituição.

NO DIA 3 DE OUTUBRO, como um protesto de todos os paraibanos, JOSÉ AMÉRICO será eleito GOVERNADOR, JOÃO FERNANDES LIMA Vice-GOVERNADOR e RUY CARNEIRO — o SENADOR mais Democrata do Brasil.

AVANTE, COLIGAÇÃO! -- Vamos para a Vitória de 3 de Outubro!

FONTE: Josué Silvestre: Lutas de Vida e de Morte

das necessidades básicas da população. Mas, de certa forma, esta campanha e esta vitória têm repercussão em Campina Grande, no que diz respeito a diversificação de lideranças políticas.

Já em 1947, através da Coligação Democrática Campinense, questionara-se a chefia política de Argemiro de Figueiredo e se ampliavam as possibilidades para os amigos de José Américo de Almeida. Em seguida, em 1950, a Coligação Democrática Paraibana, com o respaldo de José Américo de Almeida, garantia a eleição dos "inimigos políticos" de Argemiro de Figueiredo, entre os quais estava Cabral. Cabral, no entanto, desde o início, quando comparado com os demais concorrentes a cadeiras na Assembléia Legislativa, no interior de mesma Coligação, destacava-se pela ênfase com que se apresentava como aquele que "sempre esteve ao lado da causa do povo". Vejamos o que ele dizia ao eleitor num panfleto que apresentava sua candidatura à Assembléia Legislativa Estadual e seu compromisso com o povo:

AO POVO AMIGO DE CAMPINA GRANDE

Caro eleitor

Como é do seu conhecimento, sou candidato a Assembléia Legislativa Estadual na Legenda do Partido Libertador.

A minha candidatura nasceu de uma imposição partidária, reforçada ainda pelo meu desejo de trabalhar junto ao governo estadual na defesa dos inúmeros problemas de nosso município e de nosso Estado.

Da mesma maneira que enfrentei a grande luta política para que Campina Grande tivesse um prefeito como Elpídio de Almeida, estou lutando do mesmo modo, nessa maior ba

talha, para que o nome honrado do Dr. José Américo de Almeida seja levado ao governo da Paraíba. Tenho empregado todos os meus esforços pelo desenvolvimento de Campina Grande e seus distritos, e nunca deixei de atender aqueles que me procuram, mesmo fora de tempo de eleições, quando o eleitor não é conhecido pelos profissionais da política. Igualmente defenderei junto aos poderes do Estado os legítimos interesses do Comerciante, do Industrial, do Agricultor, do Motorista, do Mecânico e do Operário, enfim, dos ricos e dos pobres, do empregador e do empregado, de todas as classes e camadas sociais, e pode estar certo o povo, que, sendo eu um experiente conhecedor de suas necessidades, trabalharei incansavelmente com a mesma decisão e energia, como venho me empenhando para que vejamos triunfante essa bandeira de paz e liberdade defendida pela Coligação Democrática Paraibana.

Se você votar em mim, fique certo que serei eternamente reconhecido, lhe atenderei no que me fôr possível, antes e depois das eleições, porque aprendi na escola da vida, que a gratidão e a liberdade, são qualidades, essenciais que distinguem principalmente aqueles que desejam ser verdadeiros representantes do povo.

Atenciosamente

Severino Bezerra Cabral
Candidato a Deputado Estadual

É interessante comentar alguns trechos desse panfleto distribuído por Cabral.

No tocante à questão do assistencialismo ininterrupto, o candidato enfatizava os dois tempos: o "durante" e o "fo

ra do tempo de eleições". Este aspecto enfatizado pelo candidato tinha repercussões positivas junto à população, conforme pude constatar em várias entrevistas com indivíduos de diferentes posições sociais.

"Terminava a campanha, embora vitorioso ou derrotado ele continuava dando assistência ao povo (...) ele não deixava de atender aos humildes (...) e esse tipo de serviço não era feito só em oportunidade de política não, era de janeiro a janeiro". (dirigente de movimento popular de bairro).

"(...) essa assistência que seu Cabral dava era diferente da assistência que os políticos de agora estão dando; apenas durante o período eleitoral (...) ele fazia o ano todo, independente, inclusive até, dessa assistência ser destinada a adversários". (advogado).

No que tange às diferenciações sociais dentre os leitores, o candidato procurava se dirigir às diversas categorias nomeando-as literalmente para fazer sempre mais amplo o seu público. A todos se propunha atender, enfatizando a possibilidade de implementar durante seu mandato, práticas que levassem à "defesa de interesses igualitários".

Nesta perspectiva, onde cabia a retórica da "igualdade social", colocava ênfase na oposição entre a "escola da vida" e os bancos escolares. Ele era considerado um político/cidadão feito na "escola da vida", em contraposição a algumas famílias tradicionais que, nesse momento, reproduziam-se politicamente através de seus filhos que tinham passado pelos bancos da universidade. A "escola da vida", em oposição ao saber acadêmico, reforçava sua face "oposicionista".

Este último expediente utilizado por Cabral foi absorvido em seu favor no cômputo geral de sua imagem de homem público. Zé Farias, ex-prefeito de cidade vizinha, em depoimento a Tejo (Jornal da Paraíba, 1986), por exemplo diz: "Seu Cabral era um homem de poucas letras, porém inteligente e dinâmico". Tejo (Jornal da Paraíba, 1986) reproduz depoimento onde Agnelo Amorim, promotor público da cidade, afirma: "Seu Cabral era Doutor, doutor feito na universidade do Povo, e foi maior que todos estes que estão aí, titulados ou não".

2- DERROTA DE CABRAL: ELEIÇÕES PARA A PREFEITURA DE CAMPINA GRANDE (1955)

Em Campina Grande, observa-se que cada campanha gera uma disputa conjuntural entre facções políticas. Composições, "traições", adesões, dissidências, alianças dinamizam a vida política. Estas, se, no essencial, não acarretam mudanças dos interesses gerais contemplados, levam a alternâncias dos diferentes grupos dominantes no executivo.

As disputas político/partidárias percorrem um círculo vicioso, que gira num único sentido: o de garantir parcelas de poder aos que têm condições sociais de disputá-lo. O fato de alguns partidos, composições e pessoas, em uma Campanha, ficarem fora do poder institucional nunca era visto como algo irreversível. Em outro momento, num novo arranjo de forças, podia-se recuperar espaço perdido e utilizar, em seu benefício, cargos públicos. Como explicar, então, a lógica desta rotatividade de pessoas e composições na política campinense? Acredito que a resposta a esta questão passa pela conjugação de interesses individuais e/ou conjunturais que separam ou unem circunstancialmente os competidores.

A vitória ou a derrota de um político local significa a força ou a debilidade de seu esquema partidário. Esta afirmação pode contribuir para explicar a derrota de Severino Cabral a prefeito de Campina Grande em 1955.

Cabral, que, em 1947, através da Coligação Democrática Campinense, apoiara, para prefeito, Elpídio de Almeida contra Argemiro de Figueiredo, defronta-se agora com este como adversário, na disputa pela prefeitura em 1955. Nesta campanha, Elpídio entra com um outro arranjo eleitoral. É o candidato da UDN, apoiado por Argemiro de Figueiredo, partido e "chefe político" com quem havia rompido em 1947. Através de nova composição entre Argemiro de Figueiredo e Elpídio de Almeida, foi então possível a este último vencer novamente as eleições para prefeito de Campina Grande em 1955. Cabral encara esta candidatura, integrado ao PL, e é derrotado ao enfrentar a aliança entre o antigo "forasteiro" e o chefe político mais tradicional da cidade.

Argemiro de Figueiredo, justificando seu apoio a Elpídio de Almeida na campanha de 55, segundo Teje (Gazeta, 1983), afirma o seguinte:

"Sempre tive como homem político a preocupação em arrebanhar as melhores forças do Estado em substituição aos que me parecem mais fracos e menos aconselháveis (...). Esse critério explica a razão porque, mesmo contrariando companheiros na política de Campina Grande, liguei-me ao Dr. Elpídio de Almeida para fazê-lo retornar como prefeito ao governo desta cidade. Para tanto, braços dados com Elpídio, travamos uma batalha neste município das mais calorosas, enfrentando tradicionais forças políticas e até parentes próximos que se opuseram

e lutaram contra mim ao lado do inesquecível político campinense Severino Cabral".

De fato, embora Elpidio tenha contado com o apoio da figura mais significativa da UDN, Argemiro de Figueiredo, o partido não manteve sua "unidade" e uma parte ficou ao lado de Severino Cabral. Segundo Tejo (Gazeta, 1983), "O grupo político da UDN que se rebelou contra a chefia do Partido, apoiando Severino Cabral, inclusive parentes do Senador de Itararé, foi batizado de 'Resistência'".

O saldo positivo desta derrota, se assim podemos considerar, na trajetória política de Cabral, foi ter, nesta ocasião, medido forças com um dos mais expressivos "chefes" locais. Nestas circunstâncias, pode tornar socialmente reconhecível seu peso na política local: estava sim em condições de "medir forças"; alargava-se politicamente seu espaço.

3- PÉ DE CHUMBO OU MÃO DE SEDA ? : A CAMPANHA PARA A PREFEITURA EM 1959

A campanha de Severino Cabral versus Newton Rique, em 1959, pela prefeitura municipal, é lembrada entre as disputas mais entusiásticas de Campina Grande. Ainda que não seja possível nos limites deste trabalho, descrevê-la e analisá-la em todos os aspectos e momentos, alguns registros da Imprensa e vários depoimentos de atores sociais da época, podem dar uma idéia das plataformas de governo e da retórica discursiva utilizada pelos candidatos ao dirigirem-se aos eleitores.

Na campanha de 59, Severino Cabral era o candidato do PSD e Newton Rique do PTB. Ambos eram destacados empresários da cidade, porém se diferenciavam quanto ao uso que cada

um fazia de sua posição social. O poder econômico não era um dado inquestionável que favorecesse ou prejudicasse um candidato, dependia de como este fator era transmitido à população, contando ponto positivo ou negativo.

Cabral embora integrando siglas partidárias que congregavam políticos tradicionais, pois na Campanha de 59 ele estava no PSD e era apoiado por uma expressiva ala da UDN, teve como companheiro de chapa o vice-prefeito Lúcio Rabelo, pertencente ao meio sindical de base bancária, apontado e apoiado pela Frente Popular.⁵

À candidatura de Lúcio Rabelo a vice-prefeito são atribuídos significados diferentes, como se pode perceber nos depoimentos que se seguem:

"Lúcio Rabelo era bancário e as forças populares apresentaram ele como candidato de Cabral. P. Lúcio representou o quê ou a quem? I. Ele representou os sindicatos, os partidos de esquerda da ilegalidade e as forças populares". (membro do partido comunista e candidato a vereador em 1959)*

"Então seu Cabral não tinha preconceito. Hoje apesar de nós estarmos vivendo num período que se diz democrático, etc., ainda

5- "A Frente Popular (...) que reunia grupos de esquerda, inclusive elementos do Partido Comunista, elementos do Partido Socialista Brasileiro e a esquerda independente e outras ramificações e movimentos e tendências socializantes sem denominação própria". (entrevista com o então secretário do PSB). O lançamento da candidatura de Lúcio Rabelo a vice-prefeito, em mais de uma entrevista apareceu como sendo de responsabilidade da Frente Popular e em apenas uma entrevista como tendo sido do Movimento Nacionalista. "Basicamente integravam o Movimento Nacionalista, o PSB, os comunistas, tendo como ponto comum o nacionalismo". (jornalista). O Diário da Borborema também trata como o Movimento Nacionalista (7/4/59).

(*) P. - Pesquisadora; I. - Informante.

há o fantasma do comunismo a sacudir sua bandeira de idiocincrasias, seus mitos. Seu Cabral não tinha preconceito (...) porque para Cabral, evidentemente, o que interessava era o voto". (promotor público)

"P. O que explica ele ter aceito Lúcio Rabelo na chapa ?

I. Rapaz, esse vice, Lúcio Rabelo, na época, tinha... houve dificuldade de seu Cabral botar uma pessoa de maior destaque como vice prefeito...

P. Por que ?

I. Uma boa parte daqui em Campina Grande, hoje não que as coisas se modificaram muito, mas naquele tempo era difícil encontrar gente para entrar em política, e sabia que seu Cabral na prefeitura, ele, talvez o vice-prefeito não tivesse muita vez, ele não desse vez ao vice prefeito ..."

(membro da família Cabral)

As ênfases dadas em cada depoimento, correspondem a pontos de vista e motivos diferentes para a candidatura de Lúcio Rabelo. Todos os motivos apontados representam, no entanto, esferas de interesses diversificados para legitimação da rede de relações políticas que eram necessárias a Cabral enquanto candidato do "povo de Campina Grande". Na realização da chapa Cabral/Lúcio subtende-se uma "capacidade para todos esses movimentos", ou seja, incorporar a facção da esquerda, sem o medo do "fantasma do comunismo", como também a segurança de "não dar vez ao vice-prefeito".⁶

6- Cabe esclarecer que, apesar de Cabral ter sido eleito, Lúcio Rabelo não o foi. O vice-prefeito eleito foi o Dr. Bonald Filho, candidato da outra chapa. Porém, durante os quatro anos da gestão de Cabral, o vice-prefeito nunca assumiu o cargo de prefeito em substituição a Cabral.

A Cabral, realmente, o que importava, naquela conjuntura eleitoral, era a soma de forças políticas que garantissem os votos da vitória, de acordo com suas próprias palavras:

"Reservei, para esta oportunidade, o direito de uma saudação sentimental e elevada ao bravo companheiro de chapa, ilustre jornalista Aristides Lúcio Vilar Rabelo, a quem de voto um preito de justa admiração e elevada confiança na sua capacidade realizadora e no seu acentuado amor a causa dos humildes. Ora jornalista, ora líder sindical, o meu ilustre companheiro de chapa é sempre o mesmo, voltado sempre para os supremos interesses coletivos (...) A colaboração gigantesca e voluntária que recebi dos integrantes do Movimento Nacionalista de Campina Grande atesta a identidade que existe, em verdade, agora e sempre, entre mim e a causa nacional. Os jovens idealistas campinenses terão no candidato que ora fala não apenas um nacionalista pré-eleitoral, mas um lutador constante e tenaz para formação em Campina Grande e na Paraíba de uma consciência verdadeiramente nacionalista". (Diário da Borborema, 7/4/59)

No caminhar dos arranjos políticos, Cabral transitou também no âmbito do Partido Republicano Trabalhista. Esteve presente na Convenção desse partido e, mais uma vez, em seu discurso reafirmou sua origem de "homem humilde e simples". (cf. Diário da Borborema 24/5/59), contrapondo-se ao saber universitário, que poderia garantir uma "convivência fraternal" entre pessoas de diversas ocupações sociais.

"Sou um homem humilde e simples. Não te nho a cultura das universidades. Mas pos suo algo maior: tenho o conhecimento dos anseios e da alma popular, não por ouvir dizer, não por leitura de gabinete (...) mas por uma convivência fraternal, diaria mente, com os comerciários, mães de famí lias, fazendeiros, criadores, funcionários públicos, empregados do comércio, operá rios, enfim com todos aqueles que, anonima mente, lutam pela sobrevivência, fazendo e construindo a grandeza deste município".

Além da ampliação de sua candidatura através dos conchavos políticos, outro elemento decisivo nessa campanha foi a polêmica em torno da questão relativa à posição econômica dos candidatos à Prefeitura Municipal. Suas fortunas pessoais, que, em princípio, não os diferenciavam, foram utilizadas, no primeiro momento da campanha, como argumento negativo. É o PTB, partido de Newton, quem inaugura a tentativa de mostrar o mal "uso" da fortuna de Cabral, numa "Carta aberta ao eleitor campinense" (cf. Diário da Borborema, 30/5/59):

"Os srs. Newton Rique e Severino Cabral têm fortuna. O primeiro aplica o seu dinheiro em atividades que beneficiam a muitos ou tros: banco, comércio, indústria, exporta ção. O outro mantém o seu dinheiro imobi lizado em terras e prédios que só benefi ciam a ele mesmo".

Certamente que a fortuna pessoal de Cabral era por demais conhecida dos eleitores. Acredito, no entanto, que a forma de Newton Rique tratar a questão financeira durante a campanha é que o fez aparecer, muito, como sendo ele, e não Cabral, o representante dos "ricos", da "burguesia".

No embate político, Newton apontava o "assistencialismo de Cabral como um mal a ser banido", apresentando como contraposição sua plataforma de governo onde afirmava ser a "industrialização de Campina Grande a solução para o problema do desemprego e elevação padrão de vida da classe operária". (cf. Diário da Borborema, 19/7/59)

Neste sentido, o PTB afirmava (cf. Diário da Borborema, 19/7/59):

"Newton Rique não promete esmolas, não quer viciar sua gente, humilhar ainda mais os desgraçados, promete sim, trabalho honesto que assegura o pão de cada dia (...) a Cabral só interessa gente faminta e perseguida pelas autoridades policiais de sua algibeira. Ele dá uma esmola simulando generosidade, porque tem a certeza dos bons resultados na boca das urnas".

Na estratégia eleitoral de Newton, constava a tentativa de acenar para as "classes menos avisadas" com a perspectiva de atendimento das suas demandas através de empregos produzidos nas indústrias incentivadas pelo poder público, em oposição ao continuismo dos favores e doações que estariam presentes no poder público, se este fosse chefiado por Cabral.

Severino Cabral, no entanto, parece ter revertido em seu favor as acusações recebidas. Não negava que a assistência social teria em seu governo um espaço garantido. Ou mais, garantia a continuidade. Entretanto, seu plano de governo não ficava restrito à questão assistencial. Anulava a contraposição do adversário, quando dizia: "DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL — é de maior importância para Campina Grande, a implantação de novas indústrias com o apoio da administração municipal, cabe

a Prefeitura e a iniciativa privada, realizar em nosso município esforços notáveis para aliviar a pobreza de que estamos dominados". (cf. Diário da Borborema, 1959)

A posição econômica dos candidatos, porém, ultrapassando as "Cartas Abertas", continuava em debate, O PTB chegou a fazer uma minuciosa pesquisa em cartórios de registros de imóveis, recebedoria de rendas e prefeitura municipal. O Diário da Borborema (30/5/59), publicou os bens dos candidatos,⁷ em matéria intitulada QUEM É O CANDIDATO RICO ?

Cabral procurou capitalizar de forma positiva, em benefício da sua candidatura, o fato de ser rico, e respondeu através do PSD (cf. Diário da Borborema, 19/6/59):

"O candidato petebista num serviço até certo ponto perfeito, mandou publicar pela imprensa local, aquilo que pareceu um circunstanciado relatório dos bens particulares de Severino Cabral.

Na verdade, o levantamento estava incompleto: (...) Cabral poderá provar que sua fortuna ascende, não apenas a quarenta e dois milhões de cruzeiros, mas talvez o dobro.

(...) Cabral não coloca à disposição da pobreza aquilo que lhe sobra. Cabral divide com os pobres aquilo que possui". (grifo meu)

O comportamento político de Cabral permitiu fazer aproveitamento de sua condição de "rico", assumindo essa condição com a perspectiva de "dividir", "doar", "ajudar". O que poderia, então, ser motivo de afastamento do eleitor, caminhou

7- A relação completa dos bens dos candidatos publicadas, ver Anexo I.

no sentido inverso: serviu de ajuda para a campanha. É o que se percebe nesses depoimentos:

"(...) os ricos era ao lado de Newton Rique, era realmente um bocado de gente. Mas os pobres, você sabe que os pobres foram mais do que os ricos, quer dizer, mais do que ricos era os pobres que acompanhava seu Cabral ..." (agricultor).

"Newton vinha como o elemento definitivamente burguês (...) Newton era mais um industrial, era um homem mais banqueiro, mais ligado à indústria e com o comércio". (sindicalista)

Unindo o assistencialismo imediato a uma perspectiva de "modernização", Cabral conseguiu votos e se fez entender, principalmente no interior das camadas populares. Com Cabral seus problemas eram "resolvidos" no momento, suas necessidades imediatas — remédio, óculos, dinheiro, etc. — eram atendidas, não importando, pois, que fossem traduzidas pelo seu adversário na forma de "esmolas". As "esmolas" apresentavam possibilidades de desdobramentos através do poder público, se este fosse gerido por Cabral.

Nos discursos — instrumentos de convencimento — aos eleitores, Cabral e Newton divergiam, menos pelas especificidades contidas nos respectivos planos de governo e mais pela maneira de dirigirem ao público. Newton sempre usava expressões como: "classe trabalhadora", "povo", "classe operária" e "trabalhadores". Nos discursos, aparecia a linguagem "trabalhista" de seu partido e a determinação em superar a pobreza através da prosperidade, como se pode ver por este pronunciamento:

"Campina Grande terá de progredir, de avançar no caminho do desenvolvimento e da prosperidade. O meu povo será um povo feliz, sem o pauperismo que desespera, sem a miséria que humilha, sem a doença que deprime, sem o analfabetismo que degrada. A minha terra será uma terra venturosa, com indústria para o seu progresso, com empregos para os seus operários, com fortuna para os seus lares..." (Diário da Borborema, 19/5/59) - (grifos meus)

O vocabulário usado por Cabral não chegou a corresponder exatamente a um determinado grupo político, mas sempre prevalecia uma visão de inclusão do "pobre" no poder público. As palavras mais usadas, "povo" e "pobre", eram a marca usada da naquela conjuntura. A capacidade de Cabral tomar, sobretudo, a categoria "povo"⁸ como sustentáculo de um discurso ora acentuava a semelhança entre o candidato e o eleitor (simplicidade, escola da vida, etc.), ora acentuava a diferença (povo pobre e candidato rico), mas expressava sempre uma identidade constante atestada pelo assistencialismo.

Em seu entusiasmo para com "seus deveres de representante do povo", Cabral chegou a propor uma "identidade popular" com o governo, conseguida através do setor social. Foi publicado no Diário da Borborema, 7/4/59): "(...) setor social base fundamental de (...) governo (...) identidade popular, pela realização de um programa estritamente popular".

8- *Sobre a categoria "povo", segundo Alba Zaluar (1984/219): "(...) Mesmo que se admita que a categoria 'povo' foi se formando pelo espaço constituído nos discursos populistas, é preciso verificar o que ela carrega quando usada pelos que se identificam com o povo. Isto porque, para que a magia da identificação ou reconhecimento no discurso do outro (o discurso do político populista) funcione, este termo no mínimo estaria prefigurado como identidade e conjunto de interesses e reivindicações".*

Na busca de votos Cabral e Newton, em propagandas eleitorais das rádios locais, escolheram títulos de programas políticos. Este, se não expressavam claramente as posições políticas de cada um, expressavam as formas de tratamento dispensado por eles ao público. Os programas de Newton tinham como títulos (cf. Diário da Borborema, 16/7/59):

- " - Fala um Trabalhador
- A poesia a Serviço de uma Cruzada
- Por uma Campina Maior
- Coisas do lado de lá
- A hora da verdade
- O povo pergunta e Newton responde
- Encontro com o povo
- Alvorada do trabalho
- Revolução da prosperidade".

Os programas de Cabral eram apresentados com os seguintes títulos (cf. Diário da Borborema, 10/7/59).

- " - Zê do povo aparteia
- Campina agora vai
- Comentário político
- Glória materna
- o Povo em marcha
- A marcha da Vitória
- A hora do pobre chegou".

A campanha de Cabral apresenta como personagens centrais o povo, os humildes, a pobreza. Os discursos e a plataforma

forma de governo⁹ preocupam-se em apresentar Cabral como o prefeito capaz de fazer "chegar a hora do povo pobre".

Vale lembrar a importância e o peso que a linguagem desempenha numa campanha política. O discurso é uma estratēgia de alteração da correlação das forças políticas, do jogo das alianças e sobretudo dos efeitos procurados pelos candidatos adversários. Certamente o discurso, no momento da campanha, não correspondia necessariamente à prática de quem o fazia.

No decorrer da campanha, os candidatos do pleito de 1959 lançam mão ainda das alcunhas recebidas de "pê de chumbo" — Cabral — e "mão de seda" — Newton.¹⁰ Newton, por exemplo, tira partido da alcunha do adversário usando um sugestivo panfleto com a caricatura de um pê de chumbo, no qual alertava para os perigos representados pelas práticas usadas por Cabral, destacando então, o "fichário", o "analfabetismo" e, como risco maior, a composição de Cabral com os comunistas. A figura do padre com a cruz procura inserir a Igreja como força social no jogo político do momento, acendendo o espírito religioso do povo contra o ateísmo comunista. (v. doc. pág. seg.)

A Igreja, nas palavras de Dom Manoel Pereira, vigārio capitular da Arquidiocese de Campina Grande, pronunciou-se realmente contrapondo o cristianismo ao comunismo ateu:

"Agrava-se o problema, principalmente para o eleitorado católico (...) ao tratar-se

9- Ver a plataforma de governo de Cabral ver Anexo II.

10- As alcunhas recebidas não foram inspiradas na posição econômica dos candidatos, mas sim baseadas na questão do "trato social". Pê de Chumbo (Cabral) dizia respeito ao seu jeito simples, "rude". Mão de Seda (Newton) à "finesse" do candidato.

O CASTIGO



de candidatos notoriamente contrários aos princípios cristãos, partidários ou colaboradores eficientes do comunismo ateu, ou ainda de candidatos cuja vida moral e familiar merece a reprovação de uma sociedade que se diz cristã e se preza de o ser. Criam-se dessa maneira certas situações no ambiente político que tornam difícil, quando não impossível, a escolha de bons candidatos para um eleitor consciente e desejoso de votar nos mais dignos (...) o povo e os cidadãos que têm o direito de escolher e o dever de votar bem, merecem que os partidos tenham em vista, na escolha dos dirigentes da coisa pública, não só das agremiações partidárias e de certas pessoas, mas o bem da comunidade". (Diário da Borborema, 1959)

Contudo, a Igreja como um todo não se coloca contra Cabral, como parecia ser o desejo de Rique. Dom Otávio Aguiar, Bispo da cidade, em declaração intitulada "Mais um Apelo", procura manutenção ao nível da vocação maior da Igreja: mediadora entre o plano de Deus e a humanidade (cf. NOVAES, 1984:231). A pela moralmente às duas funções procurando mostrar-se equidistante:

"Deixemos claro, no primeiro apêlo que dirigimos às facções políticas em luta pelo governo municipal de Campina Grande, nossa posição de equidistância em face do embate partidário ora travado, única atitude que se pode ajustar à nossa condição de responsável pela vida espiritual da comunidade católica diocesana.

Esta posição, que faremos questão de manter até o fim, nos confere autoridade para falar, com inteira isenção de espírito, a

ambos os grupos que se degladiam na arena eleitoral. É em função dessa imparcialidade, e no desejo de ver mudados os rumos da presente campanha, que estamos, uma vez mais, na presença dos líderes políticos, para fazer-lhes um novo apêlo, agora mais angustioso... Fazemo-lo, primeiramente, em nome de Deus, dos princípios cristãos e de humanidade. Fazemo-lo em nome de Campina Grande civilizada, em nome da cultura e do seu progresso". (cf. Diário da Borborema, 1959) (grifos meus)

Fez parte da estratégia de Cabral, porém, responder, direta ou indiretamente, a todas as acusações recebidas do adversário. Assim é publicado no Jornal: "A família católica e Evangélica de Campina Grande: os comunistas estão com Cabral porque ele representa os verdadeiros anseios do povo campinense". (cf. Diário da Borborema, 8/7/59).

Ainda que publicamente - através do jornal - a Igreja não tenha tomado posição, ficou registrado na memória social que, na campanha de 1959, uma parte do clero apoiara Severino Cabral.

"P. Qual a posição da Igreja na campanha de 1959 ?

I. Ah... tinha uma parte que apoiava Lúcio e Cabral, ajudava na campanha, era um padre Nóbrega". (advogado)

4- O ELEITOR FICHADO NO CONSULTÓRIO POLÍTICO DE CABRAL

Numa campanha política a prática dos candidatos reúne vários significados. Em uma luta por parcelas de poder, visa-se, sobretudo, a destruição da credibilidade política do

adversário. E, por isso, os políticos investem muito para forjar a representação negativa da prática do adversário. Para tanto é necessário a comprovação e exploração das práticas anteriores. Inspirado no comportamento político de Cabral – que possuía o fichário de seus eleitores – o partido de Newton Rique, o PTB, escreve uma "Carta ao Eleitor Fichado" (Diário da Borborema, 26/6/59).

"Pouco importa o seu nome; pouco importa que você se chame Manoel Pereira ou Maria Josefa da Conceição. O que importa é que você, um campinense, é um cidadão, uma pessoa humana e tem alma. O que importa é que você tem uma consciência, nasceu com uma consciência que, com sua própria vida, foi dada pela natureza e só pode ser tirada por Deus.

Essa consciência é que faz você uma criatura livre, cujo desejo de fazer ou deixar de fazer alguma coisa só depende de você mesmo (...)

Um político de nossa terra, cujos métodos logo o identificam como um coronel dos obscuros feudos eleitorais, numa ânsia da conquista do poder que nesses tipos, exerce um fascínio incontrolável, fez de você um eleitor fichado.

Você foi fichado? Manoel Pereira da Silva ou Maria Josefa da Conceição, como mercadoria nos balcões ou nos porões da politiquice (...) Quando o lápis eleitoreiro riscou o seu nome no cartão, não era mais seu nome que estava sendo escrito, era o do eleitor nº 44 (...)

Uma necessidade que precisava ser satisfeita e que você, pobre como é, não poderia satisfazê-la sozinho (...)

Mas, meu caro eleitor fichado, que é que o priva de voltar a ser um campinense, um cidadão (...) de deixar de ser um número para recuperar a consciência perdida (...)

Que pode mais: um fichário ou um ideal ?
 Que pode mais: Um cartão de prisioneiro ou um título de cidadania ? Que pode mais: Um chefe de alguns ou um amigo de muitos ?
 Que pode mais: Um coronel de eleitores fichados ou um líder de todos ?

Severino Cabral fichou o seu nome mas não pode fichar a sua vontade".

O conteúdo da "Carta Aberta", utilizando uma linguagem que provavelmente atingia apenas um público que entende termos como "recuperação da consciência perdida", "título de cidania", etc., dificilmente atingia a questão que em sua maioria eram os "fichados" de Cabral. Enfim, os estigmas veiculados pelo adversário de Severino Cabral parece não terem atingido aos "eleitores fichados" num sentido negativo.

"Porque ao povo não interessava saber se seu Cabral estava fazendo aquilo para beneficiar um pobre ou um humilde para conseguir em troca disso o voto. O que é certo é que ele fazia isso durante todo o tempo, independente de pleito". (advogado)

Na filosofia do fichário estavam presentes interesses diferenciados: o fichar significava o ganho do voto; o deixar fichar-se, gozar algum benefício. Existia, pois, a convivência de diferentes interesses, onde podiam estar implícitas manipulação e reação, sem, contudo, ameaçar o projeto inicial do fichário. Em outras palavras, significava não abrir mão da política clientelística tradicional, mas formular uma racio

nalização do padrão clientelístico/distributivista, capaz de atender necessidades de camadas populares cada vez mais amplas.

Na fala dos fichados o significado do fichário é o ter ganho algo de um político inserido na representação deles como o "pai dos pobres":

"(...) ele era o pai da pobreza, um homem muito bom, bom mesmo. O meu genro mesmo ganhou um terreno dessa casa que mora. Foi ele que deu (...) Dava material para construir. Eu mesmo (...) estava sem transporte e disseram pra eu ir na casa dele, eu fui e rapidamente (...) mandaram-me levar".
(vigia de um edifício)

"(...) Seu Cabral era um homem caridoso, que gostava de ajudar a pobreza. Ele gostava de dar as coisas aos pobres, aqueles que eram desamparados (...) Era um político bom, de bom coração". (trabalhador rural).

O fichário encerrava duplo aspecto, ou seja, era, ao mesmo tempo, o arquivo dos eleitores - controle em última instância do resultado de eleições - e dos benefícios e bens por estes recebidos,¹¹ que ficavam assim registrados, de acordo com o depoimento que segue.

11- Ver Carone (1985:265). Onde há uma análise detalhada sobre a permanência e a coexistência de formas novas e modernizadoras, diz o autor: "Estes traços de sobrevivência se dão paralelamente a outros indícios da problemática coronelística, como formas de realizações das eleições no interior (...) Mais acentuado em uns, menos em outros, os traços do sistema continuam a influir e a marcar a vida política do país, o que demonstra a permanência e a coexistência da tradição coronelística com as novas formas modernizadoras da dinâmica política brasileira."

"(...) Seu Cabral tinha uma organização muito interessante, que era os fichários, toda a pessoa que ele prestava qualquer benefício, qualquer favor, qualquer assistência, era anotado nas fichas, e ele tinha um grande arquivo, com endereço, com números de familiares, uma verdadeira estatística dos beneficiários de sua generosidade, mesmo que fosse interesseira". (promotor público).

As fichas e "eleitores fichados",¹² na carreira pública de Cabral, parecem ter sido elementos importantes na construção da sua imagem de "líder popular". O controle do voto e das doações feitas por ele, através do fichário, tornou-se mecanismos fundamentais na construção de sua "identificação com a pobreza". Ou seja, o fichário era o "ponto de encontro".

À primeira vista, a ficha (v. doc. p. s.) encerra o significado puro de controle da sujeição e da amarra eleitoral em relação ao "fichado". Porém, uma análise do significado das anotações do verso da ficha, chamado histórico, fornece uma idéia mais além da simples compra do voto. A continuidade do pedir/receber por parte do eleitor, pode ser considerado uma estratégia de sobrevivência e até de manipulação.

Aparentemente contraditórios, os significados da ficha apontam no entanto, para uma complementariedade. Por um lado, Cabral, que desejava não só controlar o voto, mas desenvolver também uma política assistencialista de doações; por outro, eleitores, efetivos ou em potencial, usavam o espaço da

12- Na literatura disponível, nas pesquisas em jornais e nas entrevistas feitas, a forma de controlar o eleitor e ao mesmo tempo atendê-lo através de um fichário, aparece como prática nova e específica instaurada por Severino Cabral em Campina Grande.

"FUNCIONARIO"

Município de Campina Grande

Nº. de ordem 337

Zona 16ª

Título 13.215

P. ou N. _____

Município Campina Grande Distrito _____

Nome Alice Augusta de Oliveira

Endereço João Lourenço Porto nº. 86

Bairro ou Sítio Centro Função que exerce _____

Departamento que trabalha, _____ Endereço _____

Sala na 4ª Seccão Data do Nascimento 23 de 6 de 20

Onde foi registrado _____ Data do registro 27 de 6 de 58

Livro nº. _____ Fla. _____ Estado civil Solteira Nome d. Espos _____

É eleitor sim Filho de Rosendo Francisco de Oliveira e Eugenia Gonçalves Moura

HISTORICO

24-9-58 c/Gr 10,00, 27-4-59 c/certificanti, 17-7-59 c/Gr 10000

doação para satisfazerem necessidades, mesmo reconhecendo que "ele ajudava em interesse (...) foi o pioneiro social, dava muita receita, óculos, terrenos". (comerciário)

"Cabral tinha na sua casa um famoso fichário e esse fichário tinha todo o cadastramento de todas as pessoas que batiam às portas de Cabral pedindo um auxílio, um socorro, qualquer tipo de socorro, e Cabral tinha esse fichário, embora fosse combatido pelos seus adversários, era de fazer inveja, era muito organizado, se uma pessoa fosse lá uma vez, e depois de trinta dias aparecesse lá de novo, ou depois de seis meses, estava lá o fichário e aquela pesoa, tava lá o que tinha pedido e o que ele tinha feito". (enfermeiro)

Como já vimos, o "Consultório Político" era na casa de Cabral, dispoⁿdo de meios financeiros, mantendo o escritório, secretaria, enfim a burocracia exigida para sua prática política. Na declaração de um dirigente sindical:

"(...) o assistencialismo que ele mantinha era uma coisa extraordinária, você via, na casa dele, cabral, ele tinha um departamento que funcionava na casa dele, sô para atender as grandes massas, para atender com favores de todos os tipos (...) Ele mantinha um verdadeiro departamento de assistência, que todo mundo por mais simples que fosse (...) podia ser o que fosse, ele tinha lá o seu pessoal, tinha o consultório político dele (...) era um departamento funcionando com todas as letras".
(grifo meu)

O "Centro Político Severino Cabral" (v. doc. p. s.) era, ao mesmo tempo, público e privado. Mesmo como deputado

ou prefeito falava em nome do poder público e em seu prprio nome.

"(...) as atitudes dele era essa, ele vivia, foi prefeito (...) era um dos homens que ficava nesse cuidado, a gente não chegava lá, prá sair mal satisfeito, toda hora que a gente chegava na casa dele, se ele não tivesse em casa, mas chegava, atendia podia ser qualquer pobrezinho, podia ser rico, não tinha escolha. Nessa época, não sei, não me lembro se tinha vigia lá, mas chegava lá dizia: seu Cabral não tã, mais chega logo e pronto, se tivesse chamava e ele atendia, era uma maravilha, atendia diretamente, o sujeito saía atendido".
(agricultor).

Nessa última citação, o entrevistado além da ênfase colocada no fato de ser atendido – condição principal da procura – adiciona a vantagem do "diretamente". Aquele que o procurava apelava para a satisfação de algum pedido, satisfação que se duplicava ao ser recebido pessoalmente por Cabral, apesar de ele contar com uma secretária.¹³

"Tinha uma velha lá, eu não tô lembrando o nome dela mais não, bem alta. Sabe a vida dele todinha, ela era os pés e as mãos de le, era quem anotava tudo, fazia tudo, doava casa, terreno, eu via lá era quem fazia os recibos, ele sô assinava mesmo o nome".
(cabo da polícia)

13- No seu "Consultório Político" Cabral contava com uma secretária, Maria do Japão, que inúmeras vezes figurou nas falas dos entrevistados, como a pessoa que organizava o fichário (foi a única pessoa por mim procurada que se negou a dar depoimento).

5- CAMINHOS E DESCAMINHOS DO EX-PREFEITO SEVERINO CABRAL

No decorrer do processo político de Severino Cabral pode-se perceber uma dinâmica de fazer, quebrar e refazer com posições partidárias. Ao longo de suas candidaturas, forjava, em cada pleito, novos jogos políticos para assim garantir um determinado peso no jogo das correlações de forças da política local.

Se é verdade que Cabral, nas eleições de 47, 55, e 59, respectivamente, esteve contra Argemiro de Figueiredo "seu inimigo político ferrenho", nas palavras de um entrevistado, é verdade também que, na campanha de 1963, fez aliança com o "inimigo" do passado. Uma aliança particularmente curiosa: Cabral, além de aliar-se com Argemiro de Figueiredo, seu reconhecido inimigo político, garantia a vitória a Newton Rique, o "Mão de seda" que, em 1959, pelo PTB, foi seu adversário na disputa pe la prefeitura.

Vejamos o que registrou Campina Grande a respeito da aliança de Cabral e Argemiro para apoio a Newton Rique. Num artigo sobre a "Aliança Tática" entre Argemiro e Cabral com o subtítulo "pacificação", Tejo (Gazeta, 1983) afirma:

"Ainda hoje não se sabe direito as causas que levaram os dois chefes políticos locais a uma aliança por trás do pano. Argemiro e Cabral, politicamente nunca se uniram. De 1947 a 1959, Cabral estava de um lado e Argemiro do outro como inimigos políticos que se respeitavam mutuamente. Três poderiam ser as razões:

- 1- Neutralizar o populismo numa época em que o operariado, o homem do campo e o povinho, em geral, tinham grandes espe-

ranças de dias melhores na provável República Sindicalista. Newton Rique, da classe burguesa e milinária, homem probo, daria um ótimo prefeito.

- 2- Newton Rique era goularista, amigo particular de Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, cunhado de Jango: uma vez eleito prefeito, Newton poderia angariar muita coisa para Campina Grande.
- 3- Numa forte aliança, praticamente com um candidato único, as despesas da campanha seriam quase nada, pois enfrentar um candidato apoiado por Cabral e Arge-miro seria uma temeridade."

O certo é que, além dos elementos circunstanciais, esta aliança a médio ou a longo prazo deveria significar saldo político para uma possível ampliação da carreira política de Cabral. Em 1965 Cabral, mais uma vez, se fez presente na política paraibana como candidato eleito a vice-governador da Paraíba, na chapa encabeçada por João Agripino Filho.¹³

A vice-governadoria foi, entretanto, um cargo que, para ser alcançado, não fugiu à regra da política campinense, passando por algumas "contramarchas": a chapa de João Agripino para governador, inicialmente, apresentava como vice-governador

13- João Agripino Filho, ocupou, entre outros cargos políticos, o governo do Estado da Paraíba entre 1966 a 1971. Segundo João Batista Barbosa (1985:154), "Como governador do estado realizou um governo considerado excepcional (...) Na iniciativa privada (...) ocupou os cargos de Diretor do Banco Industrial de Campina Grande e de Diretor-Vice-Presidente do Grupo Camargo Correia."

dor Silvío Porto - de Guarabira. E, como conta Epitácio Soares,¹⁴ em depoimento a William Tejo (Jornal da Paraíba, 1986): "Seu Cabral foi eleito vice-governador na chapa de João Agripino Filho. De começo, o candidato a vice foi Silvío Porto, que não encontrou muita ressonância da parte do eleitorado (...) Renunciou, e o indicado foi seu Cabral (...) Depois dessa indicação a candidatura de João Agripino criou nova consistência."

Ainda a respeito da importância e peso da candidatura de Cabral para a vitória de João Agripino, diz o sr. Hermino Soares, em depoimento a Tejo (Jornal da Paraíba, 1986):

"A campanha de João Agripino ia muito fraca com o candidato a vice, antes de Cabral, (...) Lá para tantas, como as coisas estavam muito difícil para o lado de João Agripino, seu Cabral foi convocado. Aí é onde vamos ver o que era Cabral. A candidatura de João começou a crescer, a crescer até ser vitoriosa, graças a candidatura de Severino Cabral como vice."

As afirmações de que a presença de Cabral na chapa foi garantia de vitória de João Agripino é confirmada por ele num depoimento à Revista A Carta (agosto, 1987:6):

14- Epitácio Soares foi secretário, nomeado por Cabral, durante sua gestão na prefeitura municipal de C. Grande. Epitácio, também reconhecido jornalista, dos mais destacados da cidade de Campina Grande, é ainda fundador da Academia de Letras de Campina Grande.

"Comecei a sentir que a minha candidatura estava ruim (...) mandei fazer esta pesquisa e eu mesmo elaborei as perguntas: Por que o sr. não vota em João? Porque o vice não é Cabral. Foi só o que deu. Todos queriam a candidatura do ex-prefeito de Campina. Sem Cabral eu não ganharia."

Por outro lado, porém, ficou também registrado na memória social de Campina Grande que Cabral foi por João Agripino "injustiçado". Em depoimento a William Tejo (Jornal da Paraíba, 1986), o comerciante Hermínio Soares conta que ouviu de João Agripino: "Cabral, fique ciente, fique certo que enquanto eu fôr governador você nunca entrará aqui para governador." Da mesma forma, o Sr. José Farias em depoimento a William Tejo (Jornal da Paraíba, 1986), afirma que ouviu do governador João Agripino a Severino Cabral: "Só tem uma coisa Cabral: durante a minha gestão no governo você não vai assumir nem um dia."

Realmente, Cabral não sentiu o sabor de vice-governança. Apesar das citações acima responsabilizarem João Agripino¹⁵ como quem impediu, ou que tinha objetivo de não permitir que Cabral governasse a Paraíba junto dele, o que se sabe, entretanto, é que Cabral não pode continuar como vice-governador por ter sido cassado, logo após a vitória, em 1966.

As explicações para a cassação de Cabral são várias. Uma delas, é a de que foi acusado, injustamente, de cor-

15- No tocante aos motivos ligados à cassação de Cabral como vice-governador, vale a pena ver - que o próprio, governador João Agripino em depoimento a Revista A Carta (Agosto, 1987:6) diz: "Quanto a Cabral, confirmo que ele administrara a Prefeitura de Campina Grande apesar do orçamento. Gastou tudo o que a Prefeitura dispunha, mas (...) não havia colocado um tostão no bolso. Isto, general, eu não considero que seja corrupção."

rupção. É o que conta Epitácio Soares (Cf. Tejo, Jornal da Paraíba, 1986):

"Nada mostrava que seu Cabral era incompatível para o exercício da vice-governança, mas o certo é que ele teve o seu mandato cassado por irregularidade de uma ata. (...) E isso muito o amargurou, pois seu Cabral não era um corrupto, não era um subversivo. Era sim um homem popular."

As irregularidades das quais Cabral foi acusado estavam relacionadas com as finanças da prefeitura, na época em que havia sido prefeito. (Cf. Jornal da Paraíba, 1986): "Ele dizia muitas vezes que dava seu dinheiro ao povo, do mês de janeiro ao mês de dezembro, 'porque não dou a prefeitura aquilo que o povo precisa, aquilo que o povo quer, do que o povo tem necessidade?' Fazia tudo isso legalmente".

As regras políticas nas quais Cabral se baseava não permitiram que ele se afastasse da política campinense. Em 1968, candidata-se à prefeitura municipal de Campina Grande. Desta feita indicado pela ARENA, tendo como vice Raimundo Asfora. (político campinense que foi deputado estadual e deputado federal)

Como adversários, depara-se com Ronaldo da Cunha Lima, Vital do Rego e Osmar de Aquino, nas legendas 1, 2 e 3 do MDB.

Cabral, então, vai lutar não com um adversário, mas com uma forte tríade de políticos que o derrotam na contabilização dos votos. É interessante lembrar que Cabral isoladamente teve mais votos do que os três separadamente, mas, na contagem final, o prefeito eleito foi Ronaldo da Cunha Lima.

Sobre os "últimos dias" de Cabral, seu final de carreira política e de vida estas palavras de Epitácio Soares (c. TEJO, Jornal da Paraíba, 1986) definem:

"Os últimos dias - Seu Cabral se mantinha com muita altivez, mas as pessoas que privavam de sua intimidade sentiam que ele estava passando por uma fase muito conturbada, uma fase muito difícil, logo ele que era um homem que dominava as massas, que tinha um imenso prestígio sobretudo nas camadas mais humildes da cidade e estava sofrendo coisas muito desagradáveis.

Ele continuava a tratar o povo da mesma maneira. chovesse ou fizesse sol, fosse ano de eleição ou não, as portas da sua casa estiveram sempre abertas para o povo, mesmo sofrendo perseguições, sofrendo esse clima de isolamento, ele não deixou de atender o povo. Recordo no dia em que ele adoeceu, soube da notícia. Seu Cabral passava mal e estava hospitalizado na FAP. Faleceu no dia 21 de março de 1970. O seu sepultamento, desde que moro em Campina Grande teve o maior acompanhamento que já vi, o dele e o de Félix Araújo. Muita gente chorando, muita gente lamentando, sobretudo pessoas pobres. E todo mundo tinha uma história para contar, todo mundo tinha uma coisa para lembrar seu Cabral".

CAPÍTULO III

TIDO E HAVIDO COMO O "PAI DOS POBRES"

A atuação da Prefeitura no âmbito da reprodução das condições materiais de existência — ou seja, nas áreas da moradia, saúde, alimentação, energia — parece ter se caracterizado pela antecipação a formas de organização que expressassem reivindicações populares. Em consequência disso, a prática assistencialista de Cabral se renova na Prefeitura e é através dela que obtêm a base social de legitimidade e sustentação de uma "gestão popular".

Nesse contexto, a forma de organização e luta por melhores condições de vida e de moradia, bem como por saneamento, eletricidade, custo de vida, saúde, etc., não chegam a ter expressão ou, então, perdem sua eficácia frente às medidas tomadas pelo poder público, que se propõe a enfrentar os problemas da reprodução de vida das camadas populares.

É claro que, ao incorporar reivindicações populares ou antecipar-se a elas, o poder público procurava escamotear ou evitar as possíveis pressões que ameaçassem a consolidação de sua sustentação política. A estratégia era, portanto, não deixar que os problemas vividos pelas camadas populares chegassem ao ponto de caracterizar uma oposição em que reconhecesse o poder público municipal como o responsável por seus problemas. Assim, a política de incorporação dos problemas populares permitiu ao poder público, representado por Cabral, aparecer mais como um aliado ou interlocutor do que como

o que precisa receber pressões para prestar serviços a população.

No entanto, ao meu ver, torna-se necessário desvendar os mecanismos utilizados por Cabral, e seus efeitos junto aos usuários. Cardoso (1984:220) ao fazer balanço crítico dos estudos sobre movimentos sociais urbanos chama a atenção para o fato dos estudos sobre o período intermediário entre o Estado Novo e o regime militar terem sido gestados em um contexto histórico de desilusão com os governos mobilizadores de pré-64 e com o inesperado sucesso do golpe de 1964. Segundo a mesma autora, tais estudos acabam por enfatizar o caráter de "manipulação" inerente ao período e concluem sempre pela exclusão política das classes populares, subordinadas a setores de elite. Sugere porém a mesma autora, deixarem de buscar os elos entre formas de "participação" das massas nos anos 60 e as "novas formas de participação" popular que surgem uma década depois.

É com este objetivo — isto é, de fornecer elementos que contribuem para a compreensão dos movimentos atuais em Campina Grande — que me deterei nas principais frentes de atuação do Prefeito Severino Cabral. A mudança de "métodos de trabalho" do chefe do Executivo não apenas lhe garantirá pessoalmente a alcunha de "pai dos pobres", mas também proporcionará ocasiões de explicitação das péssimas condições de vida da população campinense e a conformação de novas estratégias de sobrevivência social para além do uso que delas possa ter feito o prefeito. Foge dos objetivos deste trabalho uma reflexão específica — do ponto de vista das camadas populares — que resgate o conteúdo e as formas de resistência popular. Porém ao analisar a "eficácia" da gestão Severino Cabral, parto da hipótese de que, nesta gestão, inaugura-se uma nova forma de relacionado.

mento entre o poder público municipal e os usuários e consumidores de seus serviços, cujos vícios e virtudes podem ser sentidos até nossos dias.

1- FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR

A ampliação da política de doação da habitação popular¹ consolidou o reconhecimento de Cabral como o "pai dos pobres". Com esta prática política, pretendeu incluir as camadas populares como beneficiárias dos programas do poder público, levando em conta o valor que a casa própria tem para as classes populares.

Como já vimos, o avanço da urbanização em Campina Grande, historicamente não foi acompanhado pelo mesmo nível de desenvolvimento, como afirma Araújo (1985:188): "As condições de formação históricas campinense não tinha propiciado a construção de um parque industrial desenvolvido (...) na fase áurea do algodão, as fábricas de tecidos nunca foram instaladas". Portanto, a economia campinense estava longe de poder ser caracterizada como industrial.

O número de indústrias (65) no ano de 1962 apontam para as limitações da industrialização em Campina Grande. Os estabelecimentos industriais registrados oficialmente eram os seguintes:

1- Antes de ser prefeito Cabral desempenhou com certa regularidade uma política de doação de terrenos e materiais de construção.

INDÚSTRIAS	ESTABELECIMENTOS
- Têxtil (sendo 8 beneficiadoras)	11
- Vestuário e calçados	09
- Alimentos	20
- Curtumes	05
- Madeira e imobiliário	04
- Minerais não-metálicos	05
- Óleos vegetais	05
- Editorial gráfico	06
TOTAL	65

2

Contudo, em 1960, a população urbana já é bem maior do que a rural (126.274 contra 81.177)³. Em termos de emprego, o resultado do Censo Industrial de 1960 apresenta 22.573 operários ocupados numa média mensal.⁴ Dados que indicam desemprego e subemprego na cidade, demonstrando, portanto, que, a urbanização de Campina Grande não se dá em função da industrialização.

Neste contexto, o que predominou foi o crescimento e ampliação dos problemas urbanos, lançando as classes populares em condições de vida urbanas cada vez piores. Em sua administração claramente assistencialista, Cabral se "sensibilizava" e reconhecia as carências de Campina Grande. Em um documento publicado no Diário da Borborema (16/6/61), com chamati

2- COMDECA-PDLI. *Campina Grande/1973*, in ARAÚJO, 1985:189.

3- IBGE - *Censo Demográfico do Estado da Paraíba, 1960*.

4- ARAÚJO, 1985:186.

vo título: "Campina Grande: O Grave Problema da Recuperação dos Desajustados Sociais", ele evidencia o aumento da população a incipiência do parque industrial campinense.

"Campina Grande, por sua densidade demográfica e centro polarizador de migrações nordestinas (...), sente mais que qualquer outra região os efeitos de tão grave problema.

Como é do conhecimento geral, apesar de densamente povoado, nosso município possui um parque industrial ainda incipiente, gerando uma massa flutuante de desempregados e insatisfeitos.

Poucas são as oportunidades oferecidas aos jovens dos bairros proletários para o exercício de uma atividade lucrativa e honesta.

É com o propósito de minorar tal situação que me proponho a realizar (...) obras de grande alcance social.

A primeira será o Centro de Recuperação Social de Lagoa Seca, cuja finalidade será reintegração dos marginais econômicos, procurando reabilitá-los na sua dignidade de homens e mulheres produtores de riquezas, acabando com a mendicância na cidade.

É a ausência dessa assistência que promove o aumento da prostituição, do roubo e de outras mazelas sociais.

Embora reconheça as contradições urbanas, a precariedade da indústria, o conseqüente desemprego e lamente a condição dos "desajustados sociais", aos quais reconhece como sendo fruto da "ausência de assistência", propõe como solução a assistência traduzida na representação dos que a recebem como um "favor", como um benefício pessoal.

A importância dispensada na proteção dos "desajustados sociais" dar-se-á sob a forma de uma prática administrativa que — com a assistência — privilegia dois objetivos básicos de um projeto político. O primeiro, ainda que de forma transitória, apresenta-se como uma alternativa de solução imediata aos deserdados e o segundo como forma de manter o poder público a salvo de possíveis pressões populares.

A moradia foi, por excelência, o "desajuste" maior recorrente da contradição urbana. A urbanização tinha no poder público municipal⁵ seu principal gerenciador e este, representado por Cabral, propôs-se a "recuperar os desajustados sociais", tomando a "casa própria" como carência imediata a ser suprida.

Cabral não nega as mazelas sociais. Ao contrário, ele as expressa, a seu modo, ao conjunto da população. Dentro dessa perspectiva foi elaborado o Projeto Lei de autoria do Poder Executivo, que diz o seguinte:

"Nº 46/63. Fica autorizado a fazer doações de terrenos para construção de casas residenciais de pessoas reconhecidamente pobres, que não possuem residência própria, nas sedes dos distritos onde existam terrenos da prefeitura. Art. 2 - Fica igualmente doados aos funcionários municipais que as ocupem. Art. 3 - Na sede municipal onde houver casas construídas em terrenos do município, uma vez reconhecido o estado de pobreza dos proprietários das mesmas fica

5- Cabe aqui ressaltar que, na época, em que foram construídas as primeiras casas populares em Campina Grande, a "indústria da construção civil" era bastante incipiente, e o BNH ainda não operava.

igualmente o prefeito a fazer doação do respectivo terreno".⁶

Esse projeto indica uma assistência municipal onde a moradia, como demanda primordial, suscita projetos do poder público. Ainda que no projeto de "construção da casa própria" apenas uma pequena parcela seja beneficiada, o "efeito demonstração" foi suficiente para garantir o registro na memória social, há três décadas, através da transmissão oral, onde Cabral figura sempre como o "precursor da construção da casa popular" em Campina Grande.

"(...) foi um precursor da construção da casa popular, no período do seu governo, ao tempo nós não tínhamos ainda o BNH. Cabral construiu aqui cerca de trezentas casas populares, para em seguida vendê-las aos pobres em nome da lei, sem juros..." (vereador da época)

"Se era pobre ele doava o terreno e ele mesmo mandava construir". (dirigente de movimento popular de bairro).

"(...) Ele deu terreno, doou aquele terreno de Vila Cabral, de Santa Terezinha, que por sinal ainda hoje estão tudo lá bem ambientado. Deu a Vila Cabral em Santa Rosa aos pobres, que lá ninguém paga chão, todo mundo tem sua casinha, tudo chão próprio, e o povo tão muito satisfeitos com o terreno que moram, o dono são eles mesmos". (trabalhador rural)

6- *Extraído do Livro de Projetos de Lei do Arquivo Municipal da Câmara de Campina Grande, 1962.*

Portanto, referir-se hoje à questão da moradia popular em Campina Grande, é remeter-se a Cabral. Foi um prefeito que preencheu a lacuna da falta de moradia. Hoje essa referência é usada como contraponto à política do BNH, e a prefeitos que não assumiram o mesmo papel de provedor da "casa própria".

Parece que, na memória social, que guarda a imagem positiva do prefeito, não há lugar para relativização em termos quantitativos de quantos conseguiram residência em relação aos que não conseguiram, e nem uma relativização em termos numéricos da população.

Do ponto de vista do reconhecimento da promoção da construção da casa própria, são frequentes, referências simultâneas e diversas à figura de Cabral. Ele aparece enquanto político assistencialista que muito fez "doações", como representante do poder público, que incluiu em seu projeto de governo a questão da moradia e ainda como o homem "rico" que deu "suas terras aos pobres".

"(...) Por sinal, ele fez uma vila completa lá em Santa Rosa e deu as casas todinhas e depois fez a de Santa Terezinha. Ele tinha aquele terreno em frente, em Santa Terezinha e doou pra os pobres (...) na gestão dele"; (cabo de polícia)

"(...) Cabral era um homem que pegou ali as terras de Santa Terezinha e mandou o povo construir casa". (membro do Partido Comunista)

"(...) hoje, aí no Catolé, a rodoviária, onde hoje é posto de gasolina, a Escola Normal, ali todos aqueles terrenos era de Cabral, é tanto que existe próximo dali pra lá a Vila de Cabral". (dirigente do movimento popular)

Entre a maioria dos entrevistados, a doação de terrenos, material de construção e da casa toda, ficou reconhecida como uma das características mais marcantes da assistência desenvolvida por Cabral em sua trajetória política. Observei, contudo, a dificuldade dos entrevistados em estabelecer a origem dessas doações: se provinham dos recursos financeiros pessoais, ou se Cabral fazia essas doações através dos recursos públicos. Em seu projeto assistencialista ficava sempre misturado o que fazia a nível pessoal e o que fazia enquanto administrador que dispunha da prefeitura municipal. A função pública de reverter rendas, que no final das contas advém da própria população, em benefício dela mesma, como no caso das casas próprias, não aparecia como "obrigação" do projeto, mas como qualidade pessoal de "seu" Cabral.

"(...) aí ele ajudava muito a pobreza que não podia pagar IPTU, os pobres que não podia pagar, disso e daquilo, não podia pagar, ele dispensava, ajudava a construir sua casinha". (funcionário da prefeitura)

Por outro lado, os problemas de construção, no período em que não ocupava cargos eram resolvidos de forma individual, uma pessoa ganhava um terreno outra tijolos e telhas, etc.. Quando porém, passa a ocupar a posição de prefeito, Cabral dá continuidade a esses tipos de soluções individuais de ajuda nas construções. Entretanto, dado o caráter público de

que suas ações passam a dispor, a solução desses serviços urbanos torna-se coletivizada, facilitada pelo aparato financeiro que significava chefiar o tesouro municipal.

"Nº 4/62. Abre crédito especial com a finalidade específica de servir para aquisição de materiais para confecção de plantas de residências populares".⁷

Na barganha em torno do voto, Cabral doou muitos terrenos e material de construção. De posse da chefia do poder público, não só continua com o mesmo projeto pessoal, mas se utiliza dos recursos existentes e procura ampliá-los através dos poderes federais. É nessa perspectiva, e no sentido de prover as camadas populares de moradia, que Cabral cria a FUMACP, com a Lei Municipal nº 135⁸, de 21 de dezembro de 1959 e recorre também a órgãos federais.⁹ Nos registros do Diário da Borborema, constam, por exemplo, que:

"(...) o Prefeito Severino Cabral em sua primeira viagem a Brasília (...) conseguiu com o presidente Jânio Quadros a construção de trezentas casas nesta cidade através da Fundação da Casa Popular. Chegou on

7- *Extraído do Livro de Projetos de Lei do Arquivo da Câmara Municipal, 1961.*

8- *Cabral cria essa lei em menos de um mês de posse do cargo de prefeito, já que ele assumiu a Prefeitura em 30 de novembro de 1959.*

9- *Neste sentido, é importante ver-se o empenho de autoridades públicas ligadas a Cabral. "O Dr. Milton Cabral (filho de Severino Cabral) membro do Conselho de Administração do IAPI que ora visita Campina Grande, compareceu ontem à noite à sede do Sindicato dos Rodoviários, onde falou para os trabalhadores na indústria e demais operários campinenses, sobre a campanha da casa própria lançada, recentemente por aquele Instituto de Previdência. (Diário da Borborema, Campina Grande, maio de 62).*

tem a esta cidade o Dr. Armando de Moura Araujo, engenheiro da Fundação da Casa Popular, que veio fazer a verificação do terreno doado pela Prefeitura, bem como tomar providências para a realização das obras". (Diário da Borborema, 1960).

"Cumprindo promessa feita ao povo ainda quando candidato, o Prefeito Severino Cabral deu início à construção do primeiro grupo de casas populares, com recursos da Prefeitura, para venda ou locação a trabalhadores (...) Inicialmente a Prefeitura vai construir um grupo de casas no bairro do Moita, em terreno adquirido logo após a sua posse". (cf. Diário da Borborema, 1961)

Os designativos referentes a Severino Cabral, como um "líder popular nato", "líder da pobreza" estão, pois, cunhadas na sua prática assistencialista, que foi o fio condutor de sua trajetória política. Neste sentido, enquadra-se uma caracterização feita por Weffort (1980:73) ao tratar do líder populista:

"(...) o líder será sempre alguém que já se encontra no controle de alguma função pública - um presidente, um governador, um deputado, etc., - isto é, alguém que, por sua posição no sistema institucional de poder, tem a possibilidade de 'doar', seja uma lei favorável às massas, seja um aumento de salário ou, mesmo, uma esperança de dias melhores".

Desde o início de sua trajetória política, as "doações" aproximaram-no das "massas", mas Severino Cabral é reconhecido como líder também em períodos em que não ocupa funções

públicas. Nestes intervalos, destacava-se sua política clientelística inovadora que foge tanto aos traços do populismo nas grandes cidades, quanto às práticas coronelísticas.

"Seu Cabral prendeu a massa e vinculou-se a ela por intermédio desse assistencialismo permanente (...) Seu Cabral aproximou-se da massa por conta desse assistencialismo que ele se devotava como um expert que até então era desconhecido ..." (promotor público) (grifo meu)

É bom lembrar que, em alguns depoimentos, ao se referirem aos serviços de "bem-estar social", sobretudo, no que diz respeito à construção das casas populares, as deficiências eram percebidas nestes serviços prestados, principalmente, pelo caráter imediatista.

"Cabral foi um tipo de administrador que Campina jamais teve. Cabral era um homem que pegou parte de sua fazenda ali na cachoeira e doou, agora levando calçamento de maneira precária, muitas vezes, porque ele queria resolver o problema imediatamente, pouco se importando as vezes, (...) O problema de água, quando não tinha jeito de chegar água encanada, ele mandava os carros pipas, ele gostava de atender diretamente ao povo, ele se sentia bem. (...) Era uma coisa meio arranjada, o problema era resolver as necessidades do povo logo". (primeiro dirigente da SAB de José Pinheiro) (grifos meus)

Embora as opiniões de que Cabral "gostava de atender diretamente ao povo", que "fez uma porção de obras" sejam fre

quentes, elas não anulam a percepção de falhas em torno de algumas obras. É possível, acompanhando as falhas de infraestrutura apontadas, superar a visão de perfeição do "pai dos pobres". Restaria saber até que ponto com sensibilidade e atenuação de carência da moradia (entre outras) Cabral, em sua administração, não contribuiu para diluição de possíveis esforços surgidos dentro das camadas populares em exercer pressões reivindicatórias sobre o poder público.

Como disse o dirigente sindical:

"Ele desceu para as massas populares de Campina Grande e fez uma porção de obras, como seja, duas vilas, aqui construiu, sem nenhuma estrutura, era um negócio assim, não sei, muito à vontade, muito popular, muito aberto, ao ponto até de certas obras prejudicarem o movimento e era uma coisa assim, como está acontecendo hoje, tipo essas invasões que estão aí, que sem nenhuma infra-estrutura, sem nada está prejudicando atualmente terrenos que deviam ser construídas vilas com todas as condições de moradia, com todas as condições. É no tempo, Cabral fazia isso, não se incomodava com isso, contando que ele atendesse aquelas reivindicações daquela massa popular".
(dirigente sindical na época)

2- PREFEITO EM DEFESA DA BOLSA POPULAR

Os elementos constitutivos da equação Cabral/pobreza não representaram apenas a inclusão das demandas das camadas populares numa prática de doações encarnada em um prefeito "solidário" com questões fundamentais na reprodução da existência e pelas quais assumia resoluções. As preocupações dispensa

das ãs demandas populares fizeram parte do eixo que guiou a construção de um espaço de inclusão de demandas populares no interior do poder pùblico que, em certa medida, permitiu ao "povo" se reconhecer nos atos de doações do prefeito.

Certamente as atitudes protetoras de Cabral em relação ao custo de vida, a promoção pùblica da "luta contra a carestia" conta como um elemento na identificação do poder pùblico com as camadas "carentes". É o que se depreende do texto abaixo:

PREFEITO CABRAL ABRE LUTA CONTRA A ALTA DO CUSTO DE VIDA: PROVIDÊNCIAS

O prefeito Severino Cabral foi a primeira autoridade no Nordeste a abrir luta contra a assoberbante carestia de vida que está solapando, ultimamente, a dèbil economia do nosso povo.

Em dias desta semana, o prefeito de Campina Grande despachou emissários aos Estados do Rio Grande do Sul, Sergipe e Maranhão, com o fim de adquirir por conta da Prefeitura, para abastecimento da população do município, xarque, feijão, farinha e arroz, objetivando conter a alta dessas mercadorias na feira local.

Logo que as mercadorias cheguem aqui, serão postas à venda em barracas, na praça da Bandeira, por preços abaixo dos que estão sendo cobrados pelo comércio". (Diário da Borborema, 17/3/62).

As atitudes em defesa da população no âmbito da reprodução de vida, sobretudo na questão da alimentação, resultou em valorização da gestão de Severino Cabral como o prefeito que teve "idéias" para ajudar as camadas populares. Um exem

plo de ação desse tipo e um indício de posicionamento ao lado das camadas populares, foi a criação de uma Padaria Municipal, em decorrência, do aumento do pão na cidade. Essa idéia foi estimulada e reforçada pela experiência anterior de sua trajetória política, montando uma organização popular, da qual retirava a legitimidade necessária à sua carreira política. Com vistas a defender a presença do pão no "lar dos menos favorecidos", Cabral enfrenta debates com os proprietários de padarias:

"convocados pelo prefeito Severino Cabral, compareceu, ao gabinete do chefe do Executivo (...) proprietários de padarias na praça desta cidade, para um debate em torno do recente aumento feito no preço do pão.

Inicialmente, o Prefeito fez um apelo aos panificadores para que estudassem um meio de fabricar um pão mais barato, acessível à bolsa das classes trabalhadoras, que não estão em condições de comprar um artigo de primeira necessidade por preço tão alto, isto é, cinco cruzeiros.

Alegaram os panificadores que a farinha de trigo havia duplicado de preço e que a lenha e outros materiais indispensáveis ao fabrico do pão também tinha sido aumentado (...)

Diante de tal alegação, respondeu o Sr. Severino Cabral, que seria rigoroso e iria exigir das autoridades competentes uma fiscalização sistemática em nossa cidade, conquanto que a classe obreira não fosse sacrificada nos seus interesses.

Finalizando, o Prefeito Cabral sugeriu aos panificadores, como uma fórmula de fazer chegar ao lar dos menos favorecidos o seu alimento quotidiano, que adotasse um pão

70

de menor peso, no que não concordaram, passando o chefe do Executivo a ler um telegrama por ele enviado (...) ao presidente do COAP. COAP. João Pessoa-Paraíba.

Conforme portaria (...) panificadores aqui aumentaram preço unidade do pão de sessenta gramas que custava três cruzeiros para oitenta e cinco gramas ao preço de cinco cruzeiros. Medida COAP confraria interesses classes menos favorecidas impossibilitando oferecer pão a seus filhos. Solicito deste órgão restabelecer peso anterior a fim de atender classes proletárias. Saudações. Severino Cabral". (cf. Diário da Borborema, 1967) (grifos meus)

Após os debates com os proprietários de padarias de Campina Grande sobre o aumento do pão e dos apelos para que eles encontrassem uma fórmula a fim de atender às necessidades das "classes menos favorecidas", surge através de um Projeto de Lei,¹⁰ a Padaria Municipal. Em junho de 1961, é publicado no Diário da Borborema:

PREFEITO CABRAL INICIA UMA NOVA POLÍTICA ADMINISTRATIVA

"Com a interferência do poder público na defesa da bolsa popular, o Prefeito Severino Cabral inicia em Campina Grande uma nova política municipal, de grande repercussão em todas as camadas sociais, no momento em que envia a Câmara de Vereadores men

10- "Projeto de Lei nº 79/61. Autoriza aquisição e instalação de uma Panificadora, uma Farmácia e uma Livraria" (Retirado do Livro de Projetos de Lei do Arquivo Municipal da Câmara Municipal). Ver Anexo III.

sagem sobre a criação de uma panificadora elétrica e uma farmácia, para a venda de pão e medicamentos por preços acessíveis às classes desfavorecidas de fortuna.

O preço exorbitante do pão e dos produtos farmacêuticos, que vão colocar as classes pobres na impossibilidade de adquirir esses dois produtos imprescindíveis à vida humana, estava a solicitar uma providência enérgica e objetiva da autoridade municipal.

Sensível como é às exigências dos seus munícipes, o Prefeito Severino Cabral após examinar delicadamente o problema que lhe pareceu da mais profunda gravidade para a economia do povo, concluiu que a única solução compatível com a hora que atravessamos, era mesmo a interferência do Poder Municipal no assunto e imediatamente tratou de enviar à Câmara uma mensagem pedindo autorização para instalar nesta cidade uma padaria elétrica e uma farmácia.

A propositura do chefe do Executivo pelo alto sentido que se reveste, desde o momento em que foi conhecida da população campinense vem alcançando repercussão das mais favoráveis...

É claro que elementos interessados na manutenção do atual estado das coisas, se pronunciem contra a mensagem do Prefeito, porém, este já disse que tem absoluta confiança que os vereadores, com o alto espírito público que os identifica com as aspirações populares, não deixarão influenciar por vozes isoladas e aprovarão a sua propositura".

A Câmara Municipal não sô aprovou o Projeto Lei do Prefeito, como ainda o vereador Noaldo Dantas fez um substitutivo ampliando o projeto com a instalação de uma livraria. 0

"Substitutivo ao Projeto de Lei nº 79/61 autoriza a aquisição e instalação de uma Panificadora, uma Farmácia, e uma Livraria e dá outras providências".

A maneira como foi estruturado o projeto da padaria, da farmácia e da livraria¹¹ merece uma análise mais detalhada de alguns itens.

Parágrafo 1º - A padaria Municipal, tem por finalidade produzir um tipo de pão acessível às classes menos favorecidas, sem nenhum intento de lucro por parte da Prefeitura que não poderá acrescer o preço do produto acabado senão de 10% (dez por cento) para as despesas gerais com a manutenção do estabelecimento;

Art. 2º - Só poderão ter fornecimento do pão, remédios e livros e materiais escolares:

- a) - trabalhadores da indústria, do comércio, dos transportes e atividades semelhantes, que não percebam ordenados superiores a duas vezes o salário mínimo regional;
- b) - viúvas e órgãos das pessoas indicadas no item anterior;
- c) trabalhadores independentes, pequenos artesãos, trabalhadores rurais e braçais, cujos rendimentos correspondam ao montante indicado no item "a";
- d) - todos os funcionários municipais de qualquer mercadoria".

11- Ao longo da pesquisa foi comprovado que a Farmácia e a Livraria não funcionaram. No entanto, não disponho de informações suficientes para enumerar os obstáculos que fizeram o Projeto Lei restringir-se à Padaria. Sobre a Farmácia Popular veremos mais detalhes adiante.

O papel de provedor das classes "menos favorecidas", vividos por Cabral, parece ter se baseado em reais diferenças sociais. Nos discursos sempre se dirigia a um universo único, ou seja, falava do empregador, do comerciante e do trabalhador, como se todos tivessem necessidades a serem atendidas igualmente. Mas, nos projetos conforme acima exposto, ele deixa nitidamente claro quais categorias compõem as classes menos favorecidas.

Ter criado a padaria sugeriria uma preocupação real com as classes menos favorecidas e uma disposição para abrir enfrentamentos com uma categoria opositora às camadas populares: os donos de panificadoras.

A prática de prover as carências populares tem dois efeitos. De um lado, o líder (pai dos pobres) tem sua imagem reforçada pelo assistencialismo. De outro, os beneficiados tendo as demandas atendidas "espontaneamente" pelo poder público não têm ocasião de expressar descontentamento ou exercer qualquer forma de pressão.

Este procedimento de identificação com as camadas populares sugere uma interrogação: como podia o prefeito efetivar um pacto social, político e econômico entre todas as classes sociais frente aos diversos interesses em jogo ?

Acredito que as relações entre as classes, no espaço definido pelo poder público, deram-se, na maioria das vezes, de forma conciliatória. Pode-se, porém, através do material recolhido durante a pesquisa, constatarem-se alguns fatos que apontam para o "amparo" que Cabral insistentemente oferecia à "pobreza".

Em alguns depoimentos os entrevistados sugeriram alguns aspectos para atender o significado social da solidariedade da administração de Severino Cabral com as classes "menos

favorecidas". Ouvi de um membro do Partido Comunista, em referência à criação da Padaria Municipal, que a negativa de Cabral em aceitar o aumento do pão, proposto pelos panificadores, fez com ele enfrentasse o descontentamento destes, mas, por outro lado, foi uma atitude que lhe conferiu um "grande capital de apoio popular".

"(...) Cabral mesmo fez uma coisa interessante. Quando houve uma tentativa de aumento de pão aqui, ele criou a Padaria Municipal para não permitir o aumento do pão e isso lhe valeu como um grande capital de apoio popular.

P. E os panificadores como reagiram a Cabral ?

I. Ficou desgostoso porque impediu o aumento do pão".

Na verdade, a criação da padaria, parece ter funcionado também como a referência através da qual se pode medir a disposição de Cabral em levar adiante um projeto que significaria o enfrentamento com a categoria dos panificadores. E, por outro lado, o posicionamento em defesa dos pobres. Foi um vereador da época quem me disse:

"(...) implantou na fase de sua gestão, com o protesto dos concorrentes. Cabral fazia o pão para vendê-los aos pobres, sem lucro algum, o pão da prefeitura, seu Cabral. Era o pão que custava metade do pão numa padaria particular, razão pela qual houve protesto, mas seu Cabral não abriu, foi avançar..."

A capacidade de Cabral em transacionar harmonicamente entre todas as classes passou no momento específico de ten

são por ocasião da criação da padaria. A reação dos panificadores exigiu uma tomada de posição, que não foi exatamente a intermediação "neutra". Cabral colocou-se do lado oposto dos panificadores, o que resultou em um conflito público. De um advogado, na época membro do Partido Comunista, ouvi a seguinte versão:

"(...) A padaria foi o resultado de um atrito de Cabral com as classes dos padeiros de Campina Grande que queriam aumentar e xorbitantemente e seu Cabral ameaçou e cumpriu e botou uma padaria, que, depois, naturalmente era uma inovação, uma estatização, que só tinha em Campina Grande. No resto do Brasil, acho que não tinha, mas veio a fracassar mesmo por conta do cerco, do assédio que os padeiros - isso aí no meu entender - fizeram aos fornecedores de trigo..."

De fato, o descontentamento dos panificadores em relação ao poder público não ficou restrito aos bastidores e gabinetes, ganhou espaço na imprensa. É importante, pois, ver-se, na íntegra, uma nota oficial do Sindicato da Indústria e Confeitaria de Campina Grande, publicado no Diário da Borborema (18/6/61):

"SINDICATO DA INDÚSTRIA E CONFEITARIA DE CAMPINA GRANDE"

NOTA OFICIAL

O SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA DE CAMPINA GRANDE" levado pelo alto respeito que merece a opinião pública campinense, em face das tendências as notícias espalhadas pelo Chefe do Executivo Municipal em torno de uma "Nota Oficial" on

tem divulgada, de que os panificadores de locais tramavam a paralização de suas indústrias, vem esclarecer o seguinte:

Jamais se discutiu entre membros deste Sindicato a idéia de paralização de nossas indústrias, como forma de represália a qualquer iniciativa do Chefe do Poder Executivo. Por mais que o Prefeito desta cidade, levado por idéias demagógicas ou por espírito eleitoreiro, queira abolir a iniciativa privada, impedindo, através de encampações improdutivas, o livre desenvolvimento industrial da cidade, não irá este Sindicato deixar de contribuir para o progresso da terra comum.

A atitude de se fundar uma 'Padaria Municipal', com o objetivo de vender o pão pelo preço de Cr\$ 3,00 a unidade, parece, a primeira vista, uma medida de grandes benefícios ao povo. No entanto, ao contrário disso, essa "Panificadora Municipal" visa a prejudicar o desenvolvimento das iniciativas particulares. A Prefeitura levará a efeito sua iniciativa com o produto proveniente da arrecadação dos impostos pagos pelos industriais. - Desaparecendo a iniciativa privada, desaparecendo as indústrias, desaparecerá, também, a arrecadação e a municipalidade terá que encontrar outros meios de sobrevivência.

Mas, mesmo assim, os panificadores campinenses não temem a concorrência do governo. Se vendemos o pão pelo preço de cinco cruzeiros a unidade, o fazemos tutelado pela portaria nº 4, de 28 de abril de 1961, da COAP, derivada por sua vez, dos efeitos da instrução da SUMOC. - Pelo preço do 'pão do prefeito' e pelo que é cobrado pelos panificadores, nota-se, de logo, não ser extorsiva a quantia cobrada pelos que, com seu próprio esforço, mantêm suas indús

trias panificadoras. - Os particulares pagam impostos. Pagam institutos. Pagam operários. Pagam máquinas e utensílios. A edilidade dispendo, facilmente, dos meios necessários para montagem e funcionamento de uma indústria poderia, muito bem, vender o pão por um preço mais inferior.

Se é claro o preço de cinco cruzeiros cobrados pelos panificadores, que arcam com uma longa série de compromissos e de responsabilidades, mais caro, ainda, é o preço cobrado pelo Prefeito, quando se sabe que a Prefeitura não paga impostos e dispõe de fáceis meios aquisitivos.

No nosso entender, outros assuntos mais importantes e mais úteis ao povo, deveriam ocupar a atenção de S. Excia.

Não é se fazendo concorrência a particulares, por meros caprichos ou por simples propósitos vingativos, que se obtém a simpatia de um povo ou se impulsiona o progresso de uma cidade.

A indústria, em outras partes do território nacional, é estimulada e assistida pelo Poder Público, que se interessa em desenvolvê-la para desenvolvimento do próprio governo. - Quando um governo julga que determinado produto está sendo vendido por um preço além do que deveria ser cobrado, sua ação deveria ser dirigida no sentido de restabelecer o verdadeiro preço. E se este é alto mas justo, deve o Poder Público, se deseja evitar maiores dificuldades para o povo, procurar facilitar, através de sua força governamental meios, a fim de que, com a ajuda do governo, possam os industriais, sem prejuízo, atender aos reclamos populares.

Criando o Prefeito uma Padaria, instalando uma farmácia, instalando uma livraria, mon

tando, mais tarde, uma sapataria, uma al
faiataria, uma marcenaria, etc., em breve
terá desaparecido a iniciativa privada. -
Extinguir-se-á a indústria. Abolir-se-á o
comércio e, conseqüentemente, desaparecerá
para o município a fonte de renda advinda
dessas atividades, renda que servia de ba
se para o progresso da terra.

Por enquanto, de qualquer forma, os panifi-
cadores, com apoio ou não do Poder Público
Municipal, continuarão lutando, com sacri-
fício é certo, mas colocando o progresso
da terra acima das dificuldades pessoais.

Campina Grande, 17 de junho de 1962.

Pelo Sindicato da Indústria de Panificação
e Confeitaria de Campina Grande".

A barganha em torno dos seus interesses os fez re
conhecer no poder público um inimigo e desmentir a possibilida-
de de uma paralização das padarias. O desejo de demonstrar
o prejuízo causado à iniciativa privada pela criação da Pa
ria Municipal leva a categoria dos panificadores a reconhecer
no poder público um empecilho ao livre desenvolvimento indus
trial. Neste contexto, os panificadores caracterizaram a ação
do prefeito como uma ameaça à iniciativa privada. Para conse-
guiram uma maior repercussão social tentaram sensibilizar ou
tras categorias do comércio, como forma de engrossar a luta con
tra as "iniciativas comerciais" da Prefeitura, alertando para
outras possíveis iniciativas municipais que pusessem em "ris
co" a iniciativa privada.

Como o "legítimo defensor da pobreza", Cabral estava
cumprindo seu papel, ou seja, defendendo, na prática, interes-
ses que, no discurso, já havia assumido como seus, o que refor-
ça ainda mais o apoio popular recebido. E, neste momento,

através do conflito com os panificadores, demonstra força enquanto "chefe" da municipalidade e, portanto, o que tinha o peso determinado no jogo político campinense. Isto fica comprovado através da resposta do poder público a denúncias de que a Padaria Municipal estava monopolizando o comércio panificador da cidade, e que "os padeiros particulares estavam na iminência de não poder continuar explorando aquele comércio". Eis o que foi respondido aos panificadores particulares: (Resposta expressa no Jornal (Diário da Borborema, 1961) que ao mesmo tempo, publica o descontentamento dos panificadores com o poder público e a resposta desse):

"Sobre a situação porque atravessam os panificadores particulares, aparentemente prejudicados com a Padaria Municipal (...) essa situação, se não concorre para o enriquecimento apressado dos senhores panificadores, mas ajuda-lhes a equilibrar a passos lentos, as finanças dos seus estabelecimentos, não permitindo, portanto, que cheguem à falência, uma vez que a venda do pão ao preço de três cruzeiros, embora não ofereça lucros espetaculares, mas não dá prejuízos tão grandes como se poderia pensar".

A atitude de Severino Cabral o aproximou mais das camadas populares. Criar a Padaria Municipal foi um ato que ganhou características de pressão sobre uma categoria — panificadores — da classe dominante. O poder público naquele momento não tomou posição de intermediário. Não recuando no preço do pão, a Padaria Municipal continuar funcionando, e trazendo para a imprensa (jornal e rádio) o debate do "prefeito dos pobres" com os panificadores, reforçou a credibilidade social de que o prefeito estava "ombreado com a pobreza".

Tal situação não deixa de ser paradoxal: por um lado, não esconde os interesses divergentes — ele mesmo os evidenciava, trazendo a público debate deste tipo, o que não ocorreria em outra gestão. Por outro lado, mesmo trazendo este debate à tona e defendendo o menor preço do pão, ele não chega a interferir na relação capital/trabalho, interferindo apenas nos serviços.

Se o pão estava caro e isso provocava um debate público, Cabral administra este "conflito" em seu favor, aumentando assim seu capital político. Cabe contudo ressaltar que, sem ele, possivelmente, esse tipo de debate não viria a público.

A criação da Padaria como proposta de "defesa da bolsa popular" resultou também no reforço da imagem de Cabral como o criador de empregos. Fazia parte do Projeto de Lei da Criação da Padaria o seguinte artigo:

Art. 4º - a) obrigatoriedade de pagarem salários mínimos aos seus trabalhadores empregados que serão contratados de acordo com as leis trabalhistas em vigor;

Um ponto a ser enfatizado é que a administração de Padaria Municipal contou com um representante dos Sindicatos Reunidos de Campina Grande, e um representante da Associação dos Funcionários Municipais de Campina Grande. Isto, porém, não implica dizer que o prefeito não estivesse representado.

Art. 4º - b) - administração subordinada a um colegiado de quatro membros assim compreendidos: 1 representante do Gabinete do Prefeito; 1 representante da Câmara de

Vereadores, 1 representante dos Sindicatos Reunidos de Campina Grande e 1 representante da Associação dos Funcionários Municipais de Campina Grande.

Contudo, não se sabe sobre como funcionou, de fato, o colegiado, até que ponto os quatro representantes gozavam dos mesmos direitos de voz e voto, ou de que mecanismos de controle dispunha o prefeito no gerenciamento da Padaria Municipal.

3- ENERGIA

A imagem de Cabral, "o pai dos pobres" e o defensor dos interesses das camadas populares, perpassa toda a sua administração. Havia uma preocupação constante em se pronunciar e tomar atitudes de defesa das classes pobres, quando medidas locais, ou externas ao âmbito municipal, ameaçavam as condições de reprodução material de existência do "povo".

Foi comum Cabral pronunciar-se de maneira apaixonada na defesa de interesses do povo e assumir atitudes contrárias às medidas que ele considerava prejudiciais ao "bolso popular", mesmo quando estas vinham de fora da municipalidade, como é o caso, por exemplo, do aumento nas tarifas de energia elétrica. Foi contra o aumento de 35% na energia elétrica, decretado pela CHESF, que Cabral se pronunciou:

"URGENTE - CHESF - Considerando a difícil conjuntura econômica da região que não deve ser agravada com novos encargos financeiros para a população, venho encarecer a

Vossência em nome do povo deste município que tenho a honra de representar, sustar o aumento das tarifas de energia elétrica (...) por considerar inconveniente e inoportuno". (Diário da Borborema, 26/7/62)

É bom lembrar que, por ocasião de um outro aumento de energia elétrica, decretado pela CHESF, a Prefeitura tomou a seguinte medida:

"(...) Esta Prefeitura vem comunicar ao público de Campina Grande que é obrigada a cobrar taxa de consumo de luz e energia a crescida do aumento determinado pela CHESF, sem acrescentar ao mesmo nenhum benefício para a fazenda municipal". (Diário da Borborema, 7/8/61).

São medidas que consolidaram o projeto de uma gestão baseada no assistencialismo que anula, em certa medida, o reconhecimento de uma possível resistência popular. Como consumidores, os "pobres" não chegam, nesta época, a desenvolver práticas reivindicatórias que favoreçam uma unificação e avanço de luta pelos bens indispensáveis à reprodução, como é o caso da energia elétrica.

O fato de prevenir eclosão de movimentos reivindicatórios ou contestatórios em função de sua capacidade de intervir no processo social, através de uma prática assistencialista, pode ter contribuído para que Campina Grande não vivenciasse, como fala Álvaro Moisés (1978:20) "explosões (...) de massa populares submetidas a condições demasiadamente adversas para a manutenção de um nível (...) segundo os padrões socialmente sancionados, para sua reprodução..."

4- "COM CABRAL O POBRE NÃO PASSEAVA NÃO"

"(...) chegando um pobre na sua casa, dele, podia ser um eleitor de quem quer que se ja, mais bateu na porta dele, ele não mandava ir embora, ele atendia (...) com Cabral o pobre não passeava não" (...) (dirigente de movimento popular de bairro)

"Pobre não passear" significava, na fala e experiência dos entrevistados, a ruptura com um passado negativo de não contar com alguém que os incluísse numa política de doações. Ruptura vinda de uma opção feita através do voto, escolhida, portanto, de ter um "pai" identificado com a pobreza. É tanto que, de um vigilante, ouvi: "quem fez ele foram os pobres"; no mesmo depoimento afirma: "Ele era o pai da pobreza".

Pelas palavras do entrevistado percebe-se que enfatiza a importância do voto dado pelos pobres. Isto é, de certa forma, estes eleitores sabiam que, através de seu voto, garantiam a existência do "pai da pobreza", ainda que este papel de "pai dos pobres" fosse uma proposição do próprio Cabral. Pai e filho estavam, portanto, satisfeitos com a condição: o filho de ser filho de quem era e o pai de ter sido escolhido para ser pai de tal filho.

Um vereador que compunha a Câmara Municipal na gestão de Cabral me disse:

"(...) Cabral sempre foi um candidato da plebe, candidato dos pobres, tido e havido como pai dos pobres de Campina (...)"

O compromisso de o "pobre não passear" era a forma de veicular a imagem do prefeito que "não distinguia rico e

pobre", que "ajudou a todos indistintamente" e que, sobretudo, "tinha também esse dom de atendimento aos pobres, aos humildes.

A construção da identificação pobre e Cabral, definiu-se pela oposição a prefeitos (ou políticos) que não prestaram uma assistência tão efetiva aos pobres, anteriormente, em Campina Grande. Neste sentido é que podemos dizer que é impossível entender o que é "pobre não passear" sem procurar entender o que significa não ter um "fichário", não ter um "Bureau Eleitoral", não ter um "Centro Político Severino Cabral".

O fato de Cabral centrar fogo nas demandas imediatas dos bairros populares corrobora a percepção da população dos bairros atendidos de que realmente estavam representados. As lavanderias públicas, por exemplo, faziam parte deste centrar fogo:

"(...) Como se sabe, o chefe do Executivo, em fins do ano passado, sentindo a precariedade com que os pobres da cidade lutavam para lavarem suas roupas caseiras, deu início à construção de diversas lavanderias públicas, nos bairros de Bodocongô, Alto Branco, Monte Castelo, Liberdade e Cruzeiro (...)" (cf. Diário da Borborema, 1961).

O valor moral de "político que cumpre promessa", vem a ser exatamente a resposta de Cabral esperada pelo povo. Isto coloca, porém, um problema que marca as relações do político com os eleitores: cumprir as promessas eleitorais, via de regra, aparecem como dâdivas pessoais.

Através da correspondência às demandas populares consolidou-se na figura de Cabral o mito de "pai dos pobres": de um lado, a imagem do administrador que "via" e atendia as necessidades populares e, do outro, a imagem, com ele identifica

da personalisticamente, do poder público como o responsável direto pelo amparo aos mais humildes. Neste sentido, é pertinente a afirmação de Weffort (1980:44), "(...) a massa vê na pessoa do líder o projeto do Estado; abandona-se a ele, entrega-se à sua disposição e, em grande medida, ao seu arbítrio (...) A massa confia no líder e cabe a ele manter esta confiança".

E, para "manter esta confiança", Cabral não deixava inclusive de, como "bom pai", comandar as festas que, entre outras coisas, possui um caráter de "união da família":

PREFEITO SEVERINO CABRAL PROMOVE O NATAL DOS POBRES

"Como sempre acontece todos os anos, o Prefeito Severino Cabral realizou este ano o Natal dos Pobres, distribuindo presentes com numerosas famílias dos bairros pobres de nossa cidade, em companhia de sua esposa, dona Anita Cabral (...) Distribuição de brindes pelo Prefeito (...) cortes de fazenda, alimentos e brinquedos para as crianças!" (cf. Diário da Borborema, 1961)

O padrão de doações adotado por Severino Cabral era por demais amplo. Com desenvoltura circulava entre os variados aspectos a serem assistidos pelo poder público. Envolvia-se numa obra de construção, numa doação de tijolos, na questão da limpeza pública. Enfim, em qualquer tipo de iniciativa que fosse uma resposta às necessidades e resultasse no aumento das simpatias populares.

A quase completa ausência, nos depoimentos, de menções à falta de atendimento a alguma necessidade dos bairros

pobres, e de expressões contestatórias, fundamentam-se, assim, numa capacidade efetiva de respostas, por parte de Cabral, às necessidades sentidas pelo povo.

"Apelo do prefeito Cabral ao governador Jo
sé Fernandes. Reitero apelo sentindo se
rem efetuados serviços extensão sede dis
tribuição d'água e chafarizes bairro Liber
dade. Trata-se de populoso subúrbio desta
cidade habitada classe trabalhadora, que
sofre grandes vexames durante época de ve
rão com a falta d'água". (cf. Diário da
Borborema, 24/6/60)

Na gestão de Cabral, parece ter havido um esforço em minimizar os desequilíbrios sociais. O fato de ir mais além ao atendimento de necessidades básicas da população legítima prefeito frente à coletividade. Em que bases dar-se-ia, en
tão, um enfrentamento das camadas populares como o "pai dos po
bres" ?

A administração de Cabral praticamente não abriu bre
chas para enfrentamentos. Seu diálogo com as camadas popula
res deu-se através da ênfase no drama pessoal, com as necessi
dades individuais. Através do poder público lançou mão, inclu
sive, de elementos novos, como o lazer, em sua relação com as
"populações pobres". Na sua gestão fez, por exemplo, este pro
jeto de lei:

"Nº 170/60. Autoriza a instalação de apare
lhos de televisão nos bairros.

Art. 2º - Os aparelhos deverão ser insta
lados em lugar público e destinado a ser
vir à população pobre dos subúrbios que

não pode frequentar cinemas ou quaisquer outras casas de diversões".¹²

Acredito que o projeto de governo assistencialista de Severino Cabral configurou nas camadas populares um sentimento de aceitação positiva com o prefeito, como aponta o trecho desse depoimento, de um funcionário da prefeitura:

"(...) outra coisa boa nesses bairros que foi a televisão, no tempo que só quem podia usar era os ricos e nesses bairros não existia televisão (...) ele mandou, comprou televisão para o povo, instalou no meio da rua, mandou fazer no meio da rua, construiu uma casinha e instalou uma televisão para todo mundo assistir, era uma novidade televisão, quem tinha aqui no centro era 10 ou 20 ricos, pobre não podia (...) aí o povo gostava, Cabral e tal o povo gostava. Muito bom, ele fez muita coisa boa".

"O pobre não passear" levou a que as camadas populares mantivessem uma relação de identificação com o prefeito provedor de necessidades. A instalação de televisão em bairros populares sugere uma perspectiva de ampliação do consumo urbano.¹³

No enfoque dado por Cabral de um universo harmonioso, coube, ao lado da instalação de aparelhos de televisão em bairros populares, a construção do Teatro Municipal.

12- Retirado do Livro de Projetos de Lei do Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande, 1960.

13- Por ampliação do consumo urbano compreendo ir além das necessidades básicas de reprodução que se compõem de casa, luz elétrica, alimentação, saúde, vestuário, etc.

"Cabral era um homem assim, intelectual, não podemos dizer, mas estimulou a arte, a cultura, haja visto o teatro que está aí e tem o nome dele, e foi construído na gestão de seu Cabral". (enfermeiro)

Ainda em contrapartida a instalação da televisão "destinada a servir o público pobre que não pode frequentar cinemas", Cabral se fez também presente em apoio financeiro na reforma do Cinema Capitólio.

"(...) a Cia. Exibidora, traçou o plano de reforma e construção do Cine Capitólio, contando, para isso com o decisivo apoio do prefeito Severino Cabral, que no seu afã de renovar e dotar Campina Grande de tudo que signifique progresso e conforto para o povo, não regateou seu beneplácito a causa da empresa". (Diário da Borborema, 26/8/62)

Foram atitudes que significaram a efetivação do que havia prometido nos discursos, ou seja, atender a todos indistintamente.

5- AS CABRALETAS

A administração desenvolvida por Severino Cabral colocava uma significativa ênfase na questão da saúde. Na sua gestão a Maternidade Municipal e o Pronto Socorro Municipal, segundo pronunciamento do Dr. João Caetano (Revista 19º ano da Administração Severino Cabral, 1960:29), "conseguiu, afinal, o seu intento, ou seja: melhor aparelhado atender a um maior número de doentes".

Assim, o assistencialismo na saúde expresso em "re_{ceitas}", "operações", "óculos", "remédios"¹⁴ ficava, através do Pronto Socorro e da Maternidade Municipal, institucionalizado.

O programa voltado para a saúde visava sobretudo, incorporar a "pobreza" num plano onde esta seja atendida ainda que sem modificar a sua condição de pobre, tendo em vista a criação de espaço nos hospitais municipais para atender exata_{mente} aos "pobres".

Com efeito, a Maternidade Municipal, um centro de saúde pública e popular, tem instituído por Cabral, em sua ges_{tão}, as "Cabraletas" — alas destinadas as mães pobres, que as enfermeiras reconheciam como específicas de "seu Cabral":

"Quando ele assumiu a prefeitura, tinha na Maternidade uns quartos que era para aten_{der} os contribuintes, o povo pobre dava uma pequena quantia, o que pudesse para ficar nesses quartos e não ser indigente, e quan_{do} ele era prefeito não precisava mais pa_{gar}. Aí a gente ria muito, porque quando chegava o povo com o bilhete de seu Cabral para atender e não ir para a indigência, a gente dizia: pronto, lá vem as "Cabraletas", era assim que a gente chamava com o povo que vinha com o bilhete". (enfermeira da Maternidade Municipal)

14- "(...) chegava o povo doente e ele dava remédio, ele com_{prava} muito remédio para dar ao povo, ele tinha lá (na ca_{sa} dele) quase um quarto cheio de remédio para dar ao po_{vo} (...) e o pessoal foi não foi chegava se queixando e mandava dá determinado remédio, e o pessoal tomava e fica_{va} bom e passava a dizer: seu Cabral é meu Dr., ele não fazia profissão". (membro da família)

As instituições municipais de saúde, ao invés de serem consideradas um direito dos cidadãos, constituía parte de um bloco que tinha como estratégia efetivar o favorecimento de condições de sobrevivência das camadas populares sob o patrocínio de Severino Cabral, que criou regras no interior do assistencialismo, de forma tal que sua atuação se deu a nível individual e de modo pessoal como por exemplo, enviando um "bilhete" — assinado do seu punho — para que um paciente fosse atendido nas instituições municipais.

O "bilhete" expressaria o símbolo da autoridade de Cabral, que o colocava como o centro que distribuía favores.

Por outro lado, seu comportamento, segundo uma lógica própria, no sentido de exercer a condição de árbitro, doador e sobretudo, "justiceiro" o faz botar um olhar vigilante e executar normas para os médicos, funcionários da Maternidade Municipal e do Hospital do Pronto Socorro. No entanto, torna-se "humano", quando, na mesma lei em que fixa normas severas, instituiu gratificações mensais a serem juntas ao salário dos médicos.

"Projeto de Lei nº 72/62.

Parágrafo Único - Aos médicos plantonistas além dos vencimentos acima especificados, dar-se-á a título de gratificação (nove mil cruzeiros) mensais (...)

Artigo 2º - Os médicos ficarão obrigados a uma frequência diária cuja comprovação será feita pelo ponto (...)

Artigo 3º - A todos os médicos lotados nos hospitais municipais é obrigatório e intransferível o serviço de plantão...

Parágrafo Único - Ao infrator da disposi

ção deste artigo, aplicar-se-á a PENA DE DEMISSÃO.

Artigo 4º - Aos médicos funcionários dos hospitais municipais é, vedado, salvo motivo maior e com autorização superior, afastar-se do estabelecimento onde esteja lotado nas horas do serviço SOB PENA DE LHE SER CORTADO O PONTO com a redução respectiva no vencimento...

- Institui ainda a proibição "em definitivo, a acumulação de cargos aos médicos que exerçam funções idênticas nos Hospitais da União ou do Estado e respectivas autarquias, de conformidade com a lei que regula a espécie". (cf. Diário da Borborema, 26/6/62)

Por deter, em sua pessoa, os meios de solucionar necessidades e de dar cumprimento às soluções a nível pessoal, como por exemplo, mandando um "bilhete", Cabral acaba montando uma imagem do que doa "operações", "remédios", "partos". Nesta imagem, que, em última instância, está baseada no clientelismo/assistencialismo, assemelham-se ou se confundem o poder privado e o poder público. Ganhando a aceitação da população como protetor, minimiza a questão da condição da cidadania, na qual os indivíduos teriam, através do Estado, o direito garantido à assistência médica. Mas, ao mesmo tempo, legitima-se frente à população em geral como uma versão provinciana do Estado/Bem Comum. Estas considerações levam a se pensar o projeto de Severino Cabral como um projeto marcado por traços populistas que encontra sua força no povo. O povo como uma força passiva que teria dificuldade de fazer valer seus direitos plenos de cidadãos - justificando, assim, a necessidade de um elemento mediador.

Mas não somente o "povo" vê em Cabral o protetor da saúde e da pobreza, talvez, por conveniência, os próprios integrantes do poder público também o vissem assim. Nas palavras de um vereador da época:

"(...) A Maternidade Elpídio de Almeida, o Hospital do Pronto Socorro, sempre foram tratados por seu Cabral, dava expediente numa e noutra repartição, cuidava das mães pobres, das gestantes sem a mínima condição de gastar, de ter despesas. Cabral oferecia todas as condições. Instituiu as CABRALETAS, que era as alas, os apartamentos, quase de ricos, mais destinados à pobres (...) Com a morte de seu Cabral, Campina perdeu seu maior benfeitor, o seu maior líder".

Dar conta das aspirações populares, no setor de saúde na gestão de Cabral deu-se através do ouvir e atender as queixas e reclamações. Ou antecipar-se, oferecendo soluções às queixas/necessidades mais imediatas e inadiáveis, como dar à luz, por exemplo.

"(...) Ele me fez um grande benefício, eu me casei (...) e minha esposa deu a luz e ficou muito doente, descansou aqui na Maternidade e ficou doente (...) Aí eu voltei novamente com ela para Maternidade (...) falei com ele, ele foi autorizou os médicos (...)" (trabalhador rural)

No depoimento acima, vê-se uma obrigação — o atendimento médico à parturiente — natural de uma instituição pública — a Maternidade Municipal — constituir-se em um benefício pessoal. Ao invés de acreditar que a maternidade cumpriu

nada mais que seu dever de atender a um cidadão, o beneficiado credita esse atendimento à generosidade e à autoridade do prefeito.

A prefeitura mantinha financeiramente a Maternidade e o Pronto Socorro Municipal e durante a gestão de Cabral projetos de Lei foram feitos no sentido de ampliar os serviços de saúde.¹⁵ Entretanto, dentre os projetos de leis ligados a saúde, merece destaque o Projeto da Farmácia Popular, pelo significado de inovação que representa a tentativa de inserir nas obrigações do poder público a revenda de remédios a preços acessíveis às camadas populares. A relevância desse projeto, por outro lado, ressaltou um significativo traço de uma administração que tentava articular no plano municipal a distribuição equitativa das vantagens públicas segundo o raciocínio assistencialista.

Projeto de Lei nº 79/61

Parágrafo 2º - A Farmácia Popular revende rá os produtos farmacêuticos com o acréscimo de 10% (dez por cento) para a manutenção das despesas do estabelecimento, tomando por base o preço dos laboratórios.

15- "Nº 61/61. Autorizado a doar ao Ministério da Saúde um terreno que irá servir a construção de um Hospital Infantil nesta cidade .

Nº 62/61. Autorizado a doar um terreno destinado a construção de um Hospital de Previdência Social nesta cidade.

- a entidade beneficiária se obriga a reservar no Hospital enfermarias para doentes pobres.

Nº 133/60. Fica aumentada a subvenção mensal do Serviço de Enfermagem "Cruz Branca-Amarela" entidade assistencial que funciona no bairro de Bodocongô". (Retirado do Livro de Projetos de Lei do Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande).

Artigo 5º - A administração da Farmácia Municipal, de que tratará o regimento interno, só poderá ser exercida por farmacêutico diplomado em Faculdade de Farmácia e terá os auxiliares que forem necessários...

Artigo 6º - A Farmácia Popular adquirirá somente os produtos farmacêuticos que constem de uma relação organizada por uma comissão de médicos...

Parágrafo Único - A relação de medicamentos e remédios que poderão ser adquiridos e vendidos pela Farmácia Municipal poderá ser revista periodicamente se assim o entender a comissão de médicos designados".¹⁶

O projeto da Farmácia Popular Municipal inscreveu-se, pois, no espaço da assistência social instaurada por Severino Cabral, reproduzindo o clima que impregnava sua administração. Assim, o fato da farmácia não chegar a funcionar não anulou sua intenção. Na memória da população, Cabral promoveu as condições materiais de melhorar as condições de saúde da população pobre de Campina Grande.

De diferentes maneiras Cabral "popularizou" o funcionamento da saúde. Os bairros mais populosos, habitados pelas camadas mais carentes foram assistidas com Postos de Saúde.¹⁷

16- Retirado do Livro de Projetos de Lei do Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande, 1961.

17- Criação de Postos de Saúde, nos bairros de José Pinheiro, Prado, Palmeira, Liberdade e São José.

Pessoas assistidas nos postos de:

- São José - 19.050 pessoas
- José Pinheiro - 7.320 pessoas
- Palmeira - 3.243 pessoas
- Prado - 2.810 pessoas
- Puericultura - 4.848 pessoas. (Dados fornecidos pela

É também moeda corrente, aqui em Campina Grande, falar-se de um Hospital Ambulante¹⁸ - O Elefante Branco - que reforçou a imagem de Cabral como o prefeito que deu "saúde" a todos.

"(...) Em Campina Grande existia um Hospital Ambulante, que o povo denominou de Elefante Branco, mas que era um veículo de altos préstimos à assistência médica das populações e ele inclusive contava com gabinetes dentários, tinha gabinete ginecológico, tinha gabinete para tratamento e exames de crianças, tinha raio X, era um hospital ambulante completo..." (advogado)

Enfim, pode-se perceber, na administração de Severino Cabral, modificações que apontam para uma estratégia no sentido de incluir as demandas da população pobre em um projeto de saúde assistencialista, ainda que este pressuponha a desi

cont.

Revista de Comemoração de 10º ano de administração de Severino Cabral. 1960).

OBS.: É importante ver-se a população desses bairros no ano de 1962.

- José Pinheiro - 18.475
- Prado - 13.747
- Liberdade - 11.847
- São José - 9.081
- Palmeira - 8.441. (dados fornecidos pelo Professor José Joffily).

- 18- Para ilustrar, transcrevo um trecho de uma entrevista que explica a raiva e a recusa de Cabral em não devolver o Hospital Ambulante: "(...) episódio que marcou, pra mim, a personalidade de Cabral. Veio para a Legião Brasileira um carro-hospital que fazia tratamentos nos bairros, uma porção de coisas, primeiros socorros, emergenciados. Era chamado o Elefante Branco (...) Então, eu estava no gabinete do Cabral e o ministro (...) da casa Civil da presidência da República, solicitava a entrega do carro às voluntárias sociais e então, Cabral disse que não entregava o carro que veio para servir ao povo e ele não entregava. E o ministro, no telefone, perguntou se o exército viesse, ele disse que mobilizaria o povo e não entregava, perguntou se ele dava isso por escrito, ele (Cabral) perguntou se queria por carta ou telegrama (ri muito)". (membro do Partido Comunista).

gualdade social no tratamento médico-hospitalar. Em um documento elaborado por Cabral, lê-se:

"(...) dentro do nosso programa administrativo, dotar a cidade e os distritos de postos de saúde de puericultura onde irão as crianças e gestantes pobres receber leite e sopa, com que se nutrirão das suas deficiências orgânicas. Para essa obra de elevado alcance social, a Prefeitura calcula uma inversão da ordem de Cr\$ 4.800.000,00, na construção de doze postos de Puericultura". (Diário da Borborema, 16/6/61)

Conclui-se que, numa casa onde "crianças e gestantes pobres recebessem leite e sopa", os outros moradores da mesma casa continuariam desnutridos e, em consequência, doentes.

6- AS SABs: ALTERNATIVA OU REFORÇO ?

A gestão de Severino Cabral parece ter sido um momento em que o "povo" encontrou no prefeito um guardião, intérprete, porta-voz e realizador de obras, tornando-se difícil, portanto, cobrar desse prefeito as defasagens dos serviços de infraestrutura da cidade.

Neste mesmo contexto, porém, quando a cidade era chefiada pelo "pai dos pobres", a Faculdade de Serviço Social, procurando criar um espaço para estágio prático de seus alunos, empenha-se junto à comunidade pela criação de Sociedades de Amigos de Bairros (SABs).

A primeira SAB de Campina Grande foi fundada em 1962,

no bairro de José Pinheiro.¹⁹ Segundo seu primeiro presidente, tinha como objetivo:

"O objetivo era reunir o povo e conscientizar para seus próprios problemas, fazer ver que eles tinham que resolver, por exemplo, o Beco da Lama, fazer um mutirão e não esperar pelo governo.

P. No início a quem as SABs eram ligadas ?

I. (...) só ligada a Faculdade de Serviço Social e nós não tínhamos vínculo com ninguém, era completamente independente. E era preocupação da gente não misturar, o movimento era apolítico".

O conteúdo da fala do primeiro presidente da SAB de José Pinheiro, no que diz respeito à autonomia, se repete na fala da Irmã Beleza, em depoimento a Paulo Afonso: "As SABs não tinham nenhuma relação com o poder público, naquela época era organização autônoma do povo (...) A tentativa, a valorização do comunitário com a possibilidade de elevação social e moral do homem à sociedade".

Segundo o raciocínio inicial, das SABs, as contradições urbanas em formas de serviços como transporte, energia, água, saneamento, etc., seriam pensadas e trabalhadas pelas Sociedades de Amigos de Bairros, conjuntamente com a Faculdade

19- A escolha do bairro de José Pinheiro, segundo justificativa do primeiro presidente da SAB, foi em decorrência de ser o bairro mais populoso da cidade. Entretanto, Irmã Beleza, primeira coordenadora da Faculdade de Serviço Social - que trouxe a idéia de fundar as SABs a partir de sua participação no 1º Encontro Internacional de Escolas de Serviço Social - em entrevista ao sociólogo Paulo Afonso de Brito - diz que a escolha daquele bairro, deveu-se à sua composição social. Habitado em sua maioria por operários.

de Serviço Social, mantendo, porém, distância do poder público, o que era justificado pelo medo do caráter político em que podia incorrer a "organização".

Neste sentido, a "organização autônoma sem nenhuma relação com o poder público" lembrada pela Irmã Beleza, significaria que a própria comunidade, através de uma organização com espírito "solidário e comunitário" seria capaz de encontrar, internamente, fórmulas de solucionar problemas e necessidades da comunidade que faziam parte dos deveres do poder público.

Se havia algum mérito no distanciamento político/partidário proposto na orientação dada às SABs pela Faculdade de Serviço Social, o mesmo não se pode dizer do fazer as SABs assumirem e tentar resolver, como seus, problemas de infra-estrutura pertencentes ao âmbito do poder público.

A presença da Faculdade de Serviço Social na criação das SABs, representada por sua coordenadora Irmã Beleza e pelos alunos estagiários é justificada por estes últimos como interesse do curso. É o que registrou o Relatório de Pesquisa Social, realizado pelas estagiárias da Faculdade de Serviço Social, em 1961:

"(...) na condição de futuras promotoras sociais, tomamos consciência dos problemas atuais de nossa cidade (Campina Grande) e planejamos um trabalho de penetração em todos os bairros a fim de conhecê-los melhor e trabalharmos no seu engrandecimento, tendo como instrumento a pesquisa social".

Convém ressaltar, portanto, que a fundação das SABs dá-se sob a conquista/procura dos alunos de Serviço Social²⁰ de um campo social que servisse como experiência e trabalho de uma profissão. É exterior, portanto, parte da influência recebida pelas SABs em sua organização. Exterioridade que tem como preocupação principal "proteger" as SABs de ligações políticas, o que não as deixa autônomas o suficiente para que não tenham idéias e reflexões trazidas de fora. Essa visão inicial das SABs, em Campina Grande, por mais altruísmo que contenha parece não ter contribuído para que as idéias "comunitárias" passassem para um nível de pressão reivindicatória no sentido de melhorias dos serviços. Isto porque o medo do atrelamento político, a preocupação em não desvirtuar o movimento, reforçado pelo sentido de que, enquanto organização autônoma, caberia à própria comunidade resolver seus próprios problemas resultou que o poder público não foi pressionado a assumir as deficiências de infra-estrutura da cidade.²¹

Entretanto, pensar a criação das SABs, em Campina Grande, corresponde a se fazer uma interpretação da atuação de Serviço Social no processo de fundação das SABs. Passa necessariamente pelo sentido de "penetração" e "engrandecimento" da

20- Não cabe nos limites deste trabalho analisar o significado da existência do Curso de Serviço Social em Campina Grande. Por outro lado, podemos indicar que neste período foi também a partir de um Curso de Serviço Social que se iniciaram vários trabalhos, inclusive de sindicalização rural, no Rio Grande do Norte, sob a orientação de D. Engênio Sales.

21- Convém lembrar que, historicamente, as SABs, em outras cidades do Brasil, foram criadas como a solução encontrada pelas classes populares para levar a efeito pressão reivindicatória sobre os poderes públicos. Neste sentido, afirma José Álvaro Moisés (1978:51): "esses organismos começaram a surgir principalmente em São Paulo, no pós-guerra, com o objetivo de coordenar os esforços reivindicatórios que eram realizados por setores das classes populares residentes nos bairros mais afastados e na periferia dos grandes centros".

do pelos estagiários ao movimento. É através deles também que as SABs recebem o caráter de intervenção exterior.

Essa intervenção exterior é de certa forma planejada,²² tendo em vista o "trabalho" a que se propõe os estagiários: o de terem público específico. São portanto, os bairros populosos, habitados por operários, que apresentam as deficiências infra-estruturais — potencial para que as organizações e associações sejam criadas.

Contrariando as justificativas de pessoas que interferiram na criação das SABs, Carmem Batista (1986) num estudo sobre Movimentos Urbanos e Movimentos Sociais em Campina Grande, afirma que tais entidades procuraram desde o início, realizar um trabalho com o objetivo de assegurar a unificação das lutas pela moradia, educação, saúde, etc.,²³ o que é difícil perceber-se no contexto específico da criação das SABs, pois estas são instaladas durante a gestão de um prefeito reconhecido socialmente como o "pai dos pobres", na qual os enfrentamentos com o poder público inexistem, uma vez que o prefeito foi o canal de adaptação das necessidades populares. Houve ainda durante a sua gestão um atrelamento a outros movimentos de caráter popular.

23- Segundo relatório de pesquisa realizado no bairro de José Pinheiro pelos estagiários, "A pesquisa propriamente dita começa com duas reuniões entre os pesquisadores e os líderes do bairro de José Pinheiro, em abril de 1961, aos quais foram expostos os planos de trabalho, sendo-lhes pedido cooperação para realizá-lo".

24- Sobre a fundação das SABs em Campina Grande é interessante ver-se o que diz Araújo (1985:206), "Desde a sua fundação procuraram estabelecer boas relações com a administração municipal, que, ao atender as reivindicações das entidades, visava ganhar o apoio das classes populares e moldá-las de acordo com os seus interesses evitando que fuissem ao seu controle".

Os enfrentamentos e reivindicações que possivelmente surgiriam através das SABs foram diluídos por medidas como estas:

"Prefeito Cabral inaugura luz da CHESF no bairro do Cruzeiro. (Diário da Borborema, 24/6/60)

Os estudantes universitários e secundaristas com a colaboração do Poder Público Municipal, através da Secretaria de Educação da Prefeitura começaram nos bairros da cidade uma série de comícios de politização e esclarecimento de massas, como primeira etapa do movimento de cultura popular". (Diário da Borborema, 4/6/62)

Uma prefeitura que apoiava movimento de politização e esclarecimento nos bairros, que botava luz elétrica, instalava postos de saúde nos bairros, deixava pouco espaço para que brotassem movimentos reivindicatórios nos bairros onde, através de uma intencionalidade programada nas ações da prefeitura, as necessidades eram em alguma medida atendidas.

No jogo de relações vividas pelo poder público, no período de criação das SABs, com os bairros em Campina Grande, obscurece o sentido de uma participação e prática de reivindicação das SABs para com o poder público, relacionamento que passa ainda pela mediação da Faculdade de Serviço Social.

Ao que parece, naquela ocasião, as SABs, em seu início, não chegaram a se constituir numa força alternativa aos expedientes utilizados pelo prefeito. Este fato não deve ser atribuído apenas à excelência de sua performance política, nem tampouco apenas às concepções da Escola de Serviço Social, enquanto mediador externo na fundação das SABs, mas — principal

mente — ao momento histórico em que não eram tão evidentes, como atualmente, as contradições da vida urbana. Prova disso é que, na área rural, como veremos no capítulo V, a intermediação do prefeito não tem a mesma eficácia. E, ainda, mesmo no âmbito do Associativismo e Sindicalismo urbanos, o trabalho, como veremos no próximo capítulo, dá lugar para a explicitação de tensões na gestão de Severino Cabral.

CAPÍTULO IV

CLIENTELISMO E SINDICALISMO: A CONVIVÊNCIA POSSÍVEL

Na gestão de Cabral, configurou-se uma situação em que variadas forças sociais tornaram-se elementos que compuseram uma certa conciliação entre o poder público e a comunidade. Os sindicatos existentes em Campina Grande foram chamados a "participar" na administração municipal. Procurarei, então, neste capítulo analisar as relações entre Cabral e entidades sindicais e associações de diversas categorias. Em outras palavras, apreender as regras criadas para convivência entre o poder público e os sindicatos e associações.

No que tange à questão do sindicalismo no Brasil, Werneck Vianna (1978:39) assim caracteriza o período 46-64: "época marcada pela concepção 'comunitária', entre o capital e o trabalho, de acordo com o espírito da Carta de 46;¹ erige-se uma nova estrutura legal com base na Justiça do Trabalho, prevendo-se para esta a função de encaminhar e resolver institucionalmente os conflitos individuais decorrentes do mercado de trabalho. A 'questão social', antes relativa ao Estado, se trans

1- *Sobre concepção comunitarista diz Werneck Vianna (1978:254), "Como contribuição à reordenação jurídica do país, entre 12 a 19 de maio de 1946, realizou-se o II Congresso Brasileiro de Direito Social. Seus participantes, sob influência da doutrina social da Igreja (...) procuram pensar a legislação trabalhista e sindical em termos de compatibilizar o indivíduo e o seu interesse com uma ordem comunitária entre o capital e o trabalho".*

fere para o âmbito do Judiciário; o sindicato, apesar de submetido à fiscalização do Ministério do Trabalho recupera sua personalidade privada; conforme a variação do campo de estruturação das forças políticas, ora conseguirá livre exercício real para sua ação, contornando os marcos legais, ora será compelido à confinar-se aos seus cânones; por certo tempo, desbordará de qualquer ação controladora com a criação dos sindicatos 'paralelos', rebaixa-se de maneira geral a intervenção do Estado, comparativamente à fase anterior, retomando os fatores em evidência do mercado uma relativa liberdade de movimentação". Esta caracterização do autor está certamente respaldada nos acontecimentos que tiveram lugar nos principais centros industriais do país.

Campina Grande, no entanto, no período descrito pelo autor configura-se como uma cidade de porte médio que tem apenas 65 estabelecimentos industriais. E eram apenas 6 as indústrias que empregavam mais de 100 (e menos de 250) operários. Estas estavam classificadas como pertencentes ao setor "tradicional" (curtume, têxtil, etc.). Em 1962, dentre as empresas industriais que operavam entre 50 e 100 operários, apenas uma era do tipo classificado "dinâmico" (metalúrgica).²

Diante desse quadro de incipiente industrialização, ao assumir a prefeitura municipal de Campina Grande, Cabral em contra as seguintes organizações sindicais:

INDÚSTRIA

- Sindicato de Trabalhadores em Oficina Mecânica
- Sindicato de Trabalhadores na Indústria da Alimentação

2- *Relatório Final da Pesquisa: Relação cidade-campo na área articulada por Campina Grande-Pb. Campus II da UFPb. Campina Grande, Paraíba, 1979 (p. 37).*

- Sindicato de Trabalhadores na Indústria de Calçados
- Sindicato de Trabalhadores da Construção Civil
- Sindicato de Trabalhadores na Indústria de Curtimento de Couros e Peles
- Sindicato de Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem

COMÉRCIO

- Sindicato dos Empregados do Comércio
- Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro
- Sindicato dos Empregados no Comércio Armazenador

OUTRAS ENTIDADES

- Sindicato dos Empregados de Estabelecimentos Bancários
- Sindicato de Condutores de Veículos Rodoviários
- Sindicato de Lustradores de Calçados.³

Ao iniciar sua gestão Cabral toma como uma das primeiras medidas estabelecer uma boa relação com o sindicalismo existente.

1- A SECRETARIA SINDICAL MUNICIPAL

A relação entre o poder público e o campo sindical passou também pelo assistencialismo através de doações⁴ promovidas pela Prefeitura Municipal. Desta forma o elemento que

3- *Fonte: Realidade Econômica de Campina Grande, 1951, apud Araújo (1985:191).*

4- *Mais adiante voltarei à questão das doações da prefeitura aos sindicatos.*

servia para o assistencialismo cria uma brecha de controle no campo sindical pelo poder público. Este controle buscava se efetivar através da inclusão/participação sindical no âmbito administrativo do poder público. A criação de uma Secretaria Sindical Municipal,⁵ na gestão de Severino Cabral, mostra uma certa abertura ao sindicalismo. Por outro lado, pode ser vista também como constituída num modo de prever e/ou administrar possíveis conflitos. De toda maneira, na época, a criação da Secretaria não era garantia inquestionável de avanço ou recuo nas conquistas do sindicalismo local. É o que se percebe na fala de uma liderança sindical convidada por Severino Cabral para dirigir a Secretaria Municipal:

"... me procurou e me ofereceu a Secretaria Sindical da Prefeitura e eu não aceitei, porque eu sentia que ele (Cabral) apesar de ser um homem muito próximo das lutas populares de Campina Grande, ele era um conservador e eu sentia que, uma coisa ou outra, ou eu levar minha luta independente ou então eu viver obrigado a aceitar as posições dele, aí eu não aceitei (...) mas eu sempre tive boas relações com ele, ele era um homem aberto para movimento sindical, apesar de sua política conservadora".

Entretanto, este mesmo sindicalista quando se refere ao dirigente da Secretaria Sindical Municipal, mostra respeito e reconhecimento do trabalho por ele prestado ao sindicalismo de Campina Grande.

5- "P. Essa Secretaria Sindical Municipal foi fundada por Cabral ou já existia ?

I. Não, foi fundada por ele, ele fez a proposta de criação, ele criou a Secretaria Sindical..." (dirigente sindical - indústria de calçados).

"... Ele colocou Antonio Mangabeira, um velho sindicalista que tinha aqui, que prestou um grande trabalho ao movimento sindical daqui de Campina Grande. Nos ajudou a fundar vários sindicatos, na grande maioria trabalhadores na indústria. Foi com a ajuda de Antonio Mangabeira, um velho sindicalista do Rio Grande do Norte, que chegou aqui depois do movimento de 1935 e era um intelectual, um homem de muita qualidade, de muita condição intelectual e era um velho amigo da classe operária, de trabalhadores, e ele foi o secretário sindical de Cabral".

Nada parece indicar, portanto, que seu universo de compreensão sobre a Secretaria Sindical Municipal corresponda a uma avaliação negativa ou positiva a respeito de Cabral, da Secretaria Sindical e do dirigente Antonio Mangabeira. Ao contrário, expressa opiniões até certo ponto contraditórias. Ao mesmo tempo afirma não aceitar dirigir a Secretaria Sindical, para continuar no movimento sindical de forma independente e livre de uma "política conservadora" afirma que o sindicalista que assumiu a direção da Secretaria Sindical "prestou um grande trabalho ao movimento sindical de Campina Grande".

Essa ambiguidade não parece expressar apenas opiniões pessoais do líder sindical. De fato, seja do ponto de vista dos sindicatos, seja do ponto de vista do poder público municipal a aproximação entre sindicalismo e Prefeitura está marcada por avaliações contraditórias. Por um lado, a Prefeitura oferecia um "espaço" e as chamadas forças políticas progressistas se empenhavam em ocupá-lo, por outro, na medida em que era o prefeito que estabelecia as regras do relacionamento, havia o temor da descaracterização das funções que seriam próprias do sindicalismo.

Porém, é bom lembrar que esta tensão é inerente a estrutura sindical estadonovista brasileira que atrela, de diversas maneiras, as entidades de representação do Estado.⁶ A singularidade da situação estudada talvez tenha residido nas iniciativas pessoais de um prefeito em incorporar e propagandear a linguagem do sindicalismo de "conciliação de classes".

Por exemplo, quando o chefe do Poder Executivo diz que "igualmente defenderei os legítimos interesses de todas as classes e camadas sociais", está contido aí, no seu discurso, o reconhecimento das diferenças sociais e da estratificação das relações entre patrões e empregados.⁷

A visão corporativista que pressupõem soluções harmônicas para a convivência entre as "classes", adicionadas — se assim podemos chamar — às armadilhas populistas de Cabral, aparecem claramente neste discurso de 1º de maio, publicado no Diário da Borborema (8/5/60):

"1º de maio: Cabral presta contas aos trabalhadores.

As promessas de um candidato ganham corpo e realidade — Exaltação ao operário brasileiro — Entregue duas nomeações de médicos para os Sindicatos Reunidos. — Lançamento da pedra fundamental da Casa do Trabalhador.

6- Sobre o assunto ver Vianna, Werneck (1978).

7- Nem será preciso lembrar que a concepção de classe utilizada no senso comum e na linguagem sindical oficial se distancia da concepção marxista. Esta última pressupõem relações antagônicas entre as classes: "Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada..." (Marx e Engels, 1977).

Trabalhador de Campina Grande; antes de tudo quero testemunhar a minha alegria em participar convosco dessa festa de fraternidade e consciência da classe, quando os operários de todo o mundo comemoram a data universal do trabalhador.

Cada ano que passa muda a paisagem social em todo o mundo. Não existe mais distância nem preconceito. Não há mais separação. Hoje, ao contrário de antigamente os trabalhadores governam através de sua opinião sempre presente e válida para seus sindicatos e agremiações. Os trabalhadores são uma peça indispensável ao poder público. A classe operária ora em plena ascensão ao poder dirige a própria sociedade. O trabalhador atual deixou de ser o pária de antigamente. Não está isolado de conviver com a classe patronal, embora mesmo com a condição de ser-se imprescindível, exista mais em relação a ela que a esta. Converteu-se num elemento de colaboração e eficiência, sem inimizades e sem fronteiras. Trabalhadores de Campina Grande: sois a força dinâmica que acelera o progresso de nossa cidade. Sois o elemento criador, sem cuja colaboração os monumentos e as grandes cidades não haviam sido erigidos. Como homem público que sou nunca estranhei as vossas aspirações (...) não sou insensível ou indiferente às vossas necessidades. O trabalhador brasileiro adquiriu muitas reivindicações na direção administrativa do país. Mas, na medida em que avança no setor da justiça social, é necessário aos que dirigem o poder público realizar alguma coisa nova e produtiva em favor das classes trabalhadoras (...) venho procurando, à frente do governo municipal, realizar uma administração que corresponda às legítimas aspirações dos trabalhadores da minha terra". (grifos meus)

Algumas dessas frases poderiam servir de epígrafe tanto à discursos sobre conquistas e participação real dos operários enquanto sujeitos da sociedade quanto a discursos dirigidos à classe patronal sobre operários objetos, "peça indispensável de colaboração a sociedade". O perigo desse discurso,⁸ de apressadas passagens de exaltação a operários e a patrões é que minimiza a percepção do real peso de participação de forças sociais opostas no âmbito administrativo municipal. Daí a pertinência da afirmação de Lúcia Montes acerca do papel de "estado juiz" nas relações entre empregados e empregadores:

"(...) é essencial para garantir os resultados de um trabalho fecundo, dentro da ORDEM legal que ASSEGURA A TODOS - PATRÕES E OPERÁRIOS, CHEFES DE INDÚSTRIA E PROLETÁRIOS (...) - um regime de JUSTIÇA E PAZ, trazendo a FELICIDADE (...) Daí o papel do Estado, 'juiz' nas relações entre empregados e empregadores, porque CORRIGE EXCESSOS, EVITA CHOQUES e DISTRIBUI EQUITATIVAMENTE VANTAGENS". (cf. MONTES, 1981, 70/71)

Assim, assumindo o papel de "juiz", Cabral mesmo com os limites que definem o poder no âmbito municipal a operários para o trabalho, ressaltando a importância propagandeava a "colaboração e eficiência" necessária e esperada do "elemento" trabalhador. E procura ainda, facilitar a convivência do trabalhador com a classe patronal. Por outro lado, ao demonstrar "atenção" às "aspirações dos trabalhadores", alertava a classe

8- *Este discurso de Cabral remete à análise que faz Vianna Werneck (1978:257) do regime da CLT que "coexistirá com uma concepção organicista, à diferença de que agora é o Direito, e não o Estado, quem desempenha o papel integrador das diferentes classes sociais". (grifos meus)*

111

patronal para a necessária tolerância para com a classe trabalhadora. Quer dizer, em sua prática administrativa procurava tornar opacos os interesses reais dos operários.

Neste plano de administração, onde a realidade é transfigurada em favor de uma política ambígua sustentada pelo assistencialismo, torna-se difícil para o sindicalismo distinguir no jogo do poder público os direitos de cidadania, isto é, os direitos já historicamente conquistados e as iniciativas do poder público municipal, que aparecem como "bondade" do prefeito.

É grande a repercussão social quando projetos dessa natureza chegam a população:

"Nº 21/62 - Autorizado a conceder um auxílio de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) aos Sindicatos Reunidos dos Trabalhadores de Campina Grande para construção de sua sede própria Nº 28/62. Autorizado a conceder Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) aos Sindicatos Reunidos de Campina Grande para os festejos de 1º de maio".⁹

A tentativa de diminuir as tensões sociais, o que fundamentalmente é diferente de diminuir as distâncias sociais, explica projetos assistencialistas que geram satisfação entre lideranças sindicais locais levando-as a uma relação de proximidade com o poder público. É o que se percebe quando um dirigente sindical (indústria de calçados) relembra a relação dos sindicatos com o administrador Severino Cabral:

9- Retirado do Livro de Projetos de Lei da Câmara Municipal de Campina Grande, 1962.

"Tive oportunidade de tomar parte de algum movimento popular com ele, participação dele em movimento sindical, ele sempre teve aproximação com vários elementos sindicais, da direção sindical, principalmente do trabalhador da indústria. Ele tinha uma facilidade muito grande de aproximação com movimentos populares (...) nós chegamos mesmo até a apoiá-lo em muitas ações políticas aqui, através do movimento sindical de Campina Grande".

São dados que indicam a presença e a boa convivência de Cabral com o movimento sindical, postura condizente com sua postura de "político popular" que suscita lealdades pessoais, obstaculizando, portanto, lutas reivindicatórias dentro dos sindicatos campinenses.

O desejo em obter suporte para uma administração "popular", sem conflitos interclassistas faz pensar que Cabral se precavem, a seu modo, dos efeitos da conjuntura nacional do movimento sindical, no início da década de 60. Eis o quadro geral de avanço das lutas sindicais:

"O avanço das lutas operárias atingiu, no início dos anos 60, o seu ápice quando, após imensas manifestações grevistas, realizou-se o III Congresso Sindical Nacional, os trabalhadores brasileiros unificaram suas forças sob uma única organização nacional e coordenação da luta sindical: O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)".
(ATUNES, 19 :70)

O objetivo de garantir uma administração "pacífica" levou também a uma participação de sindicalistas em questões, até então, resolvidas exclusivamente por empresários e pelo re

presentante do poder público. Certamente os representantes de sindicatos nas negociações não tinham o mesmo peso do "prefeito" nas negociações. No entanto, o fato em si de sindicalistas legitimarem com sua presença as negociações é significativo.

Buscando sempre "olhar" o que pode ser visto como defesa de "interesse do povo", Cabral viabiliza a publicação da seguinte reportagem, que ostenta o título: "NÃO ESTOU AQUI PARA AGRADAR AOS EMPRESÁRIOS":

"Não estou aqui para agradar aos empresários, que são meus amigos. Estou aqui para olhar os interesses do povo. Com essas palavras o prefeito Cabral ontem a noite (...) colocou em termos exatos o problema dos preços das passagens dos transportes coletivos da cidade. Presentes à reunião estavam os Srs. Genésio Soares, Hailton Sabino, José Pimentel e Severino Nonato, todos representando empresas de transportes. Os trabalhos foram presididos pelo Prefeito Severino Cabral. Os estudantes Francisco Derly e Jorge Ney representaram o Centro Estudantal e a União Universitária e os operários Severino Torquato e Manoel Monteiro pelos sindicatos locais (...) Uma proposta foi apresentada pelos estudantes: aumento de um cruzeiro nas passagens. De 7 para 8 cruzeiros.

Proposta do Prefeito

(...) Disse que compreendia perfeitamente o ponto de vista dos empresários,¹⁰ mas o povo não podia pagar tal aumento.

10- A proposta dos empresários de transportes era aumentar as passagens de sete para dez cruzeiros.

Quem anda de ônibus é pobre. Rico anda de automóvel. Faço um apelo aos srs. donos das empresas para que aceitem a proposta de 8 cruzeiros (...) Sei que alguns vereadores andam me atacando através de jornais e estações de rádio por causa desse aumento (...) Dou um prazo até às 17 horas de hoje. Os srs. proprietários resolvam se aceitam ou não a proposta de 8 cruzeiros. Digo que o poder público se reserva o direito de exigir a lei". (grifos meus)

Defender abertamente a proposta dos estudantes e dos operários assinala uma mudança de atitude do poder público municipal em relação à classe patronal. No começo do seu pronunciamento, Cabral não nega que é amigo dos empresários, mas, naquele momento, está defendendo "os interesses do povo", atitude que repercutiu positivamente junto à população. O prefeito "cuidava", "tomava conta" e sobretudo, "defendia os interesses do povo". O que não deixa de ser também um meio eficaz de prevenir e administrar tensões perigosas para a ordem social. É um dirigente sindical quem me diz:

"(...) durante sua gestão não houve grandes choques aqui (...) teve o movimento dos transportes (...) grandes movimentos que houve aqui, contra o aumento das passagens de ônibus (...) Cabral conseguiu controlar tudo isso, ele deixou todo mundo mais ou menos satisfeito, ao ponto de não surgir os grandes choques entre os interesses da burguesia e do proletariado".

De fato, Cabral, de diferentes formas, em esforços diferentes coordenava as ações que obedeciam ao circuito de suas iniciativas pes

soais; era ele quem detinha a lógica sobre quando, a quem e em que circunstâncias atender favores. Não pretendia "criar direitos. É o que se pode observar quando entidades tentaram encaminhar pedidos formalizados para "doações", que podiam ser lidas pela ótica da reivindicação: esses pedidos, vindos com características reivindicatórias de entidades, em certa medida, foram negados. A política de separar esferas de atuação, o fez negar a aprovação de um Projeto Lei que, em muitas outras situações, poderia ser aprovado. Vejamos a justificativa do veto à pensão da companheira do líder sindicalista:

VETO

Encaminhando para sanção pela Egrêgia Câmara de Vereadores, chegou a este Executivo o Projeto de Lei nº 113/62, aprovado por aquela casa do Poder Deliberativo, que concede pensão de cinco mil cruzeiros mensais a Da. Severina Ferreira Lima, companheira do saudoso líder sindical José Ferreira Lima.

Antes de aprovar qualquer proposição de tal natureza entende este Executivo que a douta Câmara de Vereadores, em que pese a sua autonomia para legislar, deveria examinar melhor os assuntos, a fim de não criar dificuldades para si mesma e para o executivo.

A proposição que ora se submete à sanção, é daquelas que abrem perigosos precedentes ao Poder Público, por isso DEVERIA TER SIDO MEDITADA ANTES DE SUA APROVAÇÃO.

Ante o exposto, resolve vetar a referida propositura, determinando sua devolução à Câmara para os fins de direito.

Campina Grande, 19 de dezembro de 1962.

VETO AO PROJETO DE LEI Nº 114/62, que faz doação de imóvel pertencente a prefeitura a Da. Severina Ferreira Lima, companheira do líder sindical José Ferreira Lima (José do Tambor)'. (grifos meus) (Extraído do Livro de Projetos de Lei do Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande, 1962).

Ao mesmo tempo que veta os projetos de ajuda à viúva de um líder sindical, alegando que deve ser feita uma "análise fria e objetiva" de assuntos que "abram perigosos precedentes ao Poder Público", concede ajuda aos Sindicatos de Trabalhadores de Campina Grande para comemoração do 1º de maio.

"Art. 1º - Fica concedida a ajuda de Cr\$.... 50.000,00 aos Sindicatos de Campina Grande (DOS TRABALHADORES) com o fim específico de ser aplicada na comemoração de 1º de maio data internacional dos trabalhadores".

Conceder ajuda para o 1º de maio é possível, pois se adequa à lógica assistencialista do prefeito que a concede pessoalmente. Aprovar a doação do imóvel para companheira de sindicalista, encaminhado pela Câmara, não é possível, pois tal precedente poderia criar "direitos" a serem cobrados posteriormente.

2- ACIMA DOS INTERESSES DE CLASSE ?

"(...) seu Cabral era uma figura que eu digo e repito, uma figura atípica, ele não tinha consciência, uma consciência da classe a que ele pertencia, que era a burguesia,

ele não tinha essa consciência, em termos de por conta disso moldar uma orientação política que viesse em benefício da sua classe, porque seu Cabral como político, ele ficou acima dos interesses da sua própria classe (...) pode-se dizer assim, um homem acima da classe dele próprio". (advogado e membro do Partido Socialista) (grifos meus)

Na rede de relações mantidas por Cabral com as classes, no tocante à tomada de decisões, ele é lembrado socialmente como uma figura atípica que não privilegiou sua própria classe. Nas Palavras do entrevistado, "ele não tinha consciência da classe a que pertencia, que era a burguesia". Acredito que afirmações dessa natureza partiram de algumas medidas por ele tomadas em relação à classe empresarial. Reafirma-se, assim, a imagem do prefeito como aquele que sacrifica interesses de frações da classe dominante em detrimento do "povo". Tais atitudes são propagandeadas de forma a se tornarem públicas. Neste sentido, é publicado no Diário da Borborema a seguinte correspondência, enviada a Associação Comercial, em 12/1/60.

"(...) Senhor comerciante! O aumento de impostos decretado por esta prefeitura teve cunho eminentemente social, destinado a melhorar as condições de vida de uma classe humilde que se encontra às portas da miséria".

Não surpreende, portanto, que figure sua posição "contra" os comerciantes como uma grande descontinuidade do poder público em relação ao atendimento dos interesses dessa categoria.

Pela razão de se sentirem ultrajados pelo aumento de impostos, "Associação Comercial ameaça adotar certas medidas extremas se o aumento de impostos não for revogado". Foi, pois, sem procurar fazer silêncio, que a Associação Comercial em "Nota Oficial" publicada no Diário da Borborema (cf. 1961) disse:

"(...) o caloroso órgão de classe destemidamente, não deixando dúvidas quanto à posição a assumir, declarando peremptoriamente que não recuará um passo na luta dentro de poucos dias vai encetar no sentido da renovação do aumentista decreto municipal.

O 'Diário da Borborema', registra simpaticamente o gesto dos comerciantes campinenses e do seu destemido órgão de classe, esclarecendo, entretanto, que uma luta de natureza que pretende encetar requer o vigor, o dinamismo, o esforço e o interesse de todos, e que, deve, antes e acima de tudo, formar-se equipes de comandos (...) elaborando um trabalho planejado e coeso, para que possam os senhores comerciantes e o seu órgão de classe demonstrar sem rebuços a respeitabilidade da instituição, e a força de uma classe atingida fundamentalmente nos seus direitos...

Não é de hoje esse escárneo do Poder Público contra o comércio e contra a indústria, e esse ônus que são repetidos e injustificadamente criados, já toma a feição de um deboche, porque de outras vezes o comércio, a indústria e os seus órgãos de classe representativos não tiveram a coragem máscula, o destemor necessário, a conveniente clarividência de mostrar aos apetitosos criadores de impostos que as classes também podem fazer valer os seus direitos, também podem defender os seus interesses".
(grifos meus)

O fato de se sentirem como algo do "escārneo do poder público" e de considerarem que este estava "contra o comércio e a indústria" aponta um estranhamento e reflete ainda, uma certa descontinuidade das medidas municipais em relação a essas categorias.¹¹ Ao invés de encontrarem no poder público um "aliado", este, prevendo, de acordo com o orçamento financeiro, aumentar os impostos, representa, naquele momento, para a Associação Comercial, a força que vai de encontro a seus interesses.

Por isso mesmo, a Associação Comercial se mobiliza no sentido de "fazer valer seus direitos" "classe que também pode defender seus interesses". Ou seja, na medida que não se consideram representados e defendidos pelo poder públi

11- Como exemplo do "estranhamento" da medida adotada por Cabral na questão dos impostos, é interessante ver-se o que escreveu, ao Diário da Borborema, (3/1/60) Cristino Pimentel.

"Carta a Alexandre"

(...) na reunião das classes conservadoras na Associação Comercial cujo objetivo seria analisar, e julgar o orçamento piranha para 1960 (...) sua aprovação foi atestada em menos de 5 horas. (...) chegou à Câmara mostrando terríveis garras com cheiro de xarope e consurais de gangrena, o que não foi notado pelo fato e pela miopia dos grandes licurgos (...) o primeiro filho financeiro do executivo municipal, Alexandre, saiu-nos como jibôia. O prefeito Severino Cabral neste momento (...) teve a idéia do presidente Juscelino: fazer Campina Grande progredir 40 anos em 4, com PEQUENA majoração de impostos. Boa idéia (...) o prefeito Severino Cabral não fugiu da regra comum. Nunca se viu ninguém crescer sem alimento, e, no caso comentado, o alimento tem que ser fornecido pelo povo - mesmo depauperado pelas sangrias que vem sofrendo, através de sua vitamina, que é a luta do comprar e vender, do gastar e consumir. Dinheiro haja seu Barão sem a espécie não poderá a casa grande melhorar o nível do vencimento de cúpula. (...) Sua mensagem que diz: 'Em primeiro lugar cumpre ao executivo que a majoração de impostos solicitada, teve como objetivo a obtenção dos recursos necessários à cobertura de despesas feitas na administração anterior (...) que 'deixou pesada herança ao atual gestor dos negócios públicos municipais, que outro meio não teve senão o de apelar para uma PEQUENA majoração de tributos...' Diante disso, por causa disso e pelos saldos das arrecadações

co, fazem valer procedimentos que atestam sua capacidade de de fesa contra medidas que atingem "fundamentalmente seus direi tos". O que, evidentemente, não é o caso do aumento de impos tos, haja visto que parte do programa municipal é coberto, fi nanceiramente, pela arrecadação de impostos.

Entretanto, ao longo de uma gestão ambígua,¹² Cabral consegue noutras medidas, viabilizadas pelo poder público, re presentar, e, sobretudo, defender interesses de comerciantes e industriais. Muito provavelmente, esses são projetos que sig nificam interesses das categorias que consideraram os aumentos de impostos um ataque:

"Nº 14/62. Poder Executivo autorizado a doar a Empresa Planalto Cine Exibidora S/A o terreno destinado a edificação de um cinema de pri meira classe, com ar condicionado, sorveteria, casa de chá.

Nº 293/60. Autorizado a fazer doação de um terreno para construção de um hotel de primei ra classe.

Nº 87/63. Autorizado a doar terreno à Campina Grande Industrial Sociedade Anônima 'CANDE'.

Nº 1/63. Autorizado a doar terreno à Indústria de Celulose e Papel da Paraíba S/A,

cont.

que faz o governo municipal, achamos extemporânea a eleva da majoração do orçamento para 1960, que a Câmara aprovou a toque de caixa...' (...) Previna-se Alexandre, agora sua casa de farinha, seu pequeno estábulo, sua roça e sua pe quena bodega terão de contribuir para o sonho de 40 anos em 4 do chefe do executivo. Belos Sonhos! Esplêndido ho mem de governo'. Essa carta representa, apesar de falar do povo, o desagrado dos grandes comerciantes".

12- Cabe ressaltar que, em certa medida, a ambiguidade das me didas de Cabral eram percebidas socialmente.

"(...) ele fazia uma política de intermediação, porque na realidade ele não assumia atitudes violentas contra as classes dominantes, agora procurava fazer uma intermedia ção entre as camadas populares e a classe dominante". (mem bro do Partido Comunista).

IPELSA, um terreno para ampliação das instalações daquela indústria".¹³

No conjunto dos projetos e leis adotadas por Cabral, para dar conta de uma convivência parcimoniosa por ele desejada, é exigido dos projetos e das leis ambiguidades e contradições que são tratadas especificamente no momento que afloram, sem contudo negá-las ou resolvê-las de modo definitivo. As notícias publicadas na imprensa fornecem esse quadro de medidas atingindo diferentes frações de classe em definidos momentos. Não surpreende, portanto, que, praticamente ao mesmo tempo, saiam notas que mostram a relação de Cabral em consonância ou não com frações da mesma classe. Servem bem, como exemplo ilustrativo estas duas notas:

"Prefeito propugnado pela industrialização de Campina Grande.

Em reunião realizada no gabinete do prefeito, com a presença de destacadas figuras da indústria, comércio e auxiliares da administração, foi assinada pelo prefeito Severino Cabral(...) projeto de lei que autoriza o executivo municipal a organizar empresas de economia mista para industrialização de serviços básicos do município e de matérias-primas locais". (Diário da Borborema, 4/9/60)

"Classes produtoras contra o aumento de impostos municipais (...) voltou a se reunir a Associação Comercial de Campina Grande com a presença de 94 de seus associados. (...) falando diversos líderes sindicais e comercian

13- Retirado do Livro de Projetos de Lei do Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande, de 1960 a 1963.

tes em sua totalidade fazendo pronunciamentos contrários ao aumento". (Diário da Borborema, 15/12/60)

Tais esquemas, ou melhor, tais medidas municipais, são, por si, contraditórias, uma vez que, ao mesmo tempo que trava um debate áspero com os comerciantes, em razão do aumento dos impostos, elabora projetos municipais viabilizando a organização de empresas mistas, convidando os comerciantes a participarem de reuniões onde os projetos são discutidos. Isto é, num duplo sentido, cumprir funções que exprima a inclusão dos comerciantes e demonstrem seu peso nos empreendimentos públicos. No entanto, cobra impostos altos capazes de objetivar projetos populares. Porém, nas palavras de um sindicalista do Partido Comunista:

"Ele fazia um arranjo de tal maneira que ele atendia a todo mundo, ele era um cara que a indústria, o comércio, todo mundo se dava bem com ele, porque ele sabia amaciar de todo lado, ele tinha essa capacidade, isso era dele..."

Em sua condição de dirigente do município e na elaboração de projetos e de leis, Cabral conviveu com contradições que se chocaram, foram desviadas e contornadas, cortadas e talhadas as medidas para as diversas categorias, associando-as e afrontando-as, fazendo com que, na vida social-econômica, a simetria e assimetria se equilibrassem para isso, propõe medidas de atendimentos que correspondem a categorias muito distintas, como também medidas que geram satisfação e insatisfação no interior de uma mesma classe.

Sua prática contraditória, ou coerente, do seu ponto de vista, na medida que visa atender a todos os segmentos sociais,

obriga-o a orientar-se no sentido de prover o crescimento da diversidade do atendimento de demandas pelo poder público, uma espécie de maior denominador social possível. Assim, fica claro compreendermos sua lógica político-administrativa, se observarmos atitudes como essa:

"Super-Mercados não gozaram do direito da isenção dos impostos.

(...) o prefeito Severino Cabral considerando que os supermercados não são empresas de caráter desenvolvimentista (...) ao contrário, vêm fazer concorrência ao pequeno comércio (...) decidiu que a prefeitura não concederá a essas empresas os favores da Lei Nº 17, de 18 de agosto de 1958. (Isenção de impostos municipais)

A medida adotada pelo chefe do executivo municipal teve repercussão entre os pequenos comerciantes que se julgam prejudicados nos seus interesses pela concorrência dos Supermercados". (Diário da Borborema, 16/10/60)

Embora ambígua e imprecisa, a definição do "defender todos os interesses" designa de modo bastante efetivo o campo de ação demarcado por projetos e leis efetivados por Cabral. Um bom exemplo do que está se falando é o aumento de impostos¹⁴ para uma categoria — comerciantes e industriais — inclusa e participante das decisões do poder público, ao mesmo tempo em

14- "Nº 132/61 - Poder Executivo eleva o imposto sobre Indústrias e Profissões parte variável, cobrada sobre o movimento realizado por estabelecimentos comerciais e industriais". (Retirado do Livro de Projetos de Lei do Arquivo Municipal de Campina Grande, 1961).

que concede a isenção de impostos¹⁵ para uma outra categoria – pequenos comerciantes, que é incluída no poder público através de um favor, fruto do assistencialismo.

O princípio "unificador" da gestão de Cabral deixou-o mais ou menos preso ao papel de executar medidas capazes de proporcionar melhorias às diferentes categorias e classes. Assim é que foi aprovado, na sessão de 26 de dezembro de 1960, o Projeto de Lei Nº 264/60, autoria de Mário Araújo, fixando horários de funcionamento de estabelecimentos industriais e comerciais, respeitada a legislação do trabalho".¹⁶

É interessante ressaltar que, apesar da aprovação do projeto, no depoimento do Relator, encontram-se trechos que demonstram o debate interno da Câmara em torno das controvérsias trabalhistas. Lê-se por exemplo:

"(...) o assunto objeto da presente proposição legislativa é das que ensejam acalorados debates e sérias controvérsias, pois se trata da adoção da chamada "Semana Inglesa".

Constata-se ainda no depoimento, a brecha propiciada pelo projeto quanto a duração da jornada de trabalho. Desse modo, deixando uma margem de "negociação" entre empregado e empregador, sem interferência do projeto. Vejamos o ponto quatro:

15- "Nº 95/62 - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder isenção de impostos às verdureiras que exerçam a profissão na feira de Campina Grande e distritos". (Retirado do Livro de Projeto de Lei do Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande, 1962)

16- Cf. Livro de Projetos de Lei do Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande, 1960.

"4 - O projeto de lei, ora em discussão, visa apenas a disciplinar o funcionamento dos estabelecimentos comerciais, em nada interferindo na questão da duração das jornadas de trabalho, problema que está afeto aos empregados e empregadores, e para cuja solução dispõem dos recursos próprios contidos na própria legislação trabalhista. A eles cabe a tarefa de criar condições para o respeito à lei",¹⁷

3- ASPMCG

Neste capítulo merece um destaque especial a criação da Associação dos Servidores Públicos Municipais de Campina Grande, a ASPMCG. Não se pode dizer que a organização dos servidores municipais garantiu, no seu início, as condições necessárias para uma luta efetiva da categoria no sentido de conquistas significativas. A forma como se deu a organização dos funcionários públicos municipais em Campina Grande, parece ter sido marcada pelo apoio e, ao mesmo tempo, pelo controle da prefeitura.¹⁸ Em primeiro lugar, a organização não significou a mobilização do conjunto da categoria:

"(...) essa entidade não foi fruto de uma mobilização e/ou organização do conjunto da categoria, que embora vivesse sacrifica

17- Retirado do Livro de Projetos de Lei da Câmara Municipal de Campina Grande, 1960.

18- Neste sentido, é interessante ver o que foi publicado na revista 1º Ano da Administração Severino Cabral 1959-1960.p.15.

"Compreendeu o Prefeito que os interesses do funcionalismo seriam melhor cuidados através de uma entidade representativa da classe, que se entendesse diretamente com as autoridades superiores em nome de todos os servidores, quando tivessem de ser tratados assuntos concernentes a reivindicações dos funcionários e que fosse por outro lado,

da, não atinava ainda para questões de organização trabalhista. Na verdade, a criação da ASPMCG foi obra e esforço de 5 ou 6 pessoas que tentavam agir em nome da categoria e para ela conseguir melhorias".¹⁹

Nada parece indicar, portanto, que a associação fosse encarada como conjunto da categoria. Ao contrário, nasceu sob o incentivo da Prefeitura e com esta teve fortes ligações. Sua organização contou com encaminhamentos na forma de Projetos de Lei do Poder Executivo:

"Nº 180/60. Poder Executivo, concederá um auxílio de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) a Associação dos Servidores Municipais de Campina Grande, destinado a compra de móveis e utensílios necessários à instalação de sua sede".²⁰

Distantes de uma concepção que perpassa a separação entre poder público e organização da categoria de funcionários municipais, os fundadores da ASPMCG tendiam a uma atitude de agradecimento ao manto de proteção do poder público. O primeiro ofício da associação foi exatamente em agradecimento ao Poder Executivo pelo auxílio recebido.

cont.

um instrumento de ligação entre o Prefeito e seus auxiliares, na formulação de código de disciplina e organização dos serviços públicos". (grifos meus).

19- Cf. ASPMCG - Servidores Municipais: Lutas e Conquistas - Série Lutas do Povo. 2. Publicação CENTRAC.

20- Retirado do Livro de Projetos de Lei do Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande, 1962.

"5 de julho de 1960 - Ofício nº 01/60. Do presidente da associação dos Servidores Públicos Municipais de Campina Grande, comunicando que, em sessão da Assembléia Geral, realizada naquela associação, foi aprovado o agradecimento pelo Projeto de Lei que autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito de 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), para início da organização dessa associação.²¹

A associação não era um ponto de identificação da categoria e de reconhecimento do Executivo como seu "patrão". No início, o comportamento dos fundadores poderia indicar a criação de uma associação desnudada de qualquer sentimento de enfrentamento.

Na Série de publicações: Lutas do Povo Trabalhador - 2- tratando da história da criação da ASPMCG, lê-se:

"O pensamento dos dirigentes da ASPMCG na época, era o seguinte: se tivermos um bom relacionamento com o prefeito, cumprirmos com nossas 'obrigações' de funcionários, a gente pode conseguir esses favores. E foi assim que os funcionários 'ganharam' alguns benefícios, que foram recebidos como dádivas dos prefeitos".

De fato, a aproximação da ASPMCG com o poder público parecia inquestionável. A associação criada na gestão de Severino Cabral foi, como outros movimentos, agraciada pela política assistencialista que marcou a administração de Cabral, como afirma um sócio fundador da ASPMCG:

21- Retirado do Livro de Atas do Arquivo da Câmara de Vereadores de Campina Grande. 1960.

"Quando foi fundada a associação, foi em 5 de julho de 1960, ele (Cabral) era prefeito (...). Aí juntou-se um grupo de funcionários, Lino Gomes - foi o primeiro presidente -, Adauto - diretor de tributação - e vários funcionários, aí fundaram a associação. Fundaram, aí pediram apoio a ele, ele deu, aí nos cedeu para a posse da diretoria (com a presença do candidato dele a governador, Pedro Gondim) lá no Açude Velho, onde tem a Fundação José Américo de Almeida, prédio muito bom, construído pela prefeitura anos atrás e que estava sobrando lá. Nós pedimos em comissão e ele deu, se instalamos e fomos fazer a festa de fundação da Associação. Aí ele deu banda de música, botou eletricidade no pátio do prédio todo e foi uma festa maravilhosa".²²

Foi o apoio recebido em forma de doação²³ a razão apresentada pelo funcionário para justificar a aproximação da associação ao prefeito. Mas faz também alusão à presença de Cabral na festa, ou seja o privilégio da associação contar com o prefeito na festa de inauguração.

Por outro lado, Cabral não deixa passar despercebido

22- A respeito da "festa maravilhosa" de inauguração da ASPMCG, é registrado na revista 1º Ano de administração Severino Cabral 1959-1960. p. 15.: "A instalação da associação em prédio da municipalidade, cedido pelo Prefeito, realizou-se com caráter festivo no dia 10 de julho de 1960, comprecendo altas autoridades civis, militares e eclesiásticas, oportunidade em que foi pelo chefe do Executivo assinado a mensagem encaminhada à Câmara de Vereadores, concedendo a bono provisório aos barnabês municipais".

23- "Nº 34/63. Autoriza a doação de terreno à Associação dos Servidores Públicos Municipais de Campina Grande.
Nº 186/60. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) destinados a custear as despesas com a realização de 'São João dos Servidores Municipais'. (Retirado do Livro de Projetos de Lei do Arquivo da Câmara de Vereadores de Campina Grande, de 1962 a 1963).

do o apoio dispensado à associação. Faz parte de sua estratégia administrativa manifestações que significassem sua identificação com os projetos surgidos na comunidade. O resultado é que se vê estampado em jornal: (Diário da Borborema, Campina Grande, 3/7/60)

"Cabral prestigia Associação dos Servidores Municipais.

O prefeito Severino Cabral vem emprestando integral apoio à organização dos Servidores Municipais; cedeu o prefeito para a sede provisória da ASPMCG um dos edifícios (...) à margem do Açude Velho".

Na mesma folha do jornal lê-se:

"O edil campinense tem mantido constantes contatos com os dirigentes provisórios da entidade dos barnabês municipais, o que concorre para a existência de um clima de perfeito entendimento entre o funcionalismo e a chefia do executivo (...) abono provisório e salário família (...) projeto de lei criando o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais".²⁴ (grifo meu)

O "perfeito entendimento" significou, para a associação, o atendimento²⁵ das "três necessidades básicas que impul

24- "Instituto de Previdência dos Servidores Municipais. Cabral envia mensagem à Câmara de Vereadores, propondo a criação da primeira catarquia municipal - técnicos previdenciários serão contratados - Comissão de Representantes da Câmara e dos Funcionários..." (Diário da Borborema. Campina Grande 19/7/60. p. 4).

25- Editorial. Abono ao Funcionalismo. Assinou ontem o prefeito municipal em reunião solene com os funcionários da prefeitura, a mensagem à Câmara dos vereadores em que propõe a concessão até dezembro deste ano, de um abono provisório aque

sionaram a criação da entidade: Cooperativa de Consumo, Tūmu los para os servidores e Melhores Salários".²⁶ Para Cabral o "perfeito entendimento", dado o caráter assistencialista de sua administração, representou a realização e continuidade de doações. O contentamento da categoria afastava sensivelmente a possibilidade de enfrentamentos, seja através de reivindicações por aumento de salários ou por benefícios para a categoria, como, por exemplo, cooperativa, saúde, etc.

Em termos dos direitos trabalhistas dos funcionários, alguns (como o décimo terceiro salário) foram instaurados em sua gestão, sem que tenham sido registradas formas de luta dos funcionários. Numa entrevista com um funcionário aposentado, ouvi:

"(...) Foi um prefeito bom, legal para o povo, bom para os funcionários também, déci mo terceiro salário que não existia, e quando a gente procurava, reivindicava (...) a gente quando procurava, ele sempre fazia, dava um aumentozinho, naquele tempo a inflação era pequena e o custo de vida mais barato e ele nunca faltou um aumentozinho todo ano, embora fosse de ano em ano, mais dava e todos gostavam dele, né?"

cont.

la sacrificada classe (...) nos totais de 40% para os que recebem ordenados em 1 a 3 mil cruzeiros; e 20% finalmente, para as remunerações mensais superiores a 3 mil cruzeiros". (Diário da Borborema. Campina Grande, 12/7/60)

"Construiu vários cemitérios públicos e até ele só existia um central, foi no governo dele que ele aumentou e, em cada bairro da cidade construiu um cemitério..." (dirigente popular de bairro).

"O prefeito Severino Cabral deu, o seu apoio a organização de uma Cooperativa Mista dos Servidores Municipais (...) A cooperativa terá por finalidade a revenda de gêneros de primeira necessidade para os funcionários e pequenos empréstimos..." (Diário da Borborema, C. Grande, 3/7/60).

Nessa citação, e em outras afirmações suas, é possível perceber que o "ser bom" para os funcionários municipais esteve ligado ao aspecto do aumento salarial.²⁷ Isto explica também a lembrança da instauração do décimo terceiro salário como uma ação a mais do prefeito "bom para os funcionários", do que um marco de luta ou conquista dos funcionários públicos municipais na gestão de Severino Cabral.

Apesar do evidente entendimento entre a ASPMCG e o prefeito Severino Cabral assinalado durante a pesquisa, foi assinalado ainda que a questão salarial não apenas propiciou o entendimento, mas também momentos de tensão. Como me disse um sócio fundador, a propósito do desentendimento:

"Aí ia muito bem (...) Sim, aí a associação continuou tudo certinho e depois houve um choque entre seis meses ou oito, por causa de aumento. A Câmara Municipal era autônoma nesse tempo, tinha direito a entrar com seu projeto e aprovar (...) Sim, aí o prefeito, nós reunimos todos funcionários, a Câmara ia aprovar esse projeto do vereador, todo funcionário, encheu aquelas galerias, pra baixo, pra cima, uma gritaria medonha, eles queriam um aumento de 40%, e ele (o prefeito) não podia, não queria dar, dizendo que não tinha condição, e ele disse que só poderia dar 25%. Ali (Cabral) veio também, sentou-se ali na calçada da prefeitura (...) e ele mandou uma mensagem de boca, que o projeto estava lá para discutir, mas a maioria dos vereadores queria os 40%

27 - Sobre o aumento do funcionalismo parece, no início da gestão de Cabral, não ter havido problema. Foi publicado na revista 1º Ano da Administração Severino Cabral 1959-1960 - p. 15: "Sensível às aspirações das classes humildes", o chefe do Executivo campinense (...) em dois atos assinados no espaço de seis meses aumentou em 50 e 100% os vencimentos do funcionalismo municipal". (grifo meu)

mesmo e ele só queria os 25% mesmo, aí fi
cou, gritaram dentro da Câmara, fizeram con
fusão, aí ele quando terminou isso tudo,
 com quatro ou cinco dias a associação es
friou, ele esfriou com a associação, e ele
 estava dando todo valor (...) Aí apareceu
 um desgosto, um choque entre a associação,
 os funcionários e o prefeito. Aí ele es
friou, não deu mais apoio nenhum, nós fica
mos abandonados".

Certamente o aumento salarial, como catalizador do
 entendimento/desentendimento entre a associação dos servidores
 municipais e o prefeito, é termômetro para se verificar as pre
gras que pautaram essa convivência. Convivência frágil, na me
da em que os ajustamentos e negociações em torno do salário
 oscilavam entre o desejo dos funcionários e pendiam para o po
der de decisão do prefeito. Esta referência diz respeito ao
 caso específico do aumento que marcou o "esfriamento" entre o
 prefeito e a associação: como bem demonstra a citação do fun-
 cionário, no caso em que os vereadores apresentaram um aumento
 de 40%, o aumento que prevaleceu foi os 25% determinados pelo
 prefeito.

Na fala do entrevistado aparece como se lamentando,
 além do esfriamento, do "abandono" do prefeito para com a as
sociação.

os efeitos negativos do aumento de 25% fixado pelo
 prefeito, para os servidores municipais chegam como nota edito-
 rial do Diário da Borborema (27/4/60):

"Aumento do funcionalismo (editorial)

Não é mais possível disfarçar a gravidade
 do problema do aumento do funcionalismo.

Prefeito e Câmara desentenderam-se: mas

justiça seja feita à Câmara: ela tem esta
do em seu direito de pedir e acabar exigindo
do a mensagem ao Poder Público".

O foco central dessa vigilância da Câmara não é exa
tamente o aumento do funcionalismo, mas sim a majoração dos im
postos municipais. Pelo debate na imprensa percebe-se que, na
lógica do editorial, o aumento do funcionalismo correspondia
ao aumento dos impostos estabelecidos pela prefeitura. O pre
feito justificaria o aumento dos impostos pelo aumento dos ven
cimentos dos servidores municipais. O salário dos funcioná
rios da prefeitura poderia servir de duas maneiras: a primeira
como justificativa do prefeito, que sô poderia dar o aumento
"necessário" aos funcionários se aumentasse os impostos. A se
gunda, como fiscalização das categorias que sofreram os aumen
tos de impostos, ou seja, já que o imposto municipal aumentou,
o dinheiro arrecadado seria transferido, em forma de aumento
de salário. Vejamos o que diz o quadro "Panorama Político"
(Diário da Borborema. Campina Grande, 31/1/60):

"O drama do funcionalismo público continua
cada vez mais desesperador (...) homens
com a responsabilidade de sustentar numero
sas famílias continuam ainda a perceber a
irrisória quantia de 420,00 cruzeiros sema
nais...

Prometendo cumprir revisão salarial, o
poder público já majorou impostos duas
vezes, aumentou sua renda, mas nunca fez o
reajustamento.

Sabe-se agora que o sr. Prefeito Municipal,
em ofício à Câmara, comunicou que somente
poderia fazer a revisão salarial do funcio
nalismo se a Câmara desse os meios necessá
rios!!!

Meios ? Mas estes já foram dados por duas vezes. Quantas majorações haverão de ser feitas ainda em nome dos servidores municipais ?

O poder público está fazendo um jogo perigoso. Não se pode chegar a outra conclusão. O que não sabemos é até quando o funcionalismo suportará essa situação". (grifos meus)

Por trás da majoração de impostos e do aumento do funcionalismo municipal existia todo um jogo. Quem tinha seus impostos aumentados esperava vê-los revertido em aumentos de salários, e, se isso não acontecia, havia a cobrança.

É interessante notar, portanto, que ao analisar a relação do prefeito com o sindicalismo, o momento de tensão significativo foi justamente entre o prefeito e os funcionários públicos municipais. Este fato nos ajuda a pensar que, apesar de sua habilidade política, Severino Cabral não pode abafar todas as contradições sociais que tinham lugar no município de Campina Grande.

CAPÍTULO V

PORTEIRAS FECHADAS ?

Esse capítulo terá como eixo central de análise a atuação de Severino Cabral na área rural, pois, para o campo, o prefeito apresenta propostas diferentes para as forças sociais que se contrapunham, procurando, ao mesmo tempo, contemplar seus eleitores, pequenos produtores e grandes proprietários.

O eleitorado urbano de Campina Grande¹ não era de fato o universo sacralizador da vitória de Cabral. Por isso, as promessas contidas nos discursos e a plataforma de governo necessariamente incluem o campo, como neste trecho:

"O Desenvolvimento Rural - (...) reputo de essencial importância na minha administração a concentração de todos os recursos disponíveis, numa planificação bem organizada no setor rural". (Diário da Borborema, 7/4/59)

Vale lembrar que no discurso de Cabral a categoria "desenvolvimento rural" não indica distinção entre fazendeiros e trabalhadores do campo. Porém, embora os interesses comuns

1- A população urbana de Campina Grande era de 126.274 habitantes e a rural de 81.171. Total de habitantes 207.445. (Cabral obteve mais de 16.000 votos).

fossem enfatizados na conjuntura eleitoral, em sua administração, são elaborados projetos distintos para atendimento de interesses diferenciados.

1- NOTÍCIAS DO VOTO

O apoio dos grandes proprietários — fazendeiros — a Cabral não era gratuito, devendo ser compreendido à luz das relações entre as classes e o poder público. O apoio e o voto são garantia de uma significativa representação dos interesses. Este é o discurso predominante entre entrevistados, como aparece nesse trecho de uma entrevista de um membro do Partido Comunista:

"(...) pela extraordinária capacidade de relacionar de Cabral, não é engraçado (rindo), esses coronéis, coronéis antigos que não tinham mais (a mesma importância). Campina Grande cresceu (...) o centro de decisões era a cidade. Então, os coronéis, que Cabral também ajudava, Cabral sabia aplicar máquinas no interior, mandar furar poços, açudes (...) se sentiam altamente representados e apoiados na política de Cabral. Isto porque, anteriormente, a prefeitura não interiorizava (...) eram eles mesmos que tinham que fazer, Cabral não: levava energia,³ levava estrada, quer dizer, frotas mecânicas de tratores para fazer poços tubulares, era uma política avan

3- Como ilustração, coloco o seguinte Projeto de Lei, referente a energia no campo: "Nº 45/63. Poder Executivo. Fica o prefeito autorizado a conceder aos proprietários rurais o abatimento de 37% sobre o preço das taxas de energia". (Retirado do Livro de Projetos de Lei do Arquivo Municipal, 1962).

çada para os coronéis, dupla política, atendida aos grandes proprietários nas suas reivindicações de desenvolvimento".

No que concerne a essa parcela da população rural — os grandes proprietários — o voto dado a Cabral pode ser compreendido, segundo o depoimento acima citado, como resultado de um pacto entre forças políticas que se consubstanciou em sua administração, através de um conjunto de medidas de atendimento. Naturalmente as medidas destinadas aos proprietários rurais criaram um clima de confiança mútua. As condições adotadas por Cabral faziam com que proprietários "se sentissem altamente representados e apoiados na política de Cabral". Seu empenho em conseguir contribuição para esta classe, pode ser ilustrado pela seguinte correspondência, dirigida ao Banco do Brasil, a propósito da suspensão feita por aquele banco das operações de financiamento às classes produtoras:

"Apelo ao Banco do Brasil

'Doutor Samuel Duarte - Diretor Carteira Agrícola Banco do Brasil - Rio-GB - Nome Agricultores, criadores e industriais municipais seriamente prejudicados com a suspensão dos financiamentos de suas atividades por parte do Banco do Brasil, venho solicitar a interferência do prezado amigo junto a presidência no sentido de sustar essa medida por ser grandemente prejudicial à região (...) Saudações. Severino Cabral-Prefeito" (Diário da Borborema, 26/7/62)

Além desses, há outros indícios claros de que Cabral não se esquivou da distribuição de favores aos grandes proprietados.

tários. No seu programa de governo estavam incluídos elementos, como tratores,⁴ o que, sem sombra de dúvida, eram destinados a servir a quem possuísse grandes quantidades de terras. Evidentemente, naquela ocasião, um pequeno produtor, e muito menos um trabalhador rural assalariado, viria a se servir de um trator de propriedade do município.

No entanto, Severino Cabral, teve também, no campo, o voto do trabalhador rural. No seu discurso tentava despertar neles a esperança de um efetivo atendimento futuro. Enquanto político, candidato, já desenvolvia uma política assistencialista no campo, onde contava com o trabalho dos "cabos eleitorais". Devido a assistência dispensada a alguns, existia, no conjunto, o sentimento de que haviam recebido ou era possível receber algum "benefício". Para aqueles que sabiam disso aumentava a esperança de que ele, depois de prefeito, ampliaria ainda mais essa assistência ao campo e aos distritos de Campina Grande. A esse respeito, me disse um dirigente sindical do Partido Comunista:

"(...) ele tinha voto em todos os distritos, porque ele tinha gente, ele tinha delegados dele, ele tinha dois, três elementos que fazia a política dele nos distritos. Ele mantinha com todo o cuidado esses elementos nos distritos. É tanto que ele influencia como no caso de São José da Mata que, ainda hoje ele tem a sua tradição lá. Ele tinha em Galante, tinha em Queimadas, Lagoa Seca, ele tinha um controle quase que absoluto nos distritos".

4- "Prefeito adquire mais tratores - Uma das principais metas da administração do Prefeito Severino Cabral é, como se sabe, o desenvolvimento do município através de um acelerado processo de racionalização e na canalização da agricultura". (Diário da Borborema, Campina Grande, 10/5/60).

Cabral tinha votos no campo, que se apresentava como um espaço em que ele transitava oportunamente distribuindo favores, pessoalmente ou através desses "elementos" que o representavam, garantindo, portanto, a votação necessária para se eleger. O voto representava não propriamente uma escolha do candidato, mas, sim, uma escolha pela continuidade da assistência daquele político que já se fazia conhecer como uma alternativa aos políticos anteriormente conhecidos.

Ir pessoalmente e/ou mandar "esses elementos que faziam a política nos distritos" distribuir favores, tornaram-no uma referência para os eleitores do campo que passam a procurá-lo na cidade. Foi na cidade, sobretudo através do fichário, que Cabral pode estabelecer com seus eleitores uma aproximação sistematizada. O fato do eleitor e o registro de um favor recebido ser reconhecido numa ficha criava um sistema fora dos limites estabelecidos pelo clientelismo pré-existente entre grandes proprietários locais, ou comerciantes e os trabalhadores.

"Cabral era um homem assim: prestava assistência indistintamente e quando ele necessitava de entrar na política era só dizer que era candidato, fazer aqueles comícios (...). Nós dizíamos na época, distrito São José da Mata, porteira fechada para Cabral, Galante porteira fechada para Cabral, Queimadas porteira fechada para seu Cabral" (dirigente de movimento de bairro).

2 - CABRAL: O BOM PATRÃO

Cabral atendia a uma parcela de trabalhadores do campo através do mesmo tipo de doações que ocorriam na cidade, em forma de remédios, óculos, passagens etc. No tocante à questão ligada à terra, ele atendia de modo isolado, a poucos, uma vez que não empreendeu nenhum projeto nesse sentido. Como afirmou um agricultor:

"Dava roçado na fazenda, ninguém pagava nada, nem meia nem nada, lá era tudo, plantava das posse que a pessoa podia. Tinha uma cooperativa na fazenda e aqueles que não podiam trabalhar, sem dinheiro pra pessoa trabalhar, ele fornecia, na colheita, na época do algodão, ele separava o algodão, ele separava o algodão, pesava, vendia e ia pagar na cooperativa (...) matava gado, aqueles moradores vendia barato".

Cabral, então, em suas propriedades não exigiu as formas usuais de contrapartida (em produto ou em dinheiro) pelo uso da terra. Mas ainda que certos expedientes utilizados por Cabral fugissem ao costumeiro, não chegaram a representar uma descontinuidade nas relações vigentes entre propeitários e trabalhadores rurais. O barracão, por exemplo, foi uma prática em sua fazenda, mesmo tendo outra regra de funcionamento, como me disse o mesmo trabalhador rural:

"Tinha barracão mas era particular, era de um rapaz que morava lá, vendia, mas da parte dele, não era pra Cabral não, era só da parte dele mesmo. Seu Cabral era a cooperativa para adiantar dinheiro para pagar roçado aqueles que não podiam, aí tirava aquele dinheiro, aí no fim do ano pagava, se quando o ano era ruim, ele adiava para o outro, se fosse um ano bom, pronto, ia pagando aos poucos".

A prática individual de Cabral enquanto proprietário rural pode se diferenciar daquela que era comum entre outros grande proprietários. Sua trajetória política, marcada pelas doações, parece ter contaminado suas ações como fazendeiro. No entanto, ainda assim, embora se falasse em "cooperativa", Cabral apenas atualizava a prática tradicional de "adiantamento" dado ao trabalhador pelos patrões, realizando um modelo ideal de "bom patrão". Nas propriedades de Cabral, persistem as relações de trabalho das quais fala Azevedo (1982:38):

"(...) uma força de trabalho que se liga à grande propriedade de diversas formas e onde predominam relações não especificamente capitalistas, como a MORADA, a PARCERIA ou o pequeno ARRENDAMENTO ('aforamento') ou, ainda, formas de sujeição como o CAMBÃO e o BARRACÃO. Essa mão-de-obra, seja qual for a sua vinculação com a grande propriedade, assume um caráter de força de trabalho representada, de um mercado cativo controlado pelo latifundiário(...)"

Importa ressaltar, então, que mesmo Severino Cabral tendo transformado suas propriedades em um aparente universo comunitário ("dava roçado e ninguém pagava nada, nem meia nem nada") onde havia uma cooperativa ("que fornecia dinheiro a quem não podia trabalhar" e que esperava para receber o dinheiro que havia adiantado), tudo isso não significa, contudo, que, em sua gestão, tenham sido rompidas as relações objetivas do morador (ou camponês) vinculado à grande propriedade. Ele apenas atualizava uma das vertentes possíveis na época: não exigir contrapartida em espécie ou em produto pelo uso da terra, exacerbando a dimensão da lealdade e reconhecimento em que se baseava a dominação tradicional.⁵

3 - OS PROJETOS DE CABRAL PARA O CAMPO

Cumprir não esquecer que Cabral se fez presente no campo procurando a aproximação com a população rural como um todo, seja no pacto de compromisso com os grandes proprietários, seja na política assistencialista aos pequenos agricultores e aos trabalhadores rurais.

Entretanto, sua atuação no campo dar-se-á num espaço e num momento em que grupos sociais antagônicos vivem, em certa medida, uma situação de conflito. Na cidade, consegue, com certa facilidade, conciliar interesses de classes opostas através de projetos assistencialistas. Porém, no campo, Cabral

5 - Neste sentido é interessante ver o conceito de favor e benefício apontado por Martins (1981:36), "(...) a concepção de favor, como prestação pessoal, mas recíproca, envolve não apenas a produção material, mas a própria lealdade das partes..."

depara-se com um conflito estabelecido entre pequenos produtores e grande proprietários.

Na cidade, através de uma "administração popular", Cabral se encontra identificado com as camadas populares, colocando-se ao lado do bloco mais progressista.⁶ No campo, existiam a presença e a maior disputa entre tendências que apresentavam opções diferentes para os encaminhamentos das lutas.⁷ Cabral não consegue, então, no campo, colocar-se ao lado do bloco politicamente mais avançado.

Em uma gestão que se pretendia "pacífica", Cabral tenta unificar os interesses das "classes rurais" no seu projeto de governo, ou seja, procurava minimizar e/ou obscurecer os conflitos através de projetos/propostas onde todos se sentissem representados pelo poder público. Porém, se sua proposta não é de todo impraticável, é pelo menos, obstaculada

6 - Digo "progressista" lembrando de que sua campanha teve como vice-prefeito um membro de esquerda apoiado por uma coligação esquerdista, a Frente Popular (ver, a esse respeito, o capítulo II). Há também o fato importante de ter havido em seu governo várias pessoas de esquerda que ocuparam cargos de destaque, inclusive o chefe de gabinete da prefeitura, Figueiredo Agra (membro do Partido Comunista).

7 - Ofélia Amorim, advogada da Liga Camponesa de Campina Grande, explicitando as posições então existentes, esclarece: "existindo um ponto comum entre aqueles que dão orientação ao movimento camponês - a libertação da classe camponesa do sistema latifundiário -, as divergências são, na realidade, na questão única, na maneira de conduzir o movimento. Neste aspecto, vamos encontrar duas correntes: a que luta por modificação da estrutura agrária num processo lento, recebendo concessões da classe dominante e dividindo o processo em etapas que se distinguem por conquistas da classe camponesa; a outra, a mais radical, não aceita concessões nem mudanças com a classe dominante. Entende a luta como única etapa e uma única conquista - a posse da terra pelos camponeses - e num sistema agrário que atenda às exigências da produção e eleve as condições de vida do homem do campo".

da pelas outras forças sociais⁸ que visavam uma mudança no campo e tinham, para isso, uma proposta muito mais avançada do que a sua. Na cidade, a proposta assistencialista de Cabral encontra um espaço mais propício para ser implantado, parece corresponder aos anseios do que existe de mais avançado. Dessa forma, seu projeto conseguia identificar-se com as tendências "populares", o que, efetivamente, não acontece no campo, onde encontra competidores que oferecem outras formas de aproximação e encaminhamentos de questões populares.

Severino Cabral parecia perceber que a questão do campo exigiria um outro tipo, ou mesmo estratégia, de assistencialismo, numa maneira mais elaborada. A condição de proprietário rural⁹ e o fato das tensões sociais terem se explicitado mais no campo redefiniam sua atuação no sentido de contornar os interesses divergentes. Nessas circunstâncias, ao tomar posse do governo municipal, elabora projetos destinados ao campo que procuravam evitar um posicionamento seu mais radical ao lado de determinada classe, o que, contudo, não impede de detectar-se o real objetivo dos projetos. Por um lado, tais projetos tentavam antecipar, o apoio do poder público aos pequenos produtores (pequenos proprietários, rendeiros, foreiros), procurando, assim, conter possíveis reações. Por outro lado, efetivamente, repassava para os ou-

8 - Representados, fundamentalmente pelo PCB e a Igreja. Nessa ocasião, segundo Martins (1981:89), assim se apresentava a situação: "(...) as Ligas de certo modo evoluíram no sentido de definir a REFORMA AGRÁRIA em termos opostos àqueles propostos tanto pelo PCB como pela Igreja." (grifos do autor).

9 - "Era um homem rico, fazenda grande, fazenda muito grande, Fazenda Navio (...) para comprar essa fazenda foi

tros - os grandes proprietários- recursos públicos.

Enquanto prefeito, Cabral, pretendeu, como se vê contemplar os dois segmentos de classe - grandes proprietários e pequenos produtores -. Em favor dos primeiros propôs uma política de constituição de empresas no campo; em favor dos segundos, uma política de promoção de bem-estar social.

Assim, logo que toma posse do governo municipal¹⁰ elabora dois Projetos de Lei destinados ao campo. É pois, na análise desses projetos que se evidenciam diferenciações que Cabral reconhece existirem no campo. Apesar de tentar mostrar o espaço rural como uma unidade não contraditória, no interior dos projetos deixa transparecer as tensões existentes no campo, que aliás faziam parte de debates e de formulações sobre reforma agrária que se empenham a nível nacional. Certamente os projetos elaborados por Cabral se coadunavam com o pensamento do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais - IPES¹¹, no sentido de tratar a questão agrária como uma questão técnica. Creio ser possível dizer que os projetos de Severino Cabral, destinados ao campo, coincidem com os encaminhamentos do IPES em direção à questão do aumento da produ

preciso quatro homens, porque um só não tinha capacidade de comprar a fazenda. E ele era dono da fazenda, duas fazendas aqui, chamada Rafel perto da Vila de Santa Teresinha e a Fazenda Navio". (trabalhador rural).

10- Cabral toma posse em novembro de 1959 e, em dezembro deste mesmo ano, instituiu "O Serviço às Populações Rurais do Município" e criou o "Fundo Municipal de Desenvolvimento Agro-Industrial" (FUNDAGRIN) - (Ver, no Anexo IV, os dois projetos na íntegra).

11- Sobre a ação do IPES e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) como grupos de pressão de uma elite dominante orgânica, ver Dreifuss (1981:161 a 415).

tividade, pois, pelo conteúdo de tais projetos, objetivos e clientela que visava alcançar através de um programa de governo voltado para o campo, que também tinha como substrato a modernização da agricultura, através de inclusão tecnológica. Por exemplo, ao analisarmos o Fundo Municipal de Desenvolvimento Agro-Industrial (FUNDAGRIN), criado por Cabral, podemos perceber este aspecto. A FUNDAGRIN, segundo documento da época, tinha "por objetivo a planificação e organização da economia agrícola, a fim de incentivar a produção e aprimorar a produtividade das atividades rurais, como sejam:

- a) recuperação do solo (adubos, fertilizantes e combate à erosão);
- b) irrigação e retenção de água;
- c) mecanização e assistência técnica agrícola;
- d) silos e armazéns, frigoríficos, matadouros, instalações de laticínios em geral e qualquer empreendimento que venha a incidir em benefício direto da economia rural."¹²

A proposta do IPES de aumento da produtividade agrícola, está contemplada, no projeto de Cabral, que visa também planificar e incentivar a produção agrícola, e se destina, evidentemente, a grandes e/ou médios proprietários, uma vez que recuperação, irrigação, mecanização, silos, frigoríficos, etc., adequam-se melhor ao vocabulário e às condições sociais.

Desta forma, o FUNDAGRIN é destinado a uma clientela específica, que, através do poder público é incentivada

12 - Retirado do Livro de Projetos de Lei do Arquivo Municipal da Câmara de Campina Grande, 1960.

a aumentar a produtividade agrícola, seja por meio da assistência técnica, seja pelo incentivo a instauração de empresas agro-industriais. Para isso, reza o Artigo 16º da FUNDAGRIN:

"Art. 16º - Fica destinado ao FUNDAGRIN, a porcentagem de 6%(seis por cento) da receita tributária do Município nos exercícios de 1960 a 1964..."

Diz o parágrafo único:

"Os valores oriundos da determinação constante neste artigo, deverão ser depositados, mensalmente no Banco do Nordeste do Brasil S/A, agência desta cidade, ou a outro estabelecimento de crédito que venha a ser fundado pela prefeitura a crédito da FUNDAGRIN."

Em relação à questão financeira do projeto existia a seguinte perspectiva:

"Art. 18º - Poderá o FUNDAGRIN:

a) Tomar empréstimos mediante a emissão de títulos ou outros instrumentos de débito, com a garantia de títulos ou outros elementos do seu ativo, bem como por antecipação das receitas a que se refere o artigo 16º.

§ 1º - A participação do FUNDAGRIN nos programas de frigoríficos, usinas de leite e seus entrepostos, matadouros industriais e armazéns a frio, poderá atingir até 60% do capital social.

§ 3º - A participação do FUNDAGRIN em empresas, constituídas por pessoas jurídicas e físicas de direito privado, não pode ex-

ceder de 20%(vinte por cento) do capital social e sua integralização far-se-á à medida das chamadas de capital de acordo com as exigências estatutárias e/ou legais."

Estamos, pois, perante um projeto claramente identificado com um órgão financiador, criado pelo poder público, destinado a uma clientela capaz de acoplar recursos públicos a recursos privados no sentido de industrialização. É o que diz o Diário da Borborema (23/2/60).

"ESTABELECIMENTO FINANCIADOR

A lei que criou o FUNDAGRIN consignou-lhe várias propriedades desmembradas do patrimônio do Município, com o fim de garantir ao órgão uma estrutura de capital que lhe assegurasse crédito real perante as autoridades bancárias. Com um hábil trabalho junto à Assessoria Técnica da Presidência da República, parece-nos muito possível transformar o FUNDAGRIN num estabelecimento financiador do desenvolvimento rural e industrial de Campina Grande de alta significação."

A clientela a quem se destinou o FUNDAGRIN contava com o poder público como defensor de seus interesses e também participava das decisões do FUNDAGRIN através da participação da "Associação Rural", em um Conselho Administrativo composto por:

- "a) Diretor da Fazenda Municipal
- b) Diretor da Agricultura
- c) Representante da Associação Rural
- d) Representante do prefeito municipal
- e) Representante da Câmara Municipal."

Por outro lado, dentro da lógica clientelística/as sistencialista de Cabral, os trabalhadores do campo, ou mais especificamente, os pequenos proprietários, foram também contemplados com alguma assistência, através do Projeto às Populações Rurais do Município, que é aprovado, no mesmo período - dezembro de 59 - que o FUNDAGRIN.

Embora o FUNDAGRIN e o Serviço da Assistência às Populações Rurais tenham sido feitos ao mesmo tempo e destinados ao campo, têm objetivos completamente diferentes e atendem a clientela distintas. Enquanto o FUNDAGRIN tem como palavras-chaves produtividade, financiamento, capital, orientação técnica, assistência econômico/financeira, o Serviço de Assistência às Populações Rurais tem como vocábulos determinantes assistência, solidariedade, auxílio, integração, comunidade, aprimoramento do lar, higiene, saúde, formação, recreação, festas cívicas, etc., como se pode constatar abaixo:

"Art. 1º - Fica instituído, diretamente subordinado ao Gabinete do Prefeito, o Serviço de Assistência às Populações Rurais do Município.

Art. 2º - O serviço ora instituído terá por finalidade promover o bem-estar das populações que exercem atividades agropecuárias ou que se dedicam a pequenas indústrias ru

rais do Município de Campina Grande.

Art. 3º - Compete ao Serviço de Assistência às Populações Rurais do Município:

I - Prestar assistência à família rural, auxiliando-a na solução de seus problemas e promovendo, por todos os meios, o melhoramento das condições de vida no meio rural mediante:

- a) Formação técnico-profissional dos agricultores
- b) educação dos agricultores, despertando-lhes o sentimento de solidariedade e auxílio mútuo
- c) formação e aprimoramento do lar rural (...) visando desenvolver a economia e a educação doméstica, de modo a melhorar seus hábitos de vida
- d) recreação rural, mediante promoção de festas cívicas
- e) criação de centros sociais rurais nos bairros ou distritos rurais

É possível constatar o controle total do prefeito neste projeto. No artigo 4º, lê-se: "Para o funcionamento do Serviço serão postos à sua disposição, nos termos da legislação em vigor, servidores municipais a juízo do Prefeito."

Faz-se necessário salientar que, como serviço técnico¹⁴ para o Serviço de Assistência às Populações Rurais, o projeto teve a seguinte determinação:

"II - Serviço Técnico, compreende Unidades AgroMédicos-Sociais, constituídas essas, em

14 - Ao lado do Serviço técnico do projeto analisado, foi feito, em 3/6/60, um convênio da prefeitura com a ANCAR (Associação Nacional de Crédito e Assistência

princípio, por um engenheiro-agrônomo, um médico, um dentista, um assistente social, uma supervisora doméstica(...)".

Este aspecto nos lembra também que, naquela conjuntura, não era possível ignorar a ampliação das organizações de trabalhadores rurais e o clima de mobilização existente. Este projeto de Cabral (Serviço de Assistência às Populações Rurais do Município) remete-nos inclusive às orientações do IPES:

"O IPES apontava três tipos de conflito existentes no campo. Eram de caráter político, econômico e social. No que diz respeito aos de caráter político, o IPES argumentava que a maneira mais fácil de resolvê-los seria estimular a participação do homem do campo em programas e projetos onde ele fosse chamado a tomar decisões. E apareceria, então, a idéia dos projetos de comunidade, de cooperativas, de associações de classe." (Medeiros, 1983:56/57) (grifos meus)

Enfim é evidente a diferença entre os dois projetos de Cabral: um destinado a grandes proprietários e o outro a pequenos agricultores. No entanto, embora Cabral pre-

cont.

Rural):

"Convênio com a ANCAR - assistência técnica aos agricultores e criadores - Treinamento de líderes rurais. Faz parte da plataforma do prefeito Severino Cabral(...) um programa da mais ampla assistência à agricultura do município, através da facilidade de crédito rural, aos pequenos e médios agricultores e da racionalização dos métodos agrícolas, através da criação de órgãos especializados dos que atuassem orientando o homem do campo no sentido da produção." (Diário da Borborema, Campina Grande, 5/6/60, p.4).

tendesse "atender a todos", sua margem de ação estava limitada pela existência de conflitos que, como já foi dito acima, nesta ocasião eclodiam no campo.

4 - CAMPINA GRANDE: A LIGA E O SINDICATO

Com efeito, no campo, o monopólio da terra pode ser traduzido na simultaneidade da expropriação e exploração das massas rurais. As transformações sociais no campo nas décadas de 50 e 60 são apontadas como responsáveis pela organização dos camponeses. Como afirma Benevides (1985:34):

"A batalha pelo regime racional da terra, na Paraíba, teve vigoroso impulso no início da década de 60 através das Ligas Camponesas (...). As relações não especificamente capitalistas no campo paraibano, como a moradia e o aforamento, bem como as formas de sujeição simbolizadas no cambão e no barracão, começam a sofrer profundas modificações e principiam a ser questionadas pelo campesinato em acelerada através das Ligas camponesas."

No contexto paraibano de organização das Ligas destacou-se a Várzea Canavieira. Foi em Sapê, a 80 km de Campina Grande, no ano de 1958, que foi fundada a 1ª Liga. Conta Elizabeth Teixeira¹⁵: "João Pedro fundou a Liga, através de muita luta no campo. Todos companheiros sabem que não é fã-

15 - *Cadernos do CEDI 14 "Canavieiros e Greve - Campanhas Salariais e Sindicalismo" - O reencontro de Elizabeth Teixeira com os trabalhadores de cana da Paraíba. P.9*

cil unir o homem do campo por conta da repressão que existe dos proprietários, então, foi um esforço muito grande de João Pedro (...) era preciso eles se unirem, se organizarem para se libertar da miséria, da fome, das injustiças que existem no campo". O movimento iniciado em Sapê espalhou-se, posteriormente, por outros municípios do Estado. Em Campina Grande, em bora não se registrasse a mesma expansão da cana-de-açúcar, que exigia a modificação das relações tradicionais, também registravam-se conflitos entre rendeiros e grandes proprietários que pretendiam dar outra utilização produtiva a terra. Naquela conjuntura, aqui também se iniciou um processo de organização no campo. Assim, na luta de resistência e expulsão da fome e da miséria premente no campo, no ano de 1961, Campina Grande assistiu a criação de sua Liga Camponesa.

A esse respeito, o Diário da Borborema registra:

"Diversos líderes sindicais de nossa cidade, em bandeira organizada ontem no bairro do Cruzeiro, onde após movimentada reunião e debates calorosos sobre o problema agrário do país, realizaram uma reunião com camponeses ali residentes, ficando estruturada uma comissão organizadora para fundação de uma Liga Camponesa naquele subúrbio campinense. Na reunião estiveram presentes, além de grande número de homens do campo, os líderes sindicais Lucio Rabelo, João Cabral Batista, Vicente Soares, Paulo Tenório, Oliveira Oliveros, Uziel do Vale, Luciano Rabelo e Severino Torquato." (Diário da Borborema, 22/8/61).

As massas rurais pareciam se organizar sem contar com a iniciativa ou apoio do prefeito, ainda que tenha contado com o apoio de pessoas tidas de "esquerda" que haviam apoiado

do Cabral na Campanha. Neste sentido, cabe ressaltar a presença na fundação da Liga de Campina Grande do sindicalista Lucio Rabelo, candidato a vice-prefeito na chapa de Cabral.

É necessário ressaltar que, no processo de organização das massas rurais, Campina Grande contava, além dos sindicalistas e membros do Partido Comunista citados em nota do Diário da Borborema, com outras forças sociais.

A Igreja, por exemplo, teve papel destacado na organização dos Sindicatos de Trabalhadores. Em um artigo de sua autoria o padre Cristiano Joosten (pároco de um bairro periférico - Bodocongô - e de alguns distritos de Campina Grande) afirma:

"Nos primeiros anos da década de 60 tornou-se o problema do homem do campo problema nacional, surgiram as Ligas camponesas, começou a organização dos sindicatos de trabalhadores rurais e foi levantado, na política, o problema da reforma agrária. Em Campina Grande, alguns cristãos, ligados à JUC acompanhavam grupos no campo em vista a uma futura organização. A Diocese organizou vários encontros de formação sindical (...) Foi formada no decorrer deste processo uma equipe diocesana de orientação sindical, que participou da fundação de vários sindicatos da região, inclusive o de Campina Grande." (Joosten, 1986:153/154).

Esta equipe era ainda formada por advogados(Dr. Moura, advogado e assessor do Movimento Sindicalista e o Dr. Aureo Correia Lima), assistente social(Elisa Bezerra Mineiros). Elisa Mineiros, narrando sua experiência no campo campinense, observa:

"Ao chegar em Campina Grande, pude logo perceber que, dos Movimentos Sociais existentes na Região, o que mais se sobressaía era o Movimento das Ligas Camponesas e de Sindicalização Rural (...) e logo tratei de cair em campo, contactando com líderes do Movimento Camponês e viajando, semanalmente, para os municípios circunvizinhos a Campina Grande." (Mineiros, 1983:87)

Ao fazer alusão às forças sociais que estavam presentes nas lutas e organizações do campo, quero me referir à sua importância no sentido de desenvolverem o papel de mediadores/interlocutores entre as massas rurais e o poder público. Cabral procurava ser uma ponte direta entre o poder público e as massas urbanas. No campo, a Igreja, o PC e as Ligas, vão, em determinado nível, interpor-se nessa relação. Ou seja, a eficácia das redes de relações estabelecidas na cidade entre Cabral e as massas urbanas, não será a mesma alcançada no campo. A existência, influência e concorrência entre essas forças organizadoras do movimento agrário lhe imprimirão uma dinâmica própria, não facilmente controlável pelo prefeito. Por outro lado, como afirma Medeiros (1983:52/53):

"o que importa marcar é que o movimento camponês, embora tivesse orientações distintas de bandeira de luta, isso não implicava, entre os camponeses, as bases, em distinção entre quem é da Liga, quem é do sindicato, que é da organização ou associação vinculadas ao Partido Comu-

nista. Muitas vezes os mesmos camponeses participavam de diversas organizações. Mas ao nível da orientação política essa diferença existia..."

Assim, embora internamente diversificado, o movimento ganha reconhecimento e, para fortalecê-lo contra seus opositores, concorrem novas forças. É o que parece indicar Elisa Mineiros, quando fala acerca da sindicalização rural de Campina Grande:

(...) sem nenhum preconceito, procuramos entrar em contato com as pessoas que estavam engajadas nesse Movimento e, concomitantemente, íamos lendo tudo a respeito das Ligas, pois nossa estratégia final era unir as duas forças: a força dos Sindicatos com a força das Ligas, pois ambas se tornando numa única força, se chegaria ao objetivo da transformação daquela sociedade injusta e desumana (...) Convém ressaltar que próximo à deflagração do Movimento de 64, não havia mais aquele preconceito de que as Ligas eram coisa de comunistas e os Sindicatos eram de Padres. (Mineiros, 1983:88) (grifos meus)

Neste sentido, coincide o pensamento de Bernadete Aued:

"Apesar de inicialmente engendrada no interior das células do PCB, a condução das lutas no campo através das Ligas Camponezas não foi exclusividade do PCB. Pelo contrário, com o florescimento e ascendên

cia da movimentação de massas, o partido enfrentou, estratégica e taticamente, outras posições diversas à sua." (Aued, 1986:56/57)

Embora com muita diversidade em termos de formas de encaminhamentos nas lutas do campo, certa unificação de forças, que se acentua no ano de 1963, torna-se um obstáculo para a eficácia da política assistencialista e pacificadora de Cabral.

5 - O DEBATE DO CAMPO CHEGA À CÂMARA MUNICIPAL

Também entre as facções políticas presentes na Câmara Municipal, estavam na ordem do dia debates e divergências a respeito da questão agrária. Matéria publicada no Diário da Borborema (27/2/61) sobre o "GRAVE INCIDENTE NUMA REUNIÃO DE LIGAS CAMPONESAS EM SÃO MIGUEL" ilustra esta questão:

"Domingo, cerca de 16 horas, na Fazenda São Miguel, distrito de Massaranduba, onde se realizava uma reunião de camponeses, na residência do Sr. Bento Belarmino, rendeiro e morador de Honorato Agra, presentes o vereador Langstein Almeida, o Sr. Oliveira Oliveiros e mais duas ou três pessoas até o momento não identificadas, verificou-se grave conflito do qual resultou a morte do camponês João Avelino da Silva, e ferimentos graves nas pessoas de José Bento da Silva, Manoel Cabral de Vasconcelos, Waldomiro

Agra, Diógenes Batista e José Severino Idelfonso. No domingo anterior havia se realizado no mesmo local um comício das Ligas Camponesas, com a presença do vereador Langstein Almeida (...)"

O conflito ressoa na Câmara Municipal, pois envolve não apenas trabalhadores e patrões, mas também vereadores que se posicionaram em favor de uma ou de outra parte em litígio. Foi ainda o Diário da Borborema (17/3/62) que publicou:

"Passados vários dias do conflito ocorrido entre proprietários e camponeses na Fazenda São Miguel, no distrito de Massaranduba, o vereador Zacarias Ribeiro, se inscreveu para da tribuna falar (...) O orador inicialmente solicitou do presidente que fizesse constar em ata o seu mais veemente protesto contra os abusos que vêm sendo cometidos por aqueles que se dizem líderes dos camponeses, invadindo a propriedade privada, com o intuito único de provocar a desordem e fomentar o ódio entre os ignorantes e pequenos agricultores que se deixam enganar por promessas mirabolantes que lhes são feitas por tais líderes." (grifos meus)

Nesse quadro de debates acirrados sobre a questão agrária que se dava na Câmara de Vereadores, Cabral procurava não intervir. Na verdade, não chegava a se posicionar claramente contra as reivindicações camponesas. Mas, em outros contextos, responsabilizava os que ajudavam na organização da luta, chamando-os de "insufladores". Procurava "esclarecer" o trabalhador do campo sobre a ação dos "insufladores".

Em discurso proferido após alguns dias do debate na Câmara, deixa patente essa advertência:

"Mais uma vez quero chamar a atenção, especialmente dos trabalhadores do campo, rendeiros, agregados, etc., contra os exploradores políticos, que somente às vésperas das eleições aparecem como salvadores, declarando-se amigos dos trabalhadores, jogando-os contra os proprietários, numa luta que somente os insufladores se beneficiam."
(Diário da Borborema, 25/5/62)

O importante é atentar aqui para o caráter do jogo constante que Cabral fazia no processo de minimização dos conflitos entre classes ou frações de classe. Ao se dirigir a rendeiros e agregados, põe ênfase nos "exploradores políticos", colocando-os como inimigo principais. Tenta, pois, esva^ziar a luta, dando a interpretação que lhe é conveniente. Ao mesmo tempo, implementa e propaga medidas oportunas melhorias dirigidas a certa parcela dos trabalhadores do campo, como, por exemplo, ao isentar do pagamento de impostos pequenos proprietários.

"medidas de amparo ao agricultor. O prefeito Severino Cabral, encaminhou esta semana à Câmara de Vereadores importante mensagem, acompanhada do Projeto de Lei de autoria do Executivo, isentando de imposto territorial rural, todas as propriedades, cuja área seja no máximo de trinta hectares. Visa o chefe do Executivo, com essa providência, auxiliar os pequenos lavradores."(Diário da Borborema, 9/2/62)(grifos meus)

Para contrapor-se ao processo de organização dos trabalhadores rurais de Campina Grande, cuja palavra de ordem era a conquista e a liberdade dos pequenos produtores do jugo do grande proprietário, Cabral procura conquistar os pequenos proprietários com "amparo" e "auxílio". Pretendia assim, minimizar a dimensão política que se delineava no espaço rural.

Por outro lado, o processo que estava em andamento no campo, onde vários grupos políticos apoiavam as lutas das massas rurais, e onde se formulavam contornos de organização político-transformadora, acabou por exigir também organização dos grandes proprietários. Como afirma Medeiros (1983:53), "(...) à medida que a luta dos camponeses avançava e estes começavam a se colocar como uma força política na sociedade, a questão da crise do campo começa a aparecer também do ponto de vista das classes dominantes, pelo menos através das suas organizações de classe". Na Paraíba, em 1962, cria-se a APREP (Associação dos Proprietários Rurais do Estado da Paraíba).¹⁸

6 - O DISCURSO DE CABRAL PARA O CAMPO

Campina Grande foi cenário, nesse momento, de ações para o fortalecimento dos proprietários rurais, com a realização de reunião promovida pela Associação dos Proprietários Ru

18 - Cf. Benevides (1985:101)

rais do Estado da Paraíba, através da comissão credenciada em Campina Grande. Nesta ocasião, segundo a Imprensa, "foi interessante notar a unidade de pontos de vista de todos os proprietários rurais do Estado, porque na verdade todos eles têm os mesmos direitos a defender e por eles pugnar." (Diário da Borborema, 25/5/62).

A presença de Cabral nessa reunião dos proprietários rurais da Paraíba, em Campina Grande, mereceu destaque. Vale a pena ainda atentar para seu discurso. Naquela situação, enfatiza-se a necessidade de demarcar posições mas, ao mesmo tempo, no discurso de Cabral aparece a densidade de palavras multifacetadas cujo sentido é a ênfase na convivência entre as diferentes categorias da população que compõe o campo. Em sua fala, aproxima proprietários e camponeses, procurando contrapô-los à política agrícola oficial (os governos), minizando assim as fontes e as causas do conflito que ele reconhece existir. Vejamos o que diz Cabral em seu discurso na reunião dos proprietários rurais:

"PROPRIETÁRIOS RURAIS E CAMPONESES AS
DUAS CLASSES MAIS ABANDONADAS DO BRA-
SIL.

Exmas. autoridades

Senhores proprietários rurais

Senhores camponeses

Estamos aqui reunidos nesta assembléia dos proprietários e camponeses de todas as regiões do estado, numa demonstração bem viva de que havia mesmo a necessidade de se constituir uma insti-
tuição que congregasse no seu meio to-
dos aqueles homens que constróem, no
campo, a grandeza econômica não só de
nossa Pátria, porém do mundo. É certo

que sem o trabalho do campo as cidades mais dinâmicas, os centros urbanos mais progressistas, jamais poderiam sobreviver, por falta de alimentos. Para que se possa alcançar o desiderato que todos nós procuramos nesta hora, é claro que se torna indispensável numa união mais perfeita entre proprietários, isto é, entre os donos da terra e os seus agregados, moradores, rendeiros, etc. Esta sociedade, não está sendo criada com o fim único e exclusivo de fortalecer os proprietários contra os camponeses, porém, também, visando o fortalecimento dos trabalhadores do campo através do processo da sindicalização rural e de outras reivindicações dos proprietários ao governo no sentido de tornar mais humana a vida dos seus moradores e rendeiros. Até hoje, nenhuma classe tem sido mais abandonada do que a dos proprietários rurais e camponeses, por parte dos governos federal, estadual e municipal, que têm como que se omitido na realização de uma política ruralista eficiente, de onde ter se originado esse conflito que agora existe entre donos de terra e camponeses, com graves danos para nossa economia. Falo como representante da zona do Cariri Velho, uma das zonas mais pobres do Estado.¹⁹ Enquanto morre à mingua no campo, as cidades

19- "Arrependo-me hoje de não haver acompanhado o prefeito Severino Cabral, em sua campanha de candidato ao governo do município, em 1959 (...) disse o Sr. Antonio da Costa Gomes, proprietário da Fazenda Quixaba. Reconheço agora que o Sr. Severino Cabral está realizando uma grande administração (...) dando ao Cariri as condições que a região necessita para o seu desenvolvimento. A eletrificação do Cariri, realizada pela sua dinâmica e profícua administração (...) sem sombras de dúvidas, como o elemento fundamental ao nosso desenvolvimento. Os fazendeiros do Cariri irão ficar devendo ao prefeito Cabral o maior benefício já prestado aquela região..." (Diário da Borborema, Campina Grande, 23/12/62). p. 8. (grifo meu)

estão cheias de médicos que poderiam muito bem estar assistindo ao trabalhador rural, se houvesse entre nós um plano de assistência sanitária para o campo, em funcionamento. Sabemos por outro lado que tem sido essa falta de assistência ao homem do campo, proprietários e camponeses, a causa fundamental do êxodo rural, que está tornando o campo cada vez mais despovoado, enquanto gera nas cidades um outro problema gravíssimo, de superpopulacionamento desordenado. Entendo, como proprietário que vive legado aos problemas dos meus agregados, sentindo a verdadeira situação de cada um deles, que somente devo fazer parte de uma sociedade que lute pela união de proprietários e camponeses". (Diário da Borborema, 25/5/62)
(grifos meus)

Suas formulações se encaminhavam no sentido de sensibilizar, ao mesmo tempo e pelas razões, proprietários e camponeses, apelando para o "abandono" em que vivem estas duas classes. Esclarecendo que o "abandono" é culpa dos governos federal, estadual e municipal. Propõe, como solução, sem levar em conta as relações de subordinação entre "camponês e proprietário", uma política ruralista eficiente que seria suficiente para pôr fim ao conflito existente entre aqueles que detêm o monopólio da terra e aqueles que dela necessitam para sobreviver. Enfim, a paz no campo dependeria de uma acertada política agrícola, da subvenção ainda maior da agricultura pelo Estado. As massas rurais caberia, naturalmente, a intensificação do Serviço Assistencial Rural, ou seja, o atendimento a questões imediatas e que não mexeria na estrutura fundiária; aos proprietários, todas as condições na forma de incentivos financeiros para o desenvolvimento e incremento da produção.

Não pude verificar a repercussão do discurso de Ca
bral aos trabalhadores rurais. Mas obtive a opinião do ora
dor — dos proprietários rurais — Dr. Manoel Figueiredo, sobre
a "mensagem" de Cabral. Eis a opinião que foi publicada no
Diário da Borborema (27/5/62):

"Homem de visão larga sobre nosso povo e
nossa gente, proprietário rural por voca
ção e por nascimento, guindado, pelo voto
do povo à posição de Prefeito do mais im
portante município do estado, o senhor Se
verino Cabral fez um pronunciamento como
deveria ter feito. Sereno, não escondendo
sua condição de homem público, nem de pro
prietário rural. Foi um bom pronunciamen-
to. Agradou pela seriedade, pela honesti
dade. Sabia o que estava dizendo e dizia
o que realmente sabia, pela experiência
quotidiana com o povo, por todas as suas
camadas. Justamente por ter coincido
com o pensamento e os sentimentos de mui
tos que ali se encontravam, o discurso do
Sr. Severino Cabral foi um dos mais aplau
didos".

Um "coronel-prefeito" ou um "líder populista?" É
verdade que os conflitos existentes no campo desafiaram a ca
pacidade integradora do prefeito, mas é verdade também que
mesmo assim ele insistia em promover a "paz agrária".²⁰ Mesmo
quando estando em uma reunião da APREP, também chamada LILA
(Liga dos Latifundiários), dizia: "somente deve fazer parte da
sociedade que lute pela união de proprietários e camponeses".

CONCLUSÃO

A presente reflexão sobre o significado da gestão de Severino Cabral em Campina Grande - 59 a 63 - foi orientada, so bretudo, pelas indagações relativas à sua relação com as diver sas forças e grupos sociais que compunham, naquela época, a comunidade campinense. As estratégias usadas por ele, ã fren te do poder público municipal, seu trânsito entre segmentos e categorias diferenciadas, e socialmente em oposição, assim co mo sua imagem de "prefeito que governou ao lado da pobreza" e, ao mesmo tempo, não desgostou setores da classe dominante cons tituíram-se nas questões centrais deste trabalho.

Na reconstituição da gestão de Cabral procurei iden tificar a lógica de sua política assistencialista/clientelista, cujos recursos eram retirados tanto da máquina administrativa municipal quanto de estratégias pessoais de Cabral na manipulação de tais recursos. Neste sentido, procurei também confron tar o discurso e a prática administrativa que teriam resultado em um "equilíbrio" da prefeitura em suas relações com camadas sociais distintas.

Através do questionamento sobre o significado de uma administração municipal do "prefeito pai dos pobres" e do "ri co empresário,"¹ constituiu-se o objeto deste estudo. Delimi

1- *A identificação, reconhecida em Cabral, com a classe empre*
sarial pode ser comprovada no fato de ter, por duas vezes,

tando o espaço geográfico - Campina Grande - e o período - 59 a 63 -, utilizando basicamente como fontes de análise documentos oficiais, (projetos de lei e leis), notícias da imprensa e os depoimentos recolhidos através de entrevistas, tentando ainda não perder de vista a produção intelectual acerca de fenômenos políticos, procurei desvendar o "jogo" de Cabral e as consequências desse jogo. A proposta foi partir das medidas adotadas pelo prefeito em questão, para compreender as repercussões destas no conjunto social campinense.

Nessa perspectiva, foi necessário pensar a prática administrativa de Severino Cabral, nos seus traços marcantes, embora não necessariamente para encaixá-lo neste ou naquele tipo de prática política já definida na literatura existente (coronelismo ou populismo?). O diálogo com a literatura procurou levar em conta as especificidades históricas locais, o que significa, neste sentido, entender a história da cidade e do prefeito como personagem social. Como afirma Castells(1983: V), "cada análise concreta é sempre específica, onde se devem combinar de uma certa forma os instrumentos de que se dispõe com o fim de respeitar a especificidade histórica de cada situação". Como prossegue o mesmo autor: "trata-se também de lembrar que é necessário produzir constantemente, novos conceitos, descobrir novas leis, à medida que às condições históricas mudam (...) mediante a reconstituição das relações sociais que organizam e dão conteúdo histórico preciso às distintas formas especiais".

cont.

... sido eleito presidente da Associação Comercial de Campina Grande, tendo inaugurado o edifício-sede do órgão. Seu prestígio entre o patronato empresarial foi registrado pela Revista "Campina Grande Empresarial" onde se lê: "Comerciante de grande projeção, político de largo prestígio, foi a mais vigorosa liderança da cidade. Lutador incansável, quase imbatível, era contudo dotado de imensa solidariedade humana". (dez. 1976:8).

Foram exatamente as especificidades históricas, com as quais me deparei ao pensar a administração de Severino Cabral, que me impediram de "classificá-lo" como fruto da política coronelística ou como um líder populista. A visão disseminada na literatura sobre fenômenos políticos quase sempre aponta uma série de traços fixos que encaminham a prática de um determinado político num conceito.

Pensar, então, uma gestão, numa cidade de porte médio nordestina, onde um político (prefeito) que tem um fichário com nomes, números de título, seção que vota, quantidade de eleitores parentes e, no verso dessa ficha, doações — favores — que fez a pessoa "fichada", pode trazer à tona a lembrança dos currais eleitorais característicos da política coronelística, onde o voto aparece como "posse que marca os eleitores diante dos respectivos chefes" (QUEIROZ, 1975:190). O "coronel", o "chefe político"² mantém controle praticamente absoluto do eleitorado, os famosos currais eleitorais, fornecendo inclusive o transporte em dia de eleições. Cabral, porém, fazia-o também fora de época de eleições.

2- O chefe político segundo Blondel (1957:63) é aquele que "capta os eleitores ou os conserva graças a favores frequentes para que esses o julguem indispensável". É ainda o mesmo autor, falando a respeito do controle do voto, quem diz: "Vota-se, pois, pelas pessoas. Mas é preciso ainda conhecer o candidato, para poder apreciar suas qualidades. Isto nem sempre acontece. O eleitor, muitas vezes, está desamparado; eis porque se pode dizer que não sabe porque vota. Ele tem necessidade de um guia a quem pedir conselho e, finalmente, a quem dar o seu voto. A proteção política decorre, pois, em primeiro lugar, da ignorância do campo nês. Nasce também, de condições técnicas do exercício do direito de voto. O eleitor tem muitas vezes, um percurso grande a fazer — dez ou vinte quilômetros, ou por vezes, mais, para chegar à sede do distrito (...) termina assim por aceitar a proteção de um homem que lhe simplificará a necessidade e o gratificará. Este protetor tem o nome de 'chefe político'".

O fato de ser também grande proprietário favoreceu a tentação de "encaixá-lo" na política coronelística. Cabral não era apenas um grande proprietário, também privilegiou esta categoria em sua política de desenvolvimento rural, oferecendo-lhe incentivos realmente significativos. O FUNDAGRIN foi exemplo dessa política de inclusão dos interesses dos grandes proprietários no poder público em seu governo. No entanto, em seu governo, tem início também, com muito viço, uma prática assistencialista, que pressupõe relações diretas das populações com o poder público através de movimentos, instituições e pessoas das camadas populares. E, em certa medida, há uma redefinição de espaços entre o poder privado e o poder público, o que parece corresponder a características do populismo.

Como então, classificar uma administração onde alguns traços aparecem como indicativos da problemática coronelística (sobretudo, no que diz respeito a questões eleitorais), mas que, por outro lado, se abastece de traços "modernizados" num discurso e numa prática dirigida às camadas populares ?

Parece-me muito feliz uma observação feita por Carne (1985:265): "(...) nenhum fenômeno social se distingue por uma linha divisória que divide dois processos, mecanicamente, um do outro. A linha divisória entre ambos é incerta, as relações recíprocas se fazem sentir, a adaptação corre por conta de uma e de outra, e ambos sobrevivem".

A perspectiva dos mecanismos tradicionais de controle político, ao nível das questões relativas ao voto, e da continuidade dos grupos dominantes no âmbito do poder público, não impediu que esquemas conciliatórios, um novo tipo de clientelismo em direção às camadas populares, fossem desenvolvidas por Cabral. O fato de sua imagem ter ficado registrada como

"pai dos pobres", "líder da pobreza" é indicativo. Ele parece ter sido o "político urbano em busca de votos" através de uma "ideologia política que ressalta o papel do líder como o protetor e defensor das massas, em detrimento de sua organização autônoma" (ZALUAR, 1985:45), aspecto que pode sintetizar o populismo.

Uma multiplicidade de significados surgiram nos depoimentos sobre sua prática. Buscando sistematizá-los e tentando decifrar o código utilizado pelos entrevistados, com suas certezas e vacilações, tornou-se secundário chegar a uma ou outra classificação pré-existente para compreender o significado da gestão Severino Cabral. Segundo o depoimento abaixo, por exemplo:

"Cabral era um político muito inteligente, tinha uma visão muito ampla do processo político e a sua política tinha uma tendência populista e social, toda a sua atividade administrativa sempre se voltava para classes menos favorecidas. Cabral praticamente foi quem inaugurou as casas populares aqui em Campina Grande, a Vila Cabral e outras instituições que ele usava para o processo de uma política de atendimento das necessidades das camadas mais humildes .

Eu situaria Cabral como um político talentoso, não culto, mas talentoso, com muita capacidade de manobra e dentro de uma política populista, ele refletia com muita exatidão o processo político populista, quer dizer, uma política de povo sem comprometer os interesses da classe dominante, mesmo se situando sempre em defesa de transformar o Estado num instrumento de atendimento a certas necessidades populares". (depoimento de um candidato a vereador na época)

Esse depoimento tem como argumento principal, a performance de Cabral para executar uma política de "povo" sem comprometer os interesses da classe dominante. Neste sentido, remete a uma explicação de Weffort (1980:62), quando trata da complexidade das condições históricas em que se forma o populismo no interior do Estado brasileiro.

"O populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Foi, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes".

No entanto, afirmar que Campina Grande (entre 59 a 63), com incipiente processo de industrialização tenha sido palco de um fenômeno populista torna-se difícil. O populismo na literatura aparece como um fenômeno político próprio dos grandes centros urbanos e em acelerado processo de industrialização (cf. WEFFORT, 1981; IANNI, 1978; TRIAS, 1979). Mas, sem sombra de dúvida, nesta época, a cidade conviveu com um administrador que reproduziu fortes características do populismo.

Uma destas características pode ser ilustrada através das observações, de um dirigente do movimento popular de bairro:

"(...) ele tinha essa facilidade de envolver, eu não sei como é, é um tipo, um chamado dom, que ele envolvia as pessoas, parece que era carisma de afetividade, que ele conquistava as pessoas, com conversa, com trabalho (...) não sei se era o carisma, o que era, um dom dado por Deus (...) ou tra virtude dele também que eu registro com muita simpatia, um doente, bastaria sa

ber que estava doente, que estava necessitando de sua ajuda médica, que ele era o primeiro a chegar e o primeiro a dar a resposta. Com isso eu digo, um líder nato, superhumano". (grifos meus)

No depoimento acima aparece com clareza um Severino Cabral que enquanto líder "envolvia", era "carismático", "conquistava". Enfim, tinha "um dom de Deus". O carisma, compõe a imagem do líder populista, como explica Vivian Trías (1979:89)

"O (...) carismático desempenha papel estelar nos populismos, porque expressa desejos profundos das massas e porque sabe captar o que está subjacente nas dobras da história, aquilo que o povo intui mas não percebe com clareza, ou que percebe mas não sabe formular com nitidez".

Nesse mesmo sentido, ao reconhecer em Cabral um líder populista, afirmou um dirigente sindical, na época membro do Partido Comunista:

"Ele era mais um líder populista, ele era como já lhe disse, um elemento que conseguia agradar a Deus e ao Diabo, ele fazia isso, é tanto que durante a sua gestão não houve grandes choques aqui". (grifos meus)

Por esse depoimento, ser populista é saber "agradar" partes antagônicas (Deus e o Diabo).

Segundo as palavras de um trabalhador rural, Cabral "agradou" às camadas populares:

"(...) a parte pequena gostava de votar nele, porque realmente corria para a casa de seu Cabral, as dificuldades de vida seu Cabral amenizava (...) a gente falava com ele mesmo, ele dizia: o que é que você quer? Botava a mão no ombro, tinha aquela paciência com a gente, aquela democracia, aquele amor aos pobres, que de fato tinha mesmo, tinha amor mesmo, ele não tinha diferença de dizer de rico para pobre, tinha aquela paixão pelos pobres, logo tinha a fazenda, via, lutava com aquele povo pobre..."

"Tinha paixão pelos pobres" equivale a dizer que na administração de Severino Cabral os "pobres" sentiam-se lembrados, atendido e achavam que podiam contar com ele. Os entrevistados lembram, por exemplo, o aumento dos transportes, quando ele se posicionou contra os empresários, ou ainda a criação da Padaria Municipal, em decorrência do aumento do pão em "defesa da bola popular". Duas formas apontam para a inclusão das reivindicações populares pelo poder público. Como ilustração para isto, pode-se citar a criação da Secretaria Sindical Municipal.

A importância do uso das categorias teóricas reside no tratamento que damos a elas a partir do ajustamento, dos recortes e diálogos pertinentes ao objeto de estudo e, à análise. Neste sentido, a compreensão que os sujeitos históricos tiveram dos fatos deve ser considerada no estudo.

Pareceu-me bastante significativo, porque talvez englobe as duas dimensões do estilo inaugurado por Cabral, o depoimento de um promotor público, na época secretário do Partido Socialista:

"Seu Cabral foi um dos últimos coronéis do asfalto (...) era um coronel de calçamento, da rua, da urbe e Cabral foi produto de um populismo que ele trouxe de dentro, talvez, de dentro de suas idéias e de seu sentimento e de sua consciência de aproximação com o povo e o fez ascender na politica, como um líder de grande audiência perante o povo e as massas sofridas e principalmente na liderança geral".

Levando em conta a dupla característica observadas em Cabral, pelo entrevistado, reconhecem-se algumas práticas continuistas da política coronelística, mas, mesmo assim, como a ressalva de que ele teria sido um "coronel do asfalto", "da rua", ou seja, com características bem específicas, que, segundo as palavras do entrevistado, teriam sido "produto de um populismo que ele trouxe de dentro". Essa dupla visão, certamente, não corresponde ao que Weffort aponta como diferença e marco divisório entre coronelismo e populismo:

"No populismo, a adesão da massa ao líder supõe, pelo contrário, que os indivíduos que a compõem são livres daquelas formas tradicionais de coerção social e econômica. No 'coronelismo' as relações são quase sempre políticas: a dependência eleitoral da base é apenas uma dimensão de sua dependência social geral. No populismo, a relação política é frequentemente a única. Enfim o 'coronelismo' expressa um compromisso entre o poder público e o poder privado do grande proprietário de terras, enquanto que o populismo é, no essencial, a exaltação do poder público: é o próprio Estado colocando-se através do líder, em contato direto com os indivíduos na massa".
(WEFFORT, 1980:20) (G. do A.)

Neste sentido, do ponto de vista de uma classificação de Cabral e de sua gestão, não há como optar por um ou outro conceito. Ele transitava em restos de uma prática coronelística, mas se apoiou em um populismo de tipo específico. Adaptando-se ao fenômeno populista, que marcava aquela conjuntura, mesmo sem ter impedido totalmente a explicitação de conflitos sociais, soube administrá-los, fazendo prevalecer — em termos ideológicos — a noção que confere às instâncias governamentais a função promotora do "bem comum", acima das classes.

Porém, fugir da classificação dualista entre o populismo e o coronelismo, apresentando um sistema misto que reúne traços de uma ou de outra forma de dominação, não contribui automaticamente para a apreensão do significado da gestão de Cabral em Campina Grande.

Neste sentido, uma primeira dificuldade reside nos limites da própria unidade empírica de análise. Isto é, por um lado, as questões levantadas remetem às relações Estado/classes sociais, mas, por outro, estamos tratando de um município que está dentro de um Estado e de um País. Em outras palavras: a gestão de Cabral seria a mesma se não estivesse emoldurada pelo nacional-desenvolvimentismo dos governos de Kubitschek, Quadros e Coullart que perpassaram temporalmente em sua gestão? Certamente que não. Ao prefeito coube articular os determinantes de uma conjuntura econômica e política nacional com as especificidades da política local.

Ao Estado, cabe tanto a função repressiva de garantir a reprodução do sistema através da coerção (o exército, a polícia, o direito e o sistema penal), quanto a função integradora (através da escola, da cultura, dos meios

de comunicação) que lhe imprimam maior ou menor legitimidade.³ O Executivo Municipal, ainda que possa acentuar mais uma ou outra função (repressiva ou integradora), tem, necessariamente, que conciliar e avaliar seu afastamento/proximidade do regime vigente e o poder central. Isto porque é desta forma que ele se localiza na "situação" ou na "oposição", o que resulta em maior ou menor acesso aos recursos públicos federais.

Cabral parece ter optado por acentuar a função integradora predominante no momento histórico em que foi Prefeito de Campina Grande.

Porém, não acredito que possamos dizer que sua ação tenha cumprido a função de "atomizar a classe operária", desintegrando sua "unidade política", transformando "lutas políticas", através do assistencialismo em meras "concessões econômicas" (Cf. POLANTZAS, 1977). Isto porque, como já vimos, não pré-existiam em Campina Grande lutas urbanas significativas, pois, neste âmbito, não estavam amadurecidas, neste espaço, as contradições sociais, prestando-se a cidade ao assistencialismo. O sindicalismo atrelado, por sua vez, prestava-se à concepção "comunitarista" de harmonia entre o capital e trabalho. Porém, no campo, só o golpe militar (a função repressiva) garantiu a "integração" do camponês com o proprietário, tão buscada por Cabral.

Neste sentido, é difícil avaliar os efeitos positivos ou negativos em termos dos efeitos da gestão de Cabral para o avanço de um processo de organização dos trabalhadores do município de Campina Grande ou para sua "integração" nos parâmetros ditados pelo sistema capitalista vigente.

3- Sobre o assunto e, mais particularmente, sobre a questão da "autonomia relativa do Estado", ver Polantzias (1977)..

A própria chamada à "participação", embora certamente se circunscrevesse no âmbito da retórica própria do "Poder Público acima das classes", pode ser pensada como uma experiência possível de ser resgatada (até mesmo criticamente) em outras ocasiões. Ou seja, se as casas populares e as "doações" resgatam Cabral na memória social como o "pai dos pobres", a ASPMCG, hoje, faz oposição a outro prefeito que se propõe a uma "gestão popular". A Secretaria Sindical e a Padaria tiveram vida restrita apenas à gestão de Cabral. Entretanto, a vivência de experiências de representação e co-gestão também informam as avaliações e críticas dirigidas aos prefeitos que sucederam Cabral.

Estes exemplos têm a finalidade de relativizar análises que privilegiam apenas os efeitos negativos dos anos do populismo. Em "uma perspectiva menos imediatista e mais histórica" (Cf. NOVAES, 1985) a expansão social vivida nos primeiros anos da década de 60 pode ser resgatada em favor de um processo de reconhecimento político da classe trabalhadora. Algo parece ter ficado, a despeito das reais intenções ou dos sonhos de Severino Cabral.

BIBLIOGRAFIA

A CARTA - Nº 51

1987 - "O último dos moicanos". João Pessoa

ALMEIDA, Elpidio

1979 - História de Campina Grande. 2ª edição, João Pessoa, E
ditora Universitária - UFPb.

ANTUNES, Ricardo C.

1983 - O que é Sindicalismo. 8ª edição, São Paulo, Brasiliense.

ARAÚJO, Marta Lúcia R.

1985 - Campina Grande: Poder local e mudança nacional (1945-1964).
Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado de So
ciologia - UFPb - Campina Grande.

AUED, Bernadete W.

1981 - A Vitória dos vencidos. Partido Comunista Brasileiro -
PCB e Ligas Camponesas - 1955 - 64. Dissertação de
Mestrado apresentado ao Mestrado de Sociologia - UFPb -
Campina Grande.

AZEVEDO, Fernando Antonio

1982 - As Ligas Camponesas. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

BARBOSA, J. Batista

1985 - Santa Cruz e Jornal do Povo. João Pessoa, Gráfica Santa
Marta.

BATISTA, Carmem Ângela

1986 - Movimentos Urbanos e Ações Estatais: o caso do Pedregal-Campina Grande - Dissertação de Mestrado - UFPb - João Pessoa.

BENEVIDES, César

1985 - Camponeses em Marcha. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

BLONDEL, Jean

1957 - As condições de vida política no Estado da Paraíba. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

CADERNOS DO CEDI - Nº 14.

1985 - Canavieiros em Greve - Campanhas Salariais e Sindicalismo. São Paulo, CEDI.

CÂMARA, Epaminondas

1947 - Datas Campinenses. João Pessoa. Departamento de publicidade.

CAMARGO, Aspásia et alli

1984 - O Nordeste e a Política - Diálogos com José Américo de Almeida. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

CAMPINA GRANDE EMPRESARIAL. Dez. 1976, edição comemorativa do Jubileu de Ouro da Associação Comercial.

CARVALHO, Abdias Vilar

1985 - "A Igreja Católica e a Questão Agrária" in PAIVA, Vanilda (ORG.) Igreja e Questão Agrária. São Paulo. Edições Loyola.

CARDOSO, Ruth C. L.

1984 - "Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico" in Sociedade e Política no Brasil Pós 64. 2.^a ed., São Paulo, Brasiliense.

CASTELLS, Manuel

1983 - A Questão Urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

CARONE, Edgar

1985 - A República Liberal. São Paulo, Editora Difel.

DREIFUSS, René

1981 - 1964: A conquista do Estado Ação Política, Poder e Golpe de Classes. Petrópolis, Vozes.

IANNI, Otávio

1971 - Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

1978 - O Colapso do Populismo no Brasil. 4.^a ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

JOOSTEN, Cristiano

1986 - "Problemas da Terra na Diocese de Campina Grande, Pb" - in SILVA, Severino Vicente (ORG.). A Igreja e a Questão Agrária no Nordeste. São Paulo, Edições Paulina.

MARTINS, José de Sousa

1981 - Os Camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis, Vozes.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich

1977 - "Manifesto do Partido Comunista" in Textos 3. São Paulo, Edições Sociais.

MEDEIROS, Leonilde S.

1984 - Os anos 60: Reforma Agrária e a Questão Agrária no Período Populista. Anais do Seminário: Revisão Crítica da Produção Sociológica voltada para a agricultura. São Paulo-ASESP/SEBAP.

MEDEIROS, Eliza B.

1983 - "Depoimento: Rememorando uma Experiência de Sindicalização Rural" in CURY, Mauro (ORG.). Textos de Debates nº 3. UFPb - Mestrado em Ciências Sociais - João Pessoa.

MOISÉS, José Álvaro e ALIER, Martinez

1978 - "A Revolta dos Suburbanos ou Patrão o Trem Atrasou" in Contradições Urbanos e Movimentos Sociais. CEDEC. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MONTES, M. Lúcia

1981 - "O Discurso Populista ou Caminhos Cruzados" in MELLO, José Marques (COORD.). Populismo e Comunicação. São Paulo, Editora Cortez.

NOVAES, Regina C. Reys

1984 - "A Questão Agrária e o Papel da Igreja na Paraíba" in PAIVA, Vanilda (ORG.). Igreja e Questão Agrária. São Paulo, Edições Loyola.

NOVAES, Regina C. Reys

1984 - Os Escolhidos de Deus Pentecostais, Trabalhadores e Cidadania. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero.

1987 - De Corpo e Alma - Catolicismo, Classes Sociais e Conflitos no Campo. Tese de Doutorado apresentada na USP - São Paulo.

OBRAS que definem uma administração

1960 - 1º Ano da Administração - Severino Cabral (1959-1960).
Campina Grande.

PALMEIRA, Moacir

1985 - "A Diversidade da luta no campo: Luta camponesa e Diferenciação do Campesinato" in PAIVA, Vanilda (ORG.) A Igreja e a Questão Agrária. São Paulo, Edições Loyola.

POULANTZAS, Nicos

1977 - O Poder Político e Classes Sociais. São Paulo, Martins Fontes.

QUEIROZ, Maria Isaura

1975 - "Coronelismo numa Interpretação Sociológica" in HGCB/
Vol. 8 - São Paulo, DIFEL.

SILVA, J. Gomes de A.

1984 - "Os Coronéis e o Algodão em Campina Grande" in Diário da Borborema.

SILVA, Eliete Q.

1985 - O Poder Oligárquico na Paraíba: As Descontinuidades e Recriação (1889 - 1945). Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado de Sociologia - UFPb - Campina Grande.

SILVESTRE, Josuê

1982 - Lutas de Vida e de Morte. Fatos e Personagens da História de Campina Grande (1945/1953). Brasília, Senado Federal.

SOLA, Lurdes

1980 - "O Golpe de 37 e o Estado Novo" in MOTA, Carlos Guilherme (ORG.). Brasil em Perspectiva. Rio de Janeiro, DIFEL.

TRIAS, Viviam

1979 - "Três Fases do Populismo" in Encontros com a Civilização Brasileira. 8. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

VIANNA, Luiz Werneck

1976 - Liberalismo e Sindicalismo no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

VIANNA, Marly de A.

1985 - A Estrutura de distribuição de Terras do Município de Campina Grande 1840-1905. Dissertação de Mestrado apresentado ao Mestrado de Economia - UFPb - Campina Grande.

WEFFORT, Francisco

1981 - O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra.

ZALUAR, Alba

1984 - "A Máquina e a Revolta". São Paulo, Brasiliense.

ARQUIVOS

Câmara de Vereadores de Campina Grande - Fundação Severino Ca
Bral.

JORNAIS

Diário da Borborema - Campina Grande - Pb.

Jornal da Paraíba - Campina Grande - Pb.

Gazeta do Sertão - Campina Grande - Pb.

LIGA - Rio de Janeiro - RJ.

teamento foram vendidos cerca de 30 lotes, incluindo 20 que foram alienados a CHESF por 600 mil cruzeiros (preço de escritura), assim teremos:

293 lotes do LOTEAMENTO "SANTISSIMO", mesmo em uma média (no barato) de 28 mil cruzeiros cada lote 8.204.000,00

A parte rural, compreende cerca de 90 quadros. Desta gleba foram vendidos 2 quadros a Cia. Industrial Mercantil de São Paulo, pela "bagatela" de 1 milhão de cruzeiros, conforme registro n. 43.433 do Cartório competente. Este valor é o da escritura). Restam, portanto, cerca de 85 quadros, tendo em vista uma doação que o sr. Severino Cabral fez a um dos seus filhos.

85 quadros em uma média de 100 mil cruzeiros o quadro (nota-se que a renda referida acima foi de 500 mil cruzeiros o quadro) 8.500.000,00

FAZENDAS "Navio" e "São Rafael", localizadas neste município, registradas com cerca de 600 hectares quando na verdade as suas dimensões atingem 2.000 hectares. - Imóveis com as mais diversas benfeitorias, linha telefônica, casas, açudes. Tudo se vê dos registros ns. 12.304 - 12.421 e 11.660. No valor mínimo de 4.800.000,00

Na parte de imóveis deixamos de registrar outros bens do sr. Severino Cabral por falta de

documentos em nosso poder. Sabemos, no entanto, que muito possui o candidato pessedista no valorizado terreno do CLUBE DOS DUZENTOS . Ao que parece, possui também alguns sítios e terrenos no lugar "LOGRADOURO". O mesmo acontece em "VARZEA GRANDE".

No Banco Auxiliar do Povo, desta cidade do qual o sr. Severino Cabral é apenas PRESIDENTE, (e ainda falam de banqueiros) possui o candidato pessedista 21.500 (vinte e hum e quinhentos) AÇÕES, no valor nominal de 100 cruzeiros cada (Não valor comercial) TOTAL em cruzeiros 2.150.000,00

No Banco do Comércio, desta cidade, 75 ações no valor nominal de 200 cruzeiros cada.Total. 15.000,00

VEÍCULOS DO NOSSO CONHECIMENTO

Caminhonete RURAL WILIYS - modelo 1958 -placa n. 17 da Assembléia, valor 485.000,00

Caminhonete CHEVROLET - modelo 1954 -placa 19 da Assembléia, valor 240.000,00

Total do Patrimonio (no máximo) 41.826.000,00

NEWTON RIQUE	Cr\$ 5.467.000,00
Ações em Araújo Rique & Cia	1.740.000,00
Ações no Banco Industrial de C. Grande S/A	812.000,00
Ações na firma "Eletrolar"	125.000,00
Casa de residência (Av. João da Mata)	1.200.000,00
Um lote de terreno no bairro da Prata	450.000,00
Lotes (3) de terrenos junto à Produção Mineral.	150.000,00
Uma casa à rua Alexandrino Cavalcanti	130.000,00
Lote de terreno no município de Patos	40.000,00
Lote de terreno em Praia Formosa (Cabedelo) ...	40.000,00
Uma caminhonete "Kombi"	410.000,00
Depositos bancários	370.000,00
	<hr/>
	5.467.000,00

(CINCO MILHÕES; QUATROCENTOS E SESSENTA E SETE
MIL CRUZEIROS).

PS - A declaração acima foi publicada pelo "DIÁRIO DA BORBOREMA", edição 1.5.59 com a seguinte nota:

Divulgamos a DECLARAÇÃO DE BENS do cidadão Newton Rique, candidato a prefeito pela legenda do Partido Trabalhista Brasileiro.

O jovem e conceituado homem público, cuja candidatura vem despertando grande entusiasmo em Campina Grande, assim procedendo, inaugura neste município e, quiçá na Paraíba, arejado método político, qual seja o de apresentar ao povo, antes das eleições, sem subterfúgios, o que possui, deixando tudo entregue a vigilante fiscalização dos seus conterrâneos.

Espera-se, urgentemente, que o seu adversário político, deputado Severino Cabral, venha a público com idêntico

documento, a fim de que se possa fazer uma equiparação dos bens de ambos, possibilitando ao povo, posteriormente, um oportuno e necessário julgamento.

É interessante ressaltar que o sr. Newton Rique não deve nenhum tostão nos cofres públicos, estando quites em todos os seus impostos.

A N E X O - II

PLATAFORMA DE GOVERNO - SEVERINO CABRAL

Apresento a Campina Grande um plano de administração, que analisaremos no decorrer da campanha eleitoral, plano que será executado pelo próprio povo, através das distribuições honestas, das rendas do município.

Em linhas gerais, ressaltarei agora, alguns pontos do meu programa, o qual será distribuído a todo o povo deste município, para o prévio conhecimento dos campinenses.

Muitos destes pontos são de exclusiva responsabilidade do Poder Municipal enquanto que outros o são, ora do Executivo Estadual, ora do Governo Federal, através dos seus Departamentos Competentes existindo ainda, empreendimentos, que pela sua natureza, somente são possíveis em regime de cooperação.

PLANEJAMENTO URBANO E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:

Entre nós, o princípio elementar do planejamento prévio de qualquer ação administrativa, é absolutamente desprezado.

Pretendo agora, eliminar essa falha, lançando as bases de um planejamento para um governo de quatro anos, capaz de expressar a política de autoridade municipal, frente ao desenvolvimento da cidade e do município.

Não quero ter uma administração de expedientes; dispersiva, porque não persegue uma continuidade, um objetivo

vo definido, anti-econômica, porque malbarata os recursos publicos em obras e iniciativas de eficiência duvidosas, em condições técnicas, inadequadas e de importância secundária. Exatamente o oposto é o que desejo introduzir na vida adminitrativa de Campina Grande.

Assim por parte da Prefeitura empreenderei, no setor de ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, racionalização dos serviços da Prefeitura visando maior facilidade de ação e de operosidade, aumento da eficiência do funcionalismo municipal obtido através de cursos, seminários, treinamentos ou concedendo bolsas para estágios em outros centros. Mecanização da contabilidade e, aperfeiçoamento do sistema arrecadador para maior eficiência no atendimento aos contribuintes.

2 - OBRAS PÚBLICAS - Planejamento Urbano - Plano

Diretor:

Conclusão dos trabalhos já iniciados de planejamto urbano para que Campina Grande tenha no mais breve espaço de tempo um Plano Diretor.

3 - CENTRO CÍVICO - A exemplo de outras cidades devemos construir um conjunto de edifícios publicos para a instalação de:

a - Edifício Executivo, pois a atual já não atende às necessidades;

b - Edifício do Legislativo - Câmara Municipal;

c - Edifício do Judiciário - Fórum - de responsabilidade do Governo do Estado;

d - Biblioteca Municipal

e-Teatro ao ar livre e Exposição aos quais serão as sociados Distocea, Filmoteca e Salas de Conferências entre outras coisas.

4 - PARQUE CENTRAL - Nesse planejamento que objetivo concretizar, acho importante construir na cidade um grande Parque, que denominaria Parque Central. Julgo, solução das mais interessantes o embelezamento das áreas que envolvem o Açude Novo e o Açude Velho.

5 - PAVIMENTAÇÃO - Chegou a hora de Campina Grande ter ruas pavimentadas à altura do seu progresso. Impõe-se por isso a pavimentação por asfalto.

6 - INSTRUÇÃO - Uma completa rede de escolas na cidade e nos distritos, pois uma campanha de erradicação do analfabetismo é o maior serviço educacional que a Prefeitura pode empreender. É imprescindível o entrosamento com Órgãos Estaduais e Federais neste sentido. Criaremos cursos especiais, bolsas de estudos, promoveremos seminários, e a vinda de técnicos e especialistas: Introdução nos grupos escolares, notadamente dos distritos, do ensino pré-vocacional, e dentro do possível a organização de cursos de iniciação agrícola e mecanização. Prestigiaremos ainda a Escola de Engenharia e outras escolas de nível elevado, como a Faculdade de Filosofia e demais Instituições. Como ponto principal, porém, tenho a criação de mais grupos escolares no Município.

7 - SAÚDE - Pretendo ampliar e melhorar os serviços hospitalares na cidade com a instalação nos bairros e nos distritos de modernos Postos Médico-Dentários, Empenhar-me-ei, de

cisivamente para a Construção de um Hospital Infantil. . Para maiores facilidades destes serviços entrarei em entendimento com as Pioneiras Sociais e o Serviço Social Rural.

8 - SERVIÇO SOCIAL - Neste importante setor da administração municipal procurarei solucionar entre outros problemas os seguintes, que se me afiguram como de maior importâncias Menores Abandonados e o combate esquematizado à falsamentedicação.

CASAS POPULARES - A construção de Casas Populares, velha idéia inspirada pela situação aflitiva da classe proletária, face ao alto custo de vida, é de necessidade vital para Campina Grande. Ninguém desconhece que o pobre se vê obrigado a desviar quase todos os seus rendimentos, tirando mesmo o pão dos seus filhos, para o pagamento de alugueres de casa, quase sempre onerosíssimos. Enquanto isso outros há, que nem sequer têm o direito a um teto que os abrigue, chegando mesmo a morar nos pés de cercas sombreados pelo aveloz, sem falar naqueles infelizes que moram sob as pontes.

A Fundação da Casa Popular, haverá de construir , com a graça de Deus e a cooperação dos bem intencionados , um maior número de casas, assim como os Institutos de Previdência precisam fazer o mesmo, e, isso, a Prefeitura deverá oferecer as facilidades necessárias.

LAVANDERIAS POPULARES - No setor social base fundamental de qualquer governo que procure identidade popular, pela realização de um programa estritamente popular, as lavanderias dessas natureza, que não existem, como precisam existir não podem ser esquecidas, porque significarão no seu melhor

sentido um apoio a mulher campinense, que, na sua humildade e no seu despreendimento vai ganhar o pão lavando roupas às margens das lagoas.

Faremos criar amplamente as lavanderias populares, numa homenagem merecida as lavadeiras camponenses, possibilitando assim um melhor conforto à sua missão.

9 - ELETRIFICAÇÃO - Operaremos a regularização definitiva da rede elétrica com a sua complementação de transformadores, à altura da cidade.

A ampliação da rede elétrica para os distritos, é um imperativo da minha administração que procurarei elastecer levando, se possível, eletricidade até às fazendas para um melhor apoio ao desenvolvimento da zona essencialmente rural.

10 - TELEFONES - Procurarei ampliar a rede telefônica, com a aquisição de mais 1.500 aparelhos, que serão postos à disposição do comércio, da indústria e da população da cidade.

Não poderemos esquecer, as comunicações entre os distritos e a sede do município, que são de relevante importância, por isso completaremos todas essas ligações, bem como facilitaremos a extensão maior possível no meio rural.

11 - DESENVOLVIMENTO RURAL - Da produção, edificada sem sombra de dúvidas na zona rural, é que depende um maior surto de desenvolvimento econômico. Não compreende municipalismo, pensando exclusivamente na melhoria das condições de vida da cidade, por isso reputo de essencial importância na minha administração a concentração de todos os recursos disponíveis, numa planificação bem organizada no setor rural, Pre

tendo concentrar estes cursos em três setores básicos: 1) EXTENSÃO E EDUCAÇÃO RURAL: A organização de serviços de assistência educativa, técnica e social ao agricultor e sua família, como pontos de partida. Esse trabalho se executará à base de convênios com a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR); 2) - FOMENTO AGRO-PECUÁRIO: A Prefeitura deverá utilizar todos os meios para coordenar de modo efetivo e prático, as atividades, recursos técnicos e financeiros do município, do Estado e da união, a serem aplicados em programas de fomento agro-pecuário. O que se pretende com isso, é evitar a dispersão de esforços, e obter resultados práticos através de um planejamento, comum identificado com os problemas existentes.

3 - BANCO MUNICIPAL DE CRÉDITO COOPERATIVO - A prefeitura estimulará a criação de um Banco Cooperativo, que terá como principal objetivo complementar a ação dos bancos locais na distribuição do crédito aos agricultores, inclusive, a vinculação de suas atividades com o sistema de silos e armazens para assegurar a defesa da produção.

12 - DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - É de maior importância para Campina Grande, a implantação de novas indústrias com apoio da administração municipal. A Operação Nordeste, em boa hora lançada pelo eminente Presidente Juscelino Kubitschek, permitirá à Prefeitura e à iniciativa privada, realizar em nosso município esforços notáveis para aliviar a pobreza de que estamos dominados. Estaremos empenhados para obter as necessárias facilidades à instalação de uma Usina de Aproveitamento do Lixo, plano que precisa ser concretizado, apesar de fracasso com que tem sido conduzido esse assunto.

REIVINDICAÇÕES DO MUNICÍPIO JUNTO AOS SETORES FEDERAIS:

1 - ESCOLA AGRO-TÉCNICA - Estão em minhas cogitações conseguir a instalação neste Município, de uma Escola Agro-Técnica, bem como fazer por em funcionamento a Escola de Iniciação Agrícola do distrito de Fagundes.

Me empenharei também, para que o Ministério da Saúde construa FOSSAS SANITÁRIAS para os habitantes pobres dos Bairros e dos Distritos.

É essencial ainda a obtenção de verbas para que os pequenos proprietários da região seca do nosso Município possam construir cisternas e pequenos açudes.

2 - ARMAZENS E SILOS - Entrarei em entendimento, com o Ministério da Agricultura para a exemplo do que fez em outras regiões, construir em Campina Grande unidades de Silos e Armazens tendo em vista aliviar as dificuldades de entre-safra. Trataremos junto ao Governo Federal de auxílio para a construção em Campina Grande de um Armazens Frigorífico capaz de conservar frutas, carnes e peixes no sentido de melhorar as possibilidades do nosso abastecimento.

3 - CASA DO TRABALHADOR - Não medirei esforços no sentido de concretizar o velho ideal de construção da CASA DO TRABALHADOR, o lar dos Sindicatos Operários, órgãos que devemos prestigiar porque são sem dúvida alguma os mais legítimos defensores dos interesses das classes laboristas. A administração municipal oferecerá todas as facilidades no sentido da execução dessa obra monumental, significando devotamento aos que constroem a grandeza econômica na nacionalidade.

4 - HOSPITAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - Os trabalhadores a quem dedico especial atenção desde o início de minha vida pública, merecem ter melhor assistência médica. Urge, portanto a construção imediata em Campina Grande do Hospital para a Previdência Social, que atendamos contribuintes do IAPB, LAPETEC, IAPC e IAPI deste e de outros municípios do Estado . Nesse sentido tudo faremos elo convencimento do governo federal e a Prefeitura, no meu governo do povo, dará toda colaboração em favor desse imprescindível empreendimento em beneficio dos Campinenses. Agora não poderia deixar de considerar , e seria insincero e desleal se não o fizesse a impossibilidade de alcançarmos as metas a que nos propomos em nome de Campina Grande, através dos seus Órgãos Competentes. Não sou um irresponsável ou visionário para afirmar a realização de uma obra de tamanha envergadura sem as colaborações ora aludidas, e sem ter em vista ainda o fator tempo, Uma coisa vos afirmo: a obra iniciada. Lutarei pela sua realização, obrigando desta maneira ao meu sucessor concretizá-la em definitivo caso o fator tempo me seja adverso.

O mesmo plano de administração conforme Campina Grande pode depreender volta-se acima de tudo e sobretudo para os humildades, eternos desamparados da sorte e constantes, aleijados das graças dos poderosos. A solidariedade humana animo-me na elaboração de um programa de governo cujas bases substancias estivessem voltadas para a angustia e o sofrimento dos menos favorecidos.

A N E X O - III

Projeto de Lei nº 79/61

Autoriza aquisição e instalação de uma panificadora, uma farmácia e livraria e dá outras providências.

Art. 1º - Fica o chefe do Executivo Municipal autorizado a instalar, nesta cidade, uma Panificadora equipada com máquinas elétricas, destinada, exclusivamente, ao fabrico de pão "e bolacha comum, uma farmácia popular que se destinará a vender produção, digo produtos farmacêuticos e uma livraria, destinada a revenda de livros didáticos, às classes menos favorecidas.

Parágrafo 1º - A Panificadora Municipal, tem por finalidade produzir um tipo de pão acessível as classes menos favorecidas, sem nenhum intuito de lucro por parte da Prefeitura que não poderá acrescer o preço do produto acabado senão de 10% (dez por cento) para as despesas gerais com a manutenção do estabelecimento.

Parágrafo 2º - A Farmácia Popular revenderá os produtos farmacêuticos com o acréscimo de 10% (dez por cento), para a manutenção das despesas do estabelecimento, tornando por base o preço dos Laboratórios.

Parágrafo 3º - A Livraria revenderá os livros e materiais escolares com igual acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o preço de custo com as mesmas finalidades já previstas nos parágrafos anteriores.

Art. 2º - Só poderão ter fornecimento de pão e materiais escolares:

a) - trabalhadores da indústria, do comércio, dos transportes e atividades assemelhadas, que não percebam ordenados superiores a duas vezes o salário mínimo regional.

b) - Viúvas e órfãos das pessoas indicadas no item anterior.

c) - trabalhadores independentes, pequenos artesões, trabalhadores rurais e braçais cujos rendimentos correspondam ao montante indicado no "item" "a".

d) - todos os funcionários municipais de qualquer categoria.

Art. 3º - Todas as vendas dos estabelecimentos , constantes do art. 1º, desta Lei, serão feitas a dinheiro e no balcão, não podendo êles manterem serviços de entregas a domicílio.

Art. 4º - A Panificadora Municipal, a Farmácia Popular e a Livraria, terão regimentos próprios, a serem decretados dentro de 30 (trinta dias após a publicação da presente lei e onde estatuem:

a) - obrigatoriedade de pagarem salários mínimo aos seus trabalhadores empregados que serão contratados de acordo com as leis trabalhistas em vigor.

b) - administração subordinada a um colegiado de quatro membros assim compreendidas: 1 representante do Gabinete do Prefeito, um representante da Câmara de Vereadores ,

um representante dos Sindicatos Reunidos de Campina Grande e
1 representante da Associação dos Funcionários Municipais de
Campina Grande.

Art. 5º - A Administração da Farmácia Municipal ,
de que tratará o regimento interno, só poderá ser exercida ,
por farmacêutico diplomado em Faculdade de Farmácia e terá
os auxiliares, percebendo o que estatue o Art. 4º, "item" "a".

Art. 6º - A Farmácia Municipal adquirirá somente
os produtos farmacêuticos que constem de uma relação organi-
zada por uma comissão de Médicos, assim instituída: Diretor
da Maternidade Municipal, Diretor do Hospital do Pronto So-
corro, um Médico do Posto de Saúde do Estado e um Médico do
Posto de Puericultura.

Parágrafo Único: A relação de medicamentos e remé-
dios que poderão ser adquiridos e vendidos pela Farmácia Mu-
nicipal, poderá ser revista periodicamente, se assim o enten-
der a comissão de médicos designados.

Art. 7º - Fica autorizado, igualmente, o Sr. Che-
fe do Executivo Municipal, a instalar Postos de Revenda de
Pão, Medicamentos e Livros Didáticos na zona rural do municí-
pio, de preferência nas sedes dos distritos, bem como nos bair-
ros desta cidade.

Art. 8º - Para cumprimento desta Lei e para ocor-
rer as despesas dela decorrentes, o Prefeito Municipal envia-
rá um orçamento especial correspondente aos empreendimentos,
para posterior apreciação por esta Câmara.

Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário ,

esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Aprovado em sessão de 15 de junho de 1961.

FONTE: Livro de Projetos de Lei do Ar
quivo da Câmara de Vereadores
de Campina Grande, 1961.

A N E X O - IV a)

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CASA DE FELIX ARAÚJO

PROJETO DE LEI Nº 59

Ementa: CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRO-INDUSTRIAL (FUNDAGRIN) e dá outras providências.

Art. 1º - Fica criado o FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRO-INDUSTRIAL (FUNDAGRIN), autarquia municipal, com sede e fôro nesta cidade.

Art. 2º - O FUNDAGRIN tem por objetivo a planificação e organização da economia agrícola, a fim de incentivar a produção e aprimorar a produtividade das atividades rurais como sejam:

- a - recuperação do sôlo (adubos, fertilizantes e combate à erosão);
- b - irrigação e retenção de água;
- c - mecanização e assistência técnica agrícola ;
- d - silos e armazens, frigoríficos, matadouros , instalações de laticínios em geral, vacinas , inseticidas, fungicidas e todo e qualquer em preendimento que venha incidir em benefício

direto da economia rural.

§ 1º - Poderá o FUNDAGRIN tomar a iniciativa da execução dos empreendimentos a que se refere este artigo diretamente ou em participação com outras pessoas de direito público ou com pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

§ 2º - Deve merecer especial atenção do FUNDAGRIN, para alcançar os objetivos deste artigo, a organização e financiamento de cooperativas.

Art. 3º - A colaboração do FUNDAGRIN processar-se-á através de financiamento aos interessados que estejam enquadrados nas exigências do artigo 2º, como também, por meio de ações nominais com direito a votos, assim como através da tomada de obrigações de emprêsas legitimamente organizadas, para aquelas finalidades.

§ 1º - Para essa participação, não se faz necessário o controle do FUNDAGRIN ou do município sobre a maioria do capital;

§ 2º - A prioridade dos empréstimos, será julgada pelo Conselho Administrativo de que trata o art. 10.

Art. 4º - A participação financeira do FUNDAGRIN, processar-se-á no limite indispensável no financiamento do empreendimento ou da empresa, dentro do programa considerado de interesse da agricultura e do abastecimento municipal.

§ 1º - A participação do FUNDAGRIN nos programas de frigoríficos, usina de leite e seus entrepostos, matadouros industriais e armazens a frio, poderá atingir até 60% do capital social;

§ 2º - A participação nos programas de armazens a seco e silos, não está sujeita às limitações do capital social.

§ 3º - A participação do FUNDAGRIN em empresas, constituídas por pessoas jurídicas e físicas do direito privado, não pode exceder de 20% (vinte por cento) do capital social e sua integralização far-se-á à medida das chamadas de capital, de acordo com as exigências estatutárias e/ou legais.

Art. 5º - Quando as empresas das quais faça parte o FUNDAGRIN, não oferecerem uma remuneração mínima de 6% nos acionistas ou quotistas, no término de cada exercício financeiro, o FUNDAGRIN poderá reverter a quota de lucro que lhe couber, a um fundo de reserva à sua ordem cuja aplicação posterior será objeto de apreciação pelo seu Conselho Administrativo.

Art. 6º - O FUNDAGRIN poderá instalar postos de revenda de implementos agrícolas, máquinas, adubos, inseticidas, sementes, materiais agrícolas em geral, para os agricultores em geral, para os agricultores e criadores domiciliados, e residentes do Município.

Art. 7º - O FUNDAGRIN manterá uma patrulha mecânica para empréstimo aos agricultores deste Município.

§ Único - O agricultor pagará uma taxa que será arbitrada em tabela organizada pelo CONSELHO ADMINISTRATIVO.

Art. 8º - O FUNDAGRIN instituirá e manterá um serviço de orientação técnica e assistência econômico-financeira, com a finalidade de assistir ao agricultor no que concerne

ne às práticas de seleção de sementes, financiamento para recuperação de solos e cultivo intensivo das lavouras de batatinham mandioca, fumo e outras culturas comuns na região e do interesse econômico local.

Art. 9º - O FUNDAGRIN poderá estender sua ação em operações fora do município, desde que estas atendam ao interesse do abastecimento da nossa população.

Art. 10º - O FUNDAGRIN será dirigido por um Conselho Administrativo, composto dos seguintes membros:

- a - Diretor da Fazenda Municipal;
- b - Diretor de Agricultura;
- c - Representante da Associação Rural;
- d - Representante do Prefeito Municipal;
- e - Representante da Câmara Municipal.

§ 1º - Além dos nomeados no texto deste Artigo, poderá compor o Conselho Administrativo, um representante do Ministério da Agricultura e um da Secretaria de Agricultura do Estado.

§ 2º - O Presidente do CONSELHO ADMINISTRATIVO FUNDAGRIN, será eleito entre os membros do Conselho, com mandato de dois anos, caso não haja renovação de seus membros.

Art. 11º - As decisões do CONSELHO ADMINISTRATIVO, de subscrever ações ou quotas, tomar obrigações de ordem financeira de aliená-las, deverão ser tomadas diante de estudos que dependerão de aprovação legislativa.

§ Único - Quando essas operações se referirem ao

200

patrimônio do FUNDAGRIN e significarem compromissos financeiros superiores a Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), dependerão da aprovação da Câmara, por maioria de dois terços de seus membros.

Art. 12º - Uma comissão fiscal constituída de Contador da Prefeitura, um membro indicado pela mesa da Câmara e outro membro escolhido livremente pelo Prefeito, realizará fiscalização da contabilidade em qualquer época e se processará necessariamente sobre as contas anuais, antes de apresentá-las ao Prefeito.

Art. 13º - O Conselho submeterá ao Prefeito, até o dia 30 de fevereiro, o relatório e as contas do exercício anterior os quais serão encaminhados pelo Poder Executivo à Câmara Municipal, para aprovação.

Art. 14º - A Câmara Municipal fica com poderes de nomear comissões de três membros para, em qualquer tempo, analisar as atividades do FUNDAGRIN, a requerimento de qualquer do seus membros.

§ Único - Cada membro dessas comissões poderá

Art. 15º - Passarão ao patrimônio da FUNDAGRIN, os capitais já aplicados ou que venham a ser aplicados em empreendimentos de natureza idêntica ao que se refere esta Lei.

Art. 16º - Fica destinada ao FUNDAGRIN, a percentagem de 6% (seis por cento) da receita tributária do Município nos exercícios de 1960 e 1964 (mil novecentos e sessenta a mil novecentos e sessenta e quatro) inclusive, 3% (três por

